REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

— DO —

RIO GRANDE DO NORTE

(Fundado em 29/3/1902)

VOLUME — LIII — 1960

COMISSÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo
Raimundo Nonato da Silva
Tarcisio da N. Medeiros

Tip. CENTRO DE IMPRENSA S. A.
NATAL
1960

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

— DO —

RIO GRANDE DO NORTE

(Fundado em 29/3/1902)

VOLUME — LIII — 1960

COMISSÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo
Raimundo Nonato da Silva
Tercisio da N. Medeiros

Tip. CENTRO DE IMPRENSA S. A.
NATAL
1960

O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPUBLICA

JOSÉ AUGUSTO

JUVENAL LAMARTINE

O município de Serra Negra, encravado na zona do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, como as demais regiões sertanejas nordestinas, teve como fator preponderante do seu povoamento a necessidade de instalar fazendas de criação de gado. Foi o boi que conduziu o homem civilizado para aquelas paragens. Desde logo, sentiram os povoadores a premência de associar ao pastoreio uma outra atividade econômica — a agricultura. A pecuária só por si não assegurava plenas condições de vida. Serra Negra constituiu, porém, uma exceção à regra geral. Os seus habitantes conservaram-se por muito tempo simples apascentadores de rebanhos, sendo muito raros os que procuravam outras profissões. O fenômeno é explicado por alguns dos que têm examinado as suas causas como resultante da riqueza das pastagens que ali vicejavam e se desenvolviam, propiciando condições magníficas ao criatório.

De qualquer maneira, trata-se de uma feição peculiar àquele trecho dos sertões norte-riograndenses a diferenciá-lo de início da regra geral. Uma outra particularidade é a que se refere às condições intelectuais dos primeiros vindos àquelas plagas. Tudo indica que se compunham de gente com certa base de cultura, um pouco acima do que era comum pelos demais recantos. Basta atentar, na confirmação dessa suposição, para os nomes com que os povoadores batisaram os seus filhos: Leô-

nidas, Scipião, Descartes, Horácio, Lafayete, Nelson, Newton, Mirabeau, eram os nomes comumentes preferidos, indicando claramente que havia por ali algum conhecimento e simpatia pelas grandes figuras que, nas letras ou na política, deixaram traços marcantes na história universal.

Certo, a marcha normal da evolução veiu nivelando lentamente o modo de ser de tôdas as comunidades seridoenses, cujas populações hoje não se diferenciam, iguais nas atividades profissionais, nas suas condições de cultura e até nos sofrimentos comuns, tôdas elas atingidas periòdicamente por um mesmo flagelo, as longas, as famosas e crudelíssimas sêcas do Nordeste, mas evidentemente ainda há resquícios de certos antecedentes históricos.

Vou apontar um dêsses resquícios:

O maior filho que até hoje Serra Negra deu para o serviço do Rio Grande do Norte foi Juvenal Lamartine de Faria, cujos pais, ao darem-lhe o nome de Juvenal, acrescido ainda de Lamartine, nomes que não existiam nos seus antepassados próximos ou remotos, certamente tiveram em vista homenagear dois grandes poetas de renome universal: Juvenal, o satírico, e Lamartine, o lírico francês, cujos versos ainda hoje nos deixam cheios de ternura e encantamento.

Juvenal Lamartine nasceu na fazenda — Rolinha — do município de Serra Negra aos 9 de agôsto de 1874 e era filho do Coronel Clementino Monteiro, de Faria e D. Paulina Umbelina dos Passos Monteiro, descendentes ambos dos Pereira Monteiro que foram os verdadeiros fundadores daquêle núcleo Municipal.

O Coronel Clementino Monteiro foi por muitos anos chefe político incontestado e prestigioso da terra em que nascera e habitava, a qual representou na Assembléia Estadual, tendo também dirigido os seus destinos administrativos como seu Prefeito, ou Presidente da Intendência, como então se denominava o Chefe do executivo nas comunas norte-riograndenses. Era um homem de severos costumes e grande conceito, uma verdadeira autoridade social. Tinha recebido uma certa instrução humanística no famoso Colégio do Padre Rolim, nos sertões paraibanos, e cuidou desveladamente do preparo intelectual do seu filho primogênito, que era justamente Juvenal Lamartine. Recebeu êste os rudimentos do ensino

primário na própria terra do seu nascimento, indo a seguir para a visinha cidade de Caicó, onde havia uma aula de latim e francês, a cargo do Professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo. Conta o próprio Lamartine, em notas e reminiscências que deixou escritas, que em Caicó foi *um péssimo aluno, não só faltando às aulas como levando as lições mal sabidas.* Em 1891, seu pai mandou-o para Natal a fim de cursar o Ateneu Norte-Rio Grandense. Neste Instituto de curso ginasial, Lamartine transformou-se radicalmente: — frequentava as aulas com assiduidade, estudava com proveito, tomava professores particulares quando os professores oficiais eram faltosos e conseguia sempre boas notas nas sabatinas e nos exames de fim do ano. Os seus últimos exames de preparatórios não foram feitos em Natal e sim na Capital da Paraíba, isso porque o Ateneu Norte-Rio Grandense fôra fechado provisòriamente em virtude de uma revolta de estudantes, de que Juvenal Lamartine participara, contra o fiscal federal do estabelecimento, que era então o Desembargador José Clímaco do Espírito Santo.

Concluído o curso secundário, matriculou-se o moço serranegrense na Faculdade de Direito do Recife, única escola de ensino jurídico existente então em todo o Norte do Brasil. Lamartine passou a cursar a Faculdade de Recife justamente na fase em que ela se encontrava sob o influxo das idéias novas, no combate ao velho ideário metafísico, fase iniciada por Tobias Barreto em um ruidoso e impetuoso movimento renovador.

Êle próprio assim descreve o ambiente da velha Escola quando por ela passou:

> "Era grande e profundo o movimento de idéias na Academia, iniciado por Tobias Barreto. Êsse mulato sergipano que chegou ao Recife, pobre, sem padrinho poderoso que o recomendasse e matriculou-se na Academia onde se formou em Direito e foi, mais tarde, seu professor, era um imenso talento com lampejos de gênio.
>
> De posse de uma cultura moderna, aurida nas melhores fontes dos grandes centros científicos do Velho Mundo, Tobias fêz a crítica literária, musical, religiosa, jurídica e filosófica, demolindo impiedo-

samente, os velhos ídolos que impediam o desenvolvimento intelectual, dentro daquela escola. Desafiou e derrotou os mestres consagrados como o dr. José Higino. Seu nome cresceu tanto que se tornou conhecido até na culta Alemanha, onde Haeckel, o grande filósofo, escrevia que *Tobias Barreto pertencia à raça dos grandes pensadores.*

Havia uma renovação que tornou o Recife o centro de melhor cultura — da época — no Brasil. João Vieira de Araújo, professor de Direito Penal, popularizou, no Recife, as teorias modernas de Lombroso, Garofalo, Alimena, Tarde e outros criminalistas da Escola Antropológica e da Escola Sociológica. A cadeira de Direito Internacional era dirigida pelo talentoso professor Meira de Vasconcelos Martins Júnior, grande orador, ocupava a cadeira de História do Direito; Laurindo Leão, portador de uma vasta cultura científica, substituiu Martins Júnior, nessa disciplina. O Direito Civil era ensinado pelo dr. Cirne, o melhor expositor entre todos os professores da Faculdade e a cadeira de Legislação Comparada estava sob a direção do jovem Clóvis Beviláqua, discípulo de Tobias Barreto e o mais notável de todos os professores da velha escola e a quem, mais tarde, o govêrno da República confiou a elaboração do atual Código Civil Brasileiro, monumento de sabedoria, citado entre os mais avançados códigos do mundo."

O ambiente cultural na Faculdade e as lições de mestres insignes, entre êles Clóvis Beviláqua, muito interessaram ao jovem Juvenal Lamartine que se fêz o melhor aluno de sua turma, de que foi orador, unanimemente escolhido por seus colegas para a solenidade da colação de gráu, tendo obtido ainda o prêmio de viagem à Europa, prêmio de que não sei por que motivos não se utilizou.

De posse do diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, que lhe foi conferido pela Faculdade do Recife em 2 de Dezembro de 1897, retornou ao seu torrão natal, onde na oportunidade chefiava discriminàriamente a política dominante o Senador Pedro Veiho. Cumpre aqui salientar que

êste dominador político tinha como uma das normas de sua liderança chamar para sua grei partidária e para o serviço do Estado todos os moços que revelavam valor intelectual, e eis porque desde logo lançou as suas vistas sobre Juvenal Lamartine que vinha de concluir o seu curso em uma Escola Superior, vitoriosamente laureado. Mal chegado a Natal, Pedro Velho fê-lo um dos redatores d' "A República", Jornal por êste fundado ainda nos tempos da monarquia e que era no momento o órgão do Partido Republicano Federal, em que o chefe procurava congregar e reunir inteligências novas que surgiam e precisavem se afirmar. Do mesmo passo fêz nomear o moço recem-formado para o cargo de Vice-Diretor do Ateneu Norte-Riograndense, o único estabelecimento de ensino secundário de caráter oficial existente então no Rio Grande do Norte. Pouquíssimo tempo passou Lamartine no exercício de suas atividades jornalísticas e educacionais em Natal, e já em 1.º de setembro de 1898, menos de um ano depois de bacharelado, ingressava na magistratura como juiz de direito da Comarca de Acarí, município em que o seu sogro, coronel Silvino Bezerra, exercia prestigiosíssima influência política e social desde os tempos monárquicos. Aos costumes daquela época, os juízes imiscuiam-se também na vida partidária, nem sempre com prejuizo para a distribuição de uma reta justiça, como foi o caso do nosso biografado que, ao deixar a sua comarca, contava com a estima, o respeito e a confiança da totalidade dos seus jurisdiciondos. Mas o que é certo é que a passagem de Lamartine pela magistratura foi um simples degráu para o ingresso definitivo na vida partidária, que era a atividade em que Pedro Velho desejava-vê-lo e precisava da ajuda dos seus serviços. Assim, já em 1903 era indicado e eleito Vice-Governador do Estado na companhia de Tavares de Lyra, então apontado para a Governadoria, e ambos eleitos quase unanimemente, e pouco tempo depois, em 1906, ainda não expirados os quatro anos de mandato da vice-governadoria, era eleito Deputado Federal, tendo como companheiros de bancada Alberto Maranhão, logo depois substituido por Lindolfo Câmara e mais Eloy de Sousa e Pereira Reis.

Na Câmara dos Deputados, sempre, e coerentemente, representando a sua tradicional corrente política, o Partido

Republicano Federal, conservou-se, por sete legislaturas sucessivas até ser mandado para o Senado Federal. Os seus companheiros da Câmara sempre tiveram na melhor conta a sua colaboração, e foi assim que o fizeram ora Membro da Mesa Diretora, cargo sempre disputado pelas grandes bancadas, ora participante das Comissões de maior revêlo, quer fôssem as permanentes, quer as especiais, como a que teve por escopo examinar o projeto de Código Civil do Professor Clóvis Beviláqua, na qual teve a missão de relatar a parte referente ao instituto da *posse*, a respeito do qual exarou um excelente e erudito parecer. Também seu foi o parecer, mas ai já na Comissão de Justiça, referente ao problema do voto femenino, por Lamartine ardorosamente defendido, voto que reanimou e reacendeu a campanha que de há tempos vinha sendo feita no país, afinal vitoriosa primeiramente no Rio Grande do Norte em 1927, e depois de 1930, em todo o Brasil, quando as mulheres passaram a participar ativamente das justas políticas.

Não era apenas no seio das Comissões que o representante potiguar atuava com eficiência. Na tribuna da Câmara não foram poucas as vêzes em que a sua palavra se fêz ouvir para debater problemas da maior relevância, como é o caso do seu projeto de reorganização dos cursos jurídicos, o qual teve a maior e melhor repercussão quando apresentado, provocando até o aparecimento de um livro de análise de Aureliano Leal que o examinou nas suas várias disposições, querendo significar dêsse modo a importância da iniciativa do representante norte-riograndense.

Mas a atividade parlamentar de Juvenal Lamartine dirigiu-se principalmente no sentido da defesa dos problemas econômicos, notadamente os do Nordeste, que conhecia profundamente. Por êsse aspecto a sua campanha na Câmara foi incessante, tenaz e por vêzes vitoriosa. De sua autoria, e por êsse relevantíssimo aspecto, há discursos, pareceres e projetos em conta, alguns visando a casos específicos, como o do sal, o do algodão de fibra longa, o da criação das estações experimentais para o resguardo dessa fibra, inúmeros outros.

Também como Senador da República, cujo mandato exerceu por poucos anos, a ação de Juvenal Lamartine foi de constante vigilância na procura de solução para questões, sobretudo de ordem econômica, interessando ao país e de modo par-

ticular ao Nordeste. Apaixonado pelo desenvolvimento da aviação brasileira, é de sua autoria a iniciativa legislativa, oferecida na nossa Câmara Alta, criando uma base aérea em Natal, outra em Fernande Noronha.

Como disse, pouco tempo passou Lamartine no Senado Federal, pois os seus serviços e o seu vasto conhecimento de tudo quanto interessava ao Rio Grande do Norte foram reclamados pelos potiguares em pôsto de maiores responsabilidades - o govêrno do Estado, para que foi indicado em Convenção do seu Partido, o Partido Republicano Federal.

O programa administrativo de Juvenal Lamartine, ou antes a plantaforma com que se apresentou aos sufrágios dos seus conterâneos como candidato à eleição de Presidente do Estado, lida em banquete que lhe ofereceram os correligionários em Natal aos 9 de abril de 1927, foi um documento em que o seu autor se revelava um homem público inteiramente à altura da situação que disputava, demonstrando um perfeito conhecimento dos mais relevantes problemas a reclamarem solução na terra que iria governar.

O Rio Grande do Norte era, como ainda hoje, uma região pobre, mas com possibilidades de um melhor padrão de vida para a sua população, se aproveitados convenientemente alguns recursos que o seu solo contém e que, devida e racionalmente utilizados, poderiam e podem oferecer bem melhores condições de vitalidade econômica.

As vistas do candidato voltavam-se insistentemente para o campo da produção que era preciso e possível acrescer, se atendidos antes de mais nada três fatores essenciais: o homem, os transportes, o crédito.

"É do concurso dêsses fatores que necessitamos, (foi escrito na plataforma), para que o nível da nossa produção cresça constantemente, acompanhando sempre a curva das necessidades, que o progresso e a civilização criam todos os dias para a humanidade, que se não resigna mais em estacionar um só instante no caminhar em busca de um aperfeiçoamento sempre inatingido. Nem todo homem, porém, é um fator de produção. Postos mesmo de parte os físicamente incapazes, que são mantidos pela sociedade, há os débitos de saúde e os destituídos de conhecimentos práticos, que mal produzem para viver e que precisam ser transformados em fator de produção. É a tarefa

mais pesada e mais delicada dos governos modernos. O revigoramento físico e mental de um povo é obra demorada de educação, para a qual iniciativa privada deve colaborar com a administração pública sobrevalendo muitas vêzes a esta nos resultados obtidos."

O futuro administrador via claramente na educação do homem o fator precípuo a que era urgente atender para assegurar-lhe as energias produtoras, igualmente dependentes da defesa do seu vigor físico, a ser preservado por uma sábia política sanitária e pela luta contra a pobresa com a adoção de medidas que "conduzam a produção agrícola a atingir a um nível tão elevado que permite o confôrto de habitação e da mesa a toda a população do Estado, desde o trabalhador urbano até o lavrador sertanejo."

Para atingir a tal objetivo prometia o candidato cuidar da utilização agrícola dos vales húmidos do litoral do Estado,até então em grande parte desaproveitados, cobertos de pantanais, o que seria alcançado por uma série de medidas que iam desde a abertura de canais e a drenagem das águas estagnadas até ao combte ao impaludismo e à verminose que tanto dizimaram e enfraqueciam as populações nesses vales instaladas. Não esquecia também os chamados vales sêcos que acompanham os rios Mossoró e Açu, cujas melhores terras ainda estavam desaproveitadas. Defendia a necessidade da delimitação das zonas de produção, para que a litorânea, preponderantemente agrícola, fôsse cercada, seguindo-se assim o exemplo de todos os Estados do Nordeste do Brasil, a começar da Bahia, nos quais foi destinada à lavoura a zona húmida do seu litoral, traçando-se um limite dentro do qual só seria permitido a criação em cercados, o que, afirmava Juvenal Lamartine, tem tornado possível aumentar a produção agrícola, valorizar as terras, baratear a vida e facilitar o saneamento rural dos vales baixos, "dependentes mais da cultura agrícola e consequente drenagem do solo do que mesmo da aplicação de medicamento."

Os problemas do algodão, do sal, da cera de carnaúba do açúcar, da pecuária, sôbre os quais assentava naquela época tôda a armadura econômica do Estdo eram detidamente examinados na plataforma, na qual se anunciava o propósito de fomentar o aparecimento de novas culturas, como as do

café, do cacau do fumo, existente em outros Estados nordestinos.

O candidato insurgia-se contra a política de majoração dos impostos ou da criação de impostos novos, surgerindo a substituição gradual do impôsto de exportação pelo territorial, por êle considerado mais equitativo por forçar a "divisão e o aproveitamento dos latifúndios abandonados por proprietários que não sabem ou não querem cultivar as suas terras."

A tôdas essas medidas visando ao fomento da produção e ao fortalecimento da economia potiguar, a plataforma presidencial ajuntava duas fundamentais — uma política de transporte que fizesse ultimar a construção das estradas de ferro iniciadas e cortar todo o território do Estado de rodovias, e a de crédito agrícola, repousando êste principalmente na disseminação das caixas rurais e das cooperativas de venda e de produção.

Com essas providências e, acima de tudo, com um largo programa de combate aos efeitos da sêca, êste, pelo vulto das despesas que reclama a cargo principalmente do govêrno federal, confiava Juvenal Lamartine em que o Rio Grande do Norte seria não pròpriamente um Estado rico, mas um Estado próspero e feliz.

Com êste amplo programa administrativo, e rodeado de auxiliares moços e brilhantes, como Adauto da Câmara, Cicero Aranha, Aldo Fernandes, Omar O'Grady e Cristovam Dantas, assumiu Juvenal Lamartine a Presidência do Estado em 1.º de janeiro de 1928, e desde a hora primeira procurou pôr em execução quanto havia anunciado na sua plataforma. Não tardaram, porém, a surgir as inevitáveis dificuldades e também embaraços com que não podia contar. As dificuldades inevitáveis decorreram da escassez de chuvas, como ocorreu em 1928, e da ausência delas em 1930, o que tudo quer significar o entrave das sêcas com que é preciso contar periòdicamente em todo o Nordeste, cuja economia por isso mesmo é sempre frágil e anêmica. Os embaraços vieram da grande agitação política que, nos países presidencitalistas da América do Sul, precede sempre às eleições para a chefia da Nação e que, no Brasil, de 1929 a 1930, tomou gravíssimas proporções, esbarrando na deposição do Presidente da República e dos Governadores e Presidentes dos Estados e na instalação de uma ditadura que du-

rou alguns anos. O governante norte-riograndense foi um dos atingidos pelo borrasca, quando não havia chegado sequer ao fim do terceiro ano do seu mandato. Não obtante um período de govêrno tão reduzido, e enfrentando a calamidade das sêcas e a intensa agitação política, a justiça manda que se afirme que algo fez e realizou em benefício da terra, cujos destinos administrativos e políticos lhe haviam sido confiados pelo l voto livre dos potiguares. Assim foi que, pagando embora e pontualmente os juros do empréstimo externo de 1910, não aumentando um único dos impostos cobrados pelo Estado, antes reduzindo o de exportação de 8% para 6% e isentando de qualquer taxação a exportação de determinados produtos, como frutos, cereais e legumes, reorganizou quase todos os serviços públicos, entre os quais os referentes à saúde, à educação, à segurança coletiva, voltando-se principalmente para os problemas de que depende a vitalidade econômica da população. Neste rumo cuidou desveladamente dos transportes, do crédito agrícola, da pecuária, da indústria do sal, do açúcar, do algodão, de não sei quantas outras coisas.

A despeito de tudo quanto de benéfico estava realizando a administração Juvenal Lamartine, foi êste deposto pelo furacão revolucionário e deportado para a Europa, onde foi forçado a permanecer por alguns anos como exilado político.

Na Capital da República, como nos Estados da Federação, foram então instaladas comissões de sindicância incumbidas de apurar os crimes dos dirigentes apeiados das situações políticas e governamentais.

Os sindicatos designados para o Rio Grande do Norte tudo fizeram para que o governante ali deposto fôsse apontado como autor de qualquer crime ou deslise administrativo. A sua defesa, porém, por êle mesmo escrito, e enfeixada em volume de mais de 100 páginas, foi completa e cabal, e êle a encerrava com estas enérgicas palavras:

> "Sempre confiei que Deus não permitiria que morresse sem vêr destruído o acêrvo de misérias e calúnias levantadas contra mim. Hei de legar aos meus filhos um nome limpo, e demonstrar aos meus coestadanos que não desmereci da confiança que sempre em mim depositaram.

O Rio Grande do Norte sempre me honrou com os mandatos mais importantes e me elevou à sua mais alta magistratura. Fiz o que em mim coube para corresponder a essa confiança. Se a mingua de talento e de cultura não me permitiu nivelar-me aos seus filhos mais ilustres, a consciência não me acusa de ter, uma só vez, faltado ao meu dever de homem público, nem de haver traído a confiança do meu partido.

Não desertarei da política, porque entendo que é um dever de todo brasileiro trabalhar pelo desenvolvimento de nossa nacionalidade, na medida de suas fôrças e na esfera de sua ação; mas nada pleiteio, nada quero nem desejo para mim: não tenho ambições outras que a de ver o Brasil grande, próspero e unido dentro da ordem legal."

Restauradas as franquias constitucionais, retorno ao seu Rio Grande do Norte, dedicando-se às fainas agrícolas e à pecuária, pelas quais tinha muito entusiasmo e ás quais nunca deixara de estar ligado, mesmo nos períodos das mais intensas lutas políticas, fainas interrompidas apenas no período do exilio.

Ao mesmo tempo, ingressou ativamente no jornalismo, colaborando quase diàriamente no jornal "A Tribuna da Imprensa" de Natal, em cujas colunas encontram-se dezenas e dezenas de artigos de sua autoria, versando prinipalmente as questões interessadas à história e à economia potiguares.

Na parte histórica são da maior valia os estudos que publicou sôbre a vida dos que êle dominou de *patriárcas seridoenses* isto é, figuras que exerceram no passado decisiva influência na vida social dos municípios da zona do Seridó e dêsse modo deram rumos e traços firmes a sua evolução, tais como o Padre Brito Guerra, Senador do Império, José Bernardo, Senador à Primeira Constituinte Republicana, Tomaz de Araújo, Primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Norte, e muitíssimos outros.

Nessa mesma direção histórica, estudou a vida de alguns municípios do Estado, como Caicó, Acari, Serra Negra, Canguaretama, Jucurutu, alguns outros.

O seu forte, porém, como tenho assinalado desde o começo, era a economia, sobretudo a economia nordestina, a res-

peito da qual são sem números os trabalhos por êle publicados nas colunas da "Tribuna da Imprensa". Pode ser dito com verdade que sob êsse aspecto nada escapou ao exame dêsse apaixonado pelas coisas do seu rincão.

Quando se fala em Nordeste no Brasil, a primeira idéia que nos aparece ao espírito é a das suas sêcas periódicas, que se tem procurado combater quase sempre pela engenharia, encarando-se de preferência os aspectos técnicos de problema. É um êrro que Juvenal Lamartine apontou, porque o problema *"é também social, político, econômico e sobretudo* humano.

Depois, no Nordeste, não há só o caso das sêcas e atender. Há outros, muitos dos quais o nosso biografado enumerou, num exato conhecimento das condições regionais e nesta perfeita síntese os remédios a oferecer:

1.º — Intensificar a açudagem, construindo grandes barragens tanto para a irrigação de grandes extensões das terras marginais ao leito dos rios e a juzante das barragens, como para a produção de energia elétrica.

2.º — Facilitar a construção dos açudes médios requeridos por particulares para serem feitos em cooperação com D.N.O.C.S que necessita de uma boa equipe de técnicos para o estudo, projeto e fiscalização dos mesmos.

3.º — Construir o D.N.O.C.S. diretamente, ou auxiliar com 50 % do orçamento, as barragens submersíveis transversais aos cursos dágua, e facilitar os empréstimos à pequena açudagem.

4.º — Intensificar a perfuração de poços, na distância máxima de 6 quilômetros de um para o outro nos chapadões de alguns Estados do Nordeste, dotando-os de motores ou de moinhos, e cobrando uma taxa módica dos que se utilizarem dágua para a conservação dos moinhos ou motores, comprar óleo combustível e lubrificante e pagar a um zelador.

5.º — Sanear, em cooperação com o respectivo Estado, os vales úmidos do litoral marítimo, desapropriando as terras beneficiadas, loteá-las e vendê-las ou arrendá-las a trabalhadores nacionais e a algumas famílias estrangeiras, com a obrigação de conservar os canais de dessecamento e cultivá-las.

6.º — Estudar um plano rodoviário da região nordestina, de modo a ligar, entre si, produtores e centros mais populosos,

e orientando as estradas-troncos para os portos do litoral.

7.º — Pleitear junto ao Govêrno da União o melhoramento dos portos do Nordeste, por meio de uma operação de crédito, garantido pela renda do imposto de consumo cobrado sôbre o sal e subvencionar uma companhia de navegação que se comprometa a construir ou a adquirir navios de pouco calado para o acesso aos portos de pequena profundidade.

8.º — Que seja instalado, com a possível urgência, em um dos Estados do Nordeste, um Instituto Agronômico, nos moldes do de Campinas, de São Paulo, para o estudo das plantas cultivadas na região, especialmente o algodão, a fim de conservar e melhorar as qualidades e percentagem de sua fibra, combater suas pragas e aumentar sua produção por área;

9.º — Fundar o crédito agrícola a juros módicos, com base no cooperativismo e estabelecer o preço mínimo do algodão, e a obrigatoridade da classificação oficial.

10.º — Facilitar ao agricultor a aquisição de máquinas para a lavoura e benefeciamento dos seus produtos assim como de inseticidas a preços módicos e pagamento parcelado;

11.º — Criar pequenos parques florestais na proximidade dos grandes açudes, e a obrigatoriedade, para as Estradas de Ferro, de plantarem, ao longo de suas linhas, árvores que se prestem à produção de dormentes e linhas.

12.º — Criar postos de monta e de inseminação artificial em várias zonas do Nordeste, a fim de melhorar a pecuária, montando laboratórios de análise animal para o estudo e combate das epizootias animais.

13.º — Conseguir, do Ministério da Agricultura, o levantamento geoológico do Nordeste, para a avaliação e exploração de suas jazidas minerais, com a fundação, nas capitais dos Estados mais ricos em minério, de laboratórios de análise.

14.º — Concessão de favores a pessoas físicas ou companhias que se propuserem fundar, no Nordeste, um estabelecimento para a industrialização do abundante pescado de nossa costa marítima.

15.º — Intervenção junto à Companhia do São Francisco para levar os cabos de energia elétrica da Cachoeira de

Paulo Afonso na direção do norte até o extremo de suas possibilidades.

16.º — Decidido apoio ao projeto da criação do Banco do Nordeste."

Pelo que fica exposto, verifica-se quanto Juvenal Lamartine viveu identificado com o seu Nordeste, cujas necessidades econômicas conhecia profundamente, para elas procurando sempre as soluções mais objetivas e adequadas.

Cumpre, porém, ressaltar que, homem de cultura geral, não limitava as suas preocupações ao aspecto do desenvolvimento material da sua região. Desdobrava-se em ação e movimento por múltiplos outro setores.

Nunca esqueceu o dever de interferir na vida política do Estado, e eis que, mal retornando do exílio, ingressou nas pelejas partidárias, embora não visando à qualquer situação para a sua pessoa. Foi um dos organizadores da União Democrática Nacional, secção norte-Riograndense, cuja presidência de honra ocupou até ao seu falecimento, ocorrido em Natal aos 18 de abril de 1956.

Não houve instituição de utilidade coletiva em sua terra que não contasse com a sua participação, sendo que algumas foram criações de sua iniciativa, como é o caso do Aéro-Clube do Rio Grande do Norte, por êle fundado e de que foi presidente, sendo de acrescentar que no Nordeste revelou-se incontestavelmente o pioniro da aviação civil:

Pertenceu ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, em cuja Revista colaborou com excelentes trabalhos; foi um dos animadores da Liga de Ensino que em Natal fundou e manteve a famosa Escola Doméstica. Presidiu o Rotary Clube de Natal e a Academia Norte-Riograndense de Letras, pondo o seu idealismo e a sua cultura a sirveço constante de tôdas essas beneméritas instituições.

Apesar da multiplicidade de suas atividades no campo do interêsse coletivo, não esquecia os seus deveres para com a educação dos seus descendentes, por cuja formação moral e intelectual pelejou incessantemente.

Dessa nobre preocupação com o futuro da família dá bem uma idéia o decálogo que deixou para orientação de filhos

e netos, escrito aos 80 anos de idade, ao pressentir que o têrmo natural da vida não estava distante.

Ei-lo:

"Aos meus filhos e netos recomendo que observem com o possível rigor o seguinte decálogo:

1.º — que façam uma seleção rigorosa das pessoas com quem convivem ou sejam forçados a conviver, a fim de que possam escolher, com segurança os seus amigos mais íntimos e merecedores de sua confiança. Uma vez fixada a escolha dos amigos, procurar cultivar, com o máximo cuidado, essa amizade, porque não há, desta vida, bem mais precioso do que os de um bom e verdadeiro amigo;

2.º — nunca procurar intimidade com pessoas de conduta duvidosa, nem permitir liberdade com quem ainda não se tem conhecimento seguro de seu caráter;

3.º — não se meter em negócios escusos, atraidos por promessas de grandes vantagens, nem entabolar negociações de caráter econômico com indivíduos aventureiros;

4.º — não se deixar dominar por nenhum vício, sobretudo dos que degradam as pessoas que as êles se escravisam, como o alcoolismo, o jôgo, etc.;

5.º — devem ser intransigentes com suas convicções, mas tolerantes com as creças alheias quer sejam políticas, quer sejam religiosas;

6.º — não façam apreciações apressadas sôbre a conduta e procedimento de pessoa alguma, antes de terem o conhecimento seguro da verdade dos fatos, nem usem, em hipótese alguma, palavras desrespeitosas quanto ao procedimento ou conduta da família de qualquer pessoa, mesmo que essa pessoa seja uma inimiga declarada;

7.º — procurem educar os seus filhos e pessoas que estiverem sob sua guarda nos mais severos princípios da moral cristã, ensinando-lhes,

ao mesmo tempo, a conquistar o seu pão com o suor do seu rosto, pois o trabalho, mesmo o mais humilde, dignifica e enobrece a criatura humana;

8.º — nunca façam promessas levianas ou difícieis de serem cumpridas, mas, uma vez empenhada a palavra, devem fazer todo o esfôrça para cumpri-la.

9.º — sejam fieis a qualquer compromisso tomado em política, mas procurem sempre se excusar de qualquer direção política, enquanto no Brasil a política não tomar um rumo elevado e honesto da verdadeira arte de promover o bem do povo;

10.º — manter e estreitar a relações de amizade e de confiança entre os mebros da família, sobretudo entre os irmãos, esforçando-se para resolverem qualquer divergência num ambiente de compreensão e de estima recíproca."

Aí ficam os traços principais da vida de Juvenal Lamartine, o homem e o cidadão, o chefe da família e o político.

Com êle convivi muito de perto durante mais de meio século, acompanhando- em lutas políticas, por vêzes bem ásperas, e em campanhas sociais. Encontrei-o sempre na linha da frente, pelejando por idéias e realizações que entendia serem do interêsse de sua terra e capazes de conduzí-la a dias de mais acentuado progresso. Estou assim, em condições de poder aquilatar do seu espírito público e da sua constânte preocupação de servir ao bem coletivo.

Não há exagêro em afirmar que, entre os dirigentes com que o Rio Grande do Norte contou na sua trajetória política na vigência da chamada República Velha ou Primeira Republica, nenhum a êle sobrepujava no conhecimento dos problemas vitais da região e na procura de soluções por êles reclamadas, na ânsia de ver a gente nordestina cada vez menos sofredora e a participar de um melhor quinhão de bem estar no seio da família brasileira.

Comando da Polícia Militar Durante o Império

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Em 1.º de dezembro de 1833, Basílio Quaresma Torreão, Presidente da Província, propôs ao Conselho Geral a criação de uma corporação destinada ás funções de polícia militar.

O Conselho Geral criou o CORPO DE POLICIA pela Resolução de 27 de junho de 1834, aprovada pelo Art. 4 da Lei de 4 de abril de 1835. Esta Lei é o Primeiro Orçamento do Rio Grande do Norte. Consignava uma verba de 7.561$000 para os GUARDAS POLICIAIS, já existentes desde junho.

O Presidente Ferreira de Aguiar, sucessor de Torreão, na sua FALA de 7 de setembro de 1836 á Assembléia Legislativa, apresentou um plano de reforma ampliadora. Vem daí a Resolução n.º 24, de 4 de novembro de 1836.

Comemora-se oficialmente a criação da POLÍCIA MILITAR a 4 de novembro, quando a data histórica é 27 de junho. Em vez de 1836, 1834.

Na HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL, capítulo XXXIV, e na História do Rio Grande do Norte, Capítulo XVIII, estudei documentadamente o assunto e creio ter exposto, com suficiente clareza, como nasceu a nosso gloriosa POLÍCIA MILITAR.

Dispenso-me de repisar a história velha.

Agora trago os resultados de pesquisas nos arquivos e relatórios esquecidos referentes ao Comando da Polícia Militar durante o Império. Foram sete os comandantes.

ANTÔNIO JOSÉ DE MOURA, foi o primeiro Comandante com o posto de Capitão. Não sei quando foi nomeado ou quando assumiu. Não há nome anterior ao seu. Parece ter acumulado estas funções com as de Ajudente d'Ordens do Presidente da Província, Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, assassinado a 11 de abril de 1838 e que governára desde 26 de agosto de 1837.

Em 19 de janeiro de 1838 o Presidente Silva Lisboa nomeára Antônio José de Moura Professor interino de Geometria no Ateneu, mantendo-o igualmente no comando do Corpo de Polícia.

Sendo amigo dedicado do Presidente Silva Lisboa, o Capitão foi exonerado em agôsto de 1838 mas o Vice-Presidente em exercício, Dr. João Valentino Dantas Pinajé, efetivou-o em 11 de agosto do mesmo ano na cadeira de Geometria, ao conceder-lhe a demissão militar.

Substituira-o no comando do CORPO DE POLÍCIA o Capitão Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro, agôsto de 1838.

Antônio José de Moura era relacionado e prestigioso Foi eleito Deputado Provincial no biênio de 1838-39 e, sucessivamente, reeleito para 1840-41, 42-43, 44-45, 46-47,, 48-49, 50-51, numa demonstração evidente de valimento político. Fôra 2.º Secretário da Assembléia em 1843 e 1.º nas sessões de 1845, 1848, 1849 e 1850.

Em 1837 era Vice-Diretor da TIPOGRAFIA NATALENSE, a primeira que se instalou na Província, e impressora do primeiro jornal, "O NATALENSE", 1832-1837. Em 1848 exerceu as funções de Secretário da Instrução Pública. Gostava de música e mesmo tomava parte nas festas religiosas, cantando no côro da Matriz.

Era casado com d. Maria Rosa Soares de Moura, falecida na vila do Ceará-Mirim em 6 de junho de 1862, deixando descendência.

O Capitão Antônio José de Moura faleceu na cidade do Natal a 24 de outubro de 1850.

* * *

MATIAS CARLOS DE VASCONCELOS MONTEIRO: — foi o segundo Comandante, exercendo o posto de agôsto de 1838 a março de 1853.

Era inteligente, dedicando-se ás letras, animando mesmo o movimento teatral no seu tempo. Tocava violão e compôs modinhas, letra e música, que se perderam ou ainda correm sem possibilidade de identificação.

Alferes de quarta classe do Exército Imperial, nascera em Vila Flôr, em 1817 filho de Matias José de Castro de Vasconcelos. Nomeado Capitão Comandante em 13 de agosto de 1838, assumiu no dia seguinte. Em comissão, Matias foi ao Rio de Janeiro, lá ficando de 3 de abril a 3 de agosto de 1839. No FOGO DE QUARENTA (1840) no Assu, marchou com toda a tropa disponível para a Vila Nova da Princêsa, a 20 de dezembro de 1840, demorando-se, na pacificação dos ânimos, até 18 de junho de 1841.

Comandou o CORPO DE POLÍCIA durante treze anos, sete mêses e um dia.

O Quartel era no consistório da Igreja de Sant'Antônio.

O Capitão Comandante era diretor da SOCIEDADE DO TEATRO NATALENSE, o TEATRO DE PALHA na Praça do Rosário que se incendiou e para cuja reconstrução solicitára 800$000 á Assembléia Legislativa, em setembro de 1841. Deduz-se ter sido homem letrado. No "assento" lê-se que sua altura era de cinquenta polegadas.

O Ajudante Manuel Ferreira Nobre comunica a Matias Carlos que o Presidente Antônio Francisco Pereira de Carvalho demitira-o a 27 de março de 1853, nomeando Francisco Machado do Rego Barros para substituí-lo no comando.

Os oficiais do CORPO DE POLICIA eram demissíveis AD-NUTUM, á disposição da vontade presidencial. Matias Carlos reclamou á Assembléia Provincial, anos depois, em 29 de julho de 1856, sua aposentadoria, com os vencimentos correspondentes ao tempo em que servira. Nada obteve. Nem siquer encontrei "parecer" da comissão encarregada de opinar na espécie.

Deparei ainda, em 14 de janeiro de 1852, quando comandava, um seu requerimento, pedindo pagamento de 13$340 que gastara com água e luz para o Quartel, de junho a dezembro de 1849.

Três anos depois ainda estava sem receber os 13$340 desembolsados.

Foi um dos fundadores da IRMANDADE DE SANT'ANTÔNIO DOS MILITARES, aprovada pela Res. 238, de 22 de setembro de 1851. Esta IRMANDADE reunia os comandantes e oficiais da guarnição militar da cidade do Natal, José Lucas Soares Rapôso da Câmara, Major Comandante da Fortaleza dos Santos Reis Magos, José Bento Alvares, Capitão Comandante da Companhia Fixa de Primeira Linha e Matias Carlos, Capitão Comandante do CORPO DE POLÍCIA. O Major pagava 600 réis e os Capitães 400 réis por mês.

Não mais voltou ao comando e nem mesmo ao CORPO DE POLÍCIA.

> "Aos onze de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e sete faleceu da vida presente, com todos os Sacramentos, o Alferes Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro, branco, casado, morador nesta Cidade, com D. Senhorinha Teodora de Vasconcelos Monteiro. Foi sepultado no Cemitério Público logo enconmendado por mim. E para constar fiz este assento em que assinei (a) BARTOLOMEU DA ROCHA FAGUNDES, — Vigário Colado."

FRANCISCO MACHADO DO REGO BARROS, terceiro Capitão-Comandante do CORPO DE POLÍCIA, assumiu em março de 1853 e, segundo versão desacompanhada de provas, passou o comando ao próprio filho, Focio Joaquim do Rego Barros, em meiados de 1861.

Era filho do Coronel de Milícias Joaquim José do Rego Barros e D. Maria Angélica da Conceição, neto paterno do Mestre de Campo Francisco Machado de Oliveira Barros e D. Antônia Maria Soares de Melo, e neto materno do Coronel de Cavalaria Miliciana Francisco da Costa e Vasconcelos, da cidade do Recife, e D. Maria Rosa Teixeira, da freguesia de Nossa Senhora d'Apresentação da Cidade do Natal.

Nasceu no arraial do Ferreiro Torto, arredores da povoação do Coité, hoje Cidade de Macaíba, a 7 de agosto de 1803. Casou em Natal em 11 de fevereiro de 1821 com D. Antônia Luiza, filha do capitão Manoel Inácio Pereira do Lago e D. Inácia Pereira de Jesus.

Era um dos mais exímios cavaleiros do seu tempo e grande jogador de espada. Deve ter incutido no espírito familiar o afeto pela profissão militar.

Dois filhos seus comandaram o CORPO DE POLÍCIA, Focio Joaquim e Joaquim José do Rego Barros.

Francisco Machado do Rego Barros foi Ouvidor da Comarca, interino, no segundo semestre de 1830, e segundo Chefe de Polícia, de abril a junho de 1838.

Não sei quando e onde faleceu. Seria em Natal e antes de 1865 porque a ausência do seu nome, entre os que auxiliavam o Govêrno a preparar o voluntariado da Pátria para a guerra do Paraguai, é indício veemente de que não mais vivia. Se estivesse na terra estaria colaborando no momento patriótico.

* * *

FOCIO JOAQUIM DO REGO BARROS: — quarto Capitão-Comandante, esteve á frente do Corpo de Polícia de meiados de 1861 até 30 de abril de 1885, quando faleceu. Nascera em 1834 e morreu solteiro.

Foi comanadnte vinte e quatro anos e era estimadíssimo na Cidade. Capitão da Guarda Nacional, alistou-se no Primeiro BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, comandando a primeira companhia, viajando em junho de 1865 para o sul. Depois da dissolução do 28 Batalhão de Voluntários da Pátria, em vista ao seu estado pessoal de saúde, Focio foi dispensado do serviço do Exército em 4 de janeiro de 1866, com grandes elogios.

De 1861 a 1885 a Província foi governada por vinte e dois Presidentes e dezessete vices pertencentes aos vários matizes políticos em que se dividiam os Liberais e Conservadores. Todos, sem excepção, elogiaram a disciplina, dignidade e exatidão de Capitão Focio, unânimes em apontá-lo como um oficial modelar. Era poeta, musicista, meio-boêmio, publicando seus poemas no "RECREIO" (1861), rimando lirismo, tocando violão e cantando modinhas quando o luar era bonito e claro. E vivia numa época de estreito protocolo e de cerimoniosa exigência para a conduta dos chefes de serviços, notadamente de um comandante de tropa.

Seu sepultamento arrastou quase toda a população num acompanhamento melancólico, seguindo o feretro de uma das criaturas mais populares e queridas da Cidade do Natal.

* * *

JOÃO DA FONSECA VARELA: — quinto Capitão-Comandante do Corpo de Polícia foi nomeado a 28 de setembro de 1885. Não apurei quem ficou comandando de abril a setembro. Em janeiro de 1887 continuava no posto e só lhe deparei a exoneração em junho de 1889. Esteve no comando de setembro de 1885 a junho de 1889, ininterruptamente? Não tenho elementos para afirmar ou negar. Em 1888 era Comandante da Fortaleza dos Santos Reis Magos. Teria deixado a Polícia e voltado posteriormente? Quem o sucedeu? Ignoro. Em junho de 1889 foi substituido por Olegário Vale. Não encontrei outros vestígios.

Nascera no Ceará-Mirim a 2 de dezembro de 1850 e faleceu em Natal a 28 de dezembro de 1931. Em 9 de março de 1865 fugiu de casa para alistar-se no 1.º BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA que partiu em junho deste ano voltou em meiados de 1870, batendo-se como um valente. Seguira o 28.º Batalhão até Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde o mesmo foi dissolvido. Incorporou-se ao 36.º de Voluntários. Alferes, passou para o 48.º de Infantaria, extinto depois de Avaí. Ficou adido ao 2.º e depois ao 18.º Batalhão de Infantaria. Bateu-se em Tuiutí, Curuzu, Curupaití, Humaitá, Itororó, Avaí, na batalha modelo de Lomas Valentinas.

Recebeu a Medalha de Bravura Militar, as imperiais Ordens de Cristo e da Rosa, os passadores de prata 5, 11, 21 e 27, as medalhas das campanhas Oriental e Paraguai.

O Marquez de Caxias promoveu-o pessoalmente a Alferes. Era amigo de Deodoro da Fonseca e de Luís Emilio Mallet. Republicano devotado no Império, foi monarquista fiel na República.

A República devia ser proclamada quando se voltasse do enterro do VELHO! — afirmava.

Continuou na campanha das Cordilheiras com o Marechal Conde d'Eu. Esteve no reconhecimento de Ascurra e na batalha de Campo Grande. Antes desfilara pelas ruas de Assunção. Contramarchava para o cerco final ao ditador Francisco Solano López quando este sucumbiu nas margens do Aquidabanigui, em março de 1870.

O general Mallet fez tudo para conservá-lo no Exército Imperial. Voltou para sua Província, alferes efetivo, com o peito cheio de condecorações gloriosas. Um dia aborreceu-se, irritou-se e pediu exoneração.

Foi Ajudante d'Ordens da Presidência, ingressando no CORPO DE POLÍCIA depois de 1880. Desempenhou comissões no interior do Rio Grande do Norte e na Paraíba, batendo-se contra cangaceiros e derrotando-os. Manquejava por ter sido ferido numa perna num destes encontros sem quartel.

No CORPO DE POLÍCIA exerceu uma fiscalização rigorosa no plano disciplinar. Alto, robusto, era de comprovada coragem e de energia indômita, arrostando todos os perigos com impassível serenidade.

O marechal Floriano Peixoto fe-lo Capitão honorário em 1893 e em outubro de 1894 Major honorário do Exército. Pelo decreto federal 3.958, de 24 de dezembro de 1919, tinha as honras de General de Brigada.

Nasceu num aniversário natalício do Imperador D. Pedro II e faleceu num aniversário da morte da Imperatriz Teresa Cristina. Foi um modelo de bravura, honestidade e patriotismo.

* * *

OLEGÁRIO GONÇALVES DE MEDEIROS VALE: — sexto Capitão Comandante do Corpo de Polícia, nomeado em junho, foi exonerado em julho de 1889. Um mês no comando.

Pertencera ao Corpo no posto de Alferes em 1884 e fora dispensado destas funções no ano seguinte, 1885.

Proclamada a República, o Presidente Pedro Velho nomeou-o para Comandante em 5 de dezembro de 1889. Foi o primeiro comandante no regimem republicano.

Substituía em dezembro quem o substituíra em julho, Joaquim José do Rego Barros. Esteve neste posto até 24 de março de 1891 quando passou o comando justamente ao mesmíssimo oficial que lhe dera lugar em dezembro de 1889.

Mas já é história republicana, a segunda etapa do CORPO DE POLÍCIA.

Olegário Vale nascera no Caicó a 6 de março de 1858 e faleceu na mesma cidade a 2 de junho de 1891. Inteligência clara, vibrante, de formação liberal, foi o redator-chefe e fundador do periódico "O POVO", o mais antigo jornal da região do Seridó, em 9 de março de 1889. Republicano "histórico", escrevendo e falando bem, figurou na primeira linha dos movimentos políticos do seu município e zona, deixando uma insistente lembrança de sua atividade, interrompida pela morte que o levou aos trinta e três anos.

Demitido do comando do Corpo de Polícia com mês de exercício, nas manobras preliminares da última eleição imperial (31 de agosto de 1889), não desejava o Presidente Fausto Barreto, pessôa do candidato Amaro Bezerra, deixar á frente da Polícia um elemento de José Bernardo de Medeiros, o maior adversário. Com o advento da República, o Presidente "aclamado" Pedro Velho, reenviou para o comando do Corpo de Polícia o Capitão Olegário Vale, numa afirmativa compensadora da demissão afrontosa.

Pela mesma razão de ordem política, Olegário Vale foi novamente demitido, em 24 de março de 1891 pelo Governador Francisco Amintas da Costa Barros. Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros estavam em oposição ao marechal Deodoro e no Estado a "situação" lhes era adversa. Afastar um adversário da chefia do CORPO DE POLÍCIA impunha-se.

Olegário Vale voltou ao Caicó para falecer em junho.

Quem conheceu o primeiro comandante do CORPO DE POLÍCIA na República presta as homenagens da saudade ao seu espírito, vivacidade intelectual, graça espirituosa do convívio elementos que o levariam a uma atuação partidária de marcante elevação se a Morte não se apressára tanto em levá-lo da terra...

* ✻ *

JOAQUIM JOSÉ DO REGO BARROS — sétimo Capitão Comandante do Corpo de Polícia, nomeado a 26 de julho de 1839, tomou posse a 1.º de agosto do mesmo ano. Substituiu o Cap. Olegário Vale.

Comandava o Corpo de Polícia quando a República foi proclamada em Natal a 17 de novembro do mesmo 1889.

Foi o último comandante no regime imperial.

Substituiu-o, em 5 de dezembro deste 1889, Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, o primeiro comandante republicano.

Como a vida dá muitas voltas, Joaquim José do Rego Barros voltou ao comando a 24 de março de 1891, recebendo-o das mãos de Olegário Vale. Foi exonerado a 28 de novembro de 1891.

Nasceu em Natal a 23 de dezembro de 1839 e faleceu na mesma cidade a 13 de novembro de 1903.

Era irmão do Capitão Focio Joaquim do Rego Barros, o Comandante de 1861 a 1885.

O Capitão Joaquim José casou com D. Arsenia Clarinda do Rego Barros e deixou descendência, sendo o mais velho o doutor Francisco Machado do Rego Barros, nascido a 15 de maio de 1863 Médico em 1890.

Tenente da Guarda Nacional, alistou-se no Batalhão norte-rio-grandense dos VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, viajando em junho de 1865 para o Rio Grande do Sul onde foi dispensado do serviço do Exército em 4 de janeiro de 1866, com elogios ao seu patriotismo.

Comandando o Corpo de Polícia, de agosto a dezembro de 1889, limitou-se a rotina do quartel. Era zeloso, dedicado, honesto, cumpridor exato dos deveres confiados á sua dedicação.

Voltou em março para ser exonerado em 28 de novembro de 1891, na deposição do Presidente Miguel Joaquim de Almeida Castro, de quem era auxiliar e amigo de confiança.

A Junta Governativa que o demitiu, afastou-o de qualquer função por ter sido fiel ao Presidente Miguel Castro. A imprensa de Pedro Velho cobria-o de ridículo, cognominando-o "Marechal Peru", porque em agôsto de 1891 uns larápios furtaram dois perus do seu galinheiro.

Com o passar do tempo proclamava-se a virtude cívica de Joaquim José do Rego Barros, sua feição serena, disciplinar, sua fidelidade aos compromissos assumidos e a raríssima coragem de continuar correligionário dos chefes derrotados e expulsos.

Escrivão do Juizo Federal, desempenhou suas funções com minuciosidade e exatidão. Aposentou-se por ter perdido a visão.

Com êle se fecha o ciclo dos comandos do CORPO DE POLÍCIA durante o Império.

O Descobrimento da Gipsita de Mossoró

Vingt-Un Rosado

Em Setembro de 1856, Frederico Leopoldo César Burlamaqui escrevia que "o senhôr J. Brunet, médico francês, e amador de História Natural foi incumbido pela Presidência da Paraíba do Norte de uma viagem científica ao interior daquela Província, e de colher todos os objetos que pudessem interessar o Comércio, a Medicina e a Indústria. Durante a sua longa viagem pelo interior daquelas Províncias do Rio Grande do Norte e Ceará, êsse senhor colheu um grande número de substâncias vegetais e minerais, assim como os fósseis de que já dei notícia. Além de muitas amostras de rochas, os seguintes minerais dos quais julguei dever fazer especial mensão:

Ferro oligístico (do Serrote da Seriema São João) da Cabeceira, da Serra da Caxexa, do Seridó, do Brejo de Areia, lugares da Província da Paraíba, e do Opodi, no Rio Grande do Norte.

Limonite — Do Brejo de Areia, província da Paraíba.

Pintes do mesmo lugar e Província.

Sulfato de ferro com sulfato de Alumina — Da Serra do Monte entre Campina Grande e Cabaceira, na mesma Província.

Calcários- Cristalizado do Opodi, Sacaróide do Caicó, Stalagmítico do Opodí, província do Rio Grande do Norte, xistoso da Cabaceira. Lamelar de São João, Comarca do Rio do Peixe, província da Paraíba do Norte.

Gêsso laminar do Opodí, província do Rio Grande do Norte.

Opala comum — do mesmo lugar e província.

Argilas salíferas da Cidade de Areia, província da Paraíba do Norte" (1) Burlamaqui dava notícia em 1856 do Gêsso do Opodi, que fôra descoberto em 1853.

Opodi já dissemos que é a Chapada cretácica do Apodi, na qual se localiza o Município de Mossoró.

A excursão dos vinte meses, Brunet a realizou entre março de 1853 e novembro de 1854, possivelmente.

José Leite informa que em agôsto de 1853, os ilustres vereadores da Câmara Municipal do Apodi davam notícia de minerais na sua Região. Afirmavam que "também se acha na Serra uma pedra que parece gêsso" além de referir que em um certo logar do Riacho Pau do Tapuia, havia um terreno côr de chumbo, hostil á vegetação, e de uma consistência de pedra quebradiça, dentro dos quais se acham lascas de algumas pedras de comprimento e largura e de algumas polegadas de grossura, de uma pedra branca, muito transparente, branda ao corte de qualquer instrumento e sucetível á polidez e brilho de vidro, porém menos frágil do que êle" (2) que nos parece ser a descrição do tipo alabastrino de gipsita. Os conhecimentos geológicos e mineralógicos dos ilustres legisladores poderiam muito bem ter sido inspirados pela descoberta de Brunet no mesmo ano, da gipsita apodiense.

O Padre Florêncio Gomes de Oliveira, mossoroense do Distrito de Governador Dix-Sept Rosado, escreveu, segundo Manoel Antônio de Oliveira Coriolano, uma "Memória topográfica, Geológica e Mineralógica do território banhado pelas águas do Rio Mossoró ou Apodí e seus afluentes principalmente nos limites dêste Estado (?) datada de 12 de Maio de 1861. (3) Extraordinária essa figura de sacerdote, político, poeta, jornalista, deputado pro-

vincial a se preocupar também com problemas científicos. Teria essa sua Memória, escrita 8 anos após a passagem de Brunet, recebido influência do naturalista francês?

É apenas uma possibilidade que fica registrada. Em 1877, Manoel Ferreira Nobre afirma que a gipsita aparece em diversos pontos de Mossoró e no Riacho do Tapuio. A fonte da informação devem ter sido os vereadores do Apodi.

O Capitão Miguel Viana, "perito na escultura e na arquitetura e gênero mesmo de invenção, depois de fazer estudos analíticos da gipsita mossoroense a "empregara vantajosamente nas suas aperfeiçoadas obras" (4).

Històricamente, a referência seguinte á gipsita que Brunet descobriu em Mossoró é a da Câmara de Vereadores de Mossoró, em 1888, em informação á Biblioteca Nacional "Não muito longe dessa pedreira há igualmente uma mina de excelente gêsso pouco explorado com o qual se tem feito obras de estuque em diversos templos da Província" (5) O Almanaque Laemmert, pelo menos o de 1903, cita a gipsita mossoroense.

Manoel Joaquim de Oliveira, comerciante e chefe político na antiga Vila de São Sebastião (atual Gov. Dix-Sept Rosado) chamou a atenção do Farmacêutico Jerônimo Rosado, para a gipsita do seu Distrito, convidando-o a explorarem-na em sociedade.

Rosado começou a se interessar em 1913 pelo minério. Foi o fundador da Indústria nacional da extração de gipsita e o pioneiro da sua calcinação.

Em 30 de Outubro de 1915, procura colocar a gipsita em Fortaleza. Em 27 de Dezembro de 1916, lemos em copiador do seu Arquivo que havia colhido 15 toneladas do minério. A 10 de Junho do mesmo ano escrevia: "Pela aparência presumo ter muito gêsso mas só poderei afirmar depois de muitas sondagens."

Começava a luta extraordinária de um autêntico pioneiro, só interrompida quando de sua morte.

Homem de inteligência e de uma fôrça de vontade á tôda prova, Jerônimo Rosado fundou, com inabalável fé no futuro do Nordeste, a Indústria da extração da gipsita, ao tempo em que o País apenas iniciava a sua produção de cimento pois no ano do seu falecimento, 1930, aquela não ultrapassava a casa dos 87.160 ton. (6)

Em um forno construído nos fundos de sua Farmácia, Rosado também lançou os primórdios da indústria de calcinação de gipsita.

Aqui ficam associados os dois maiores nomes desta pequena história: Louis Jacques Brunet, o naturalista que descobriu a gipsita mossoroense e Jerônimo Rosado, o pioneiro que criou, no País a Indústria nacional da gipsita.

B I B L I O G R F I A

1) — BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César — Notícia acêrca de alguns minerais e rochas de várias províncias do Brasil, recebidas no Museu Nacional durante o ano de 1855. Revista Brasileira n.º 4 — p. 77, 78

2) L E I T E , José — Documentário Mineralógico. in Boletim Bibliográfico, n.º 17, orgão mensal da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró e do Museu Municipal de Mossoró, p. 13

3) CORIOLANO, Manoel Antônio de — Os Pjaus Azues do Apodi — Boletim Bibliográfico, número 13, p. 23.

4) N O B R E . Manoel Ferreira — Breve Notícia sôbre a Província do Rio Grande do Norte, 1877. Trecho referente a Mossoró transcrito no Boletim Bibliográfico, n.º 14, p. 10.

5) ..... Livro de atas da Câmara Municipal de Mossoró.

6) S I L V A , Edmundo Macedo Soares e — Indústria de Base, sua importância e necessidade do seu desenvolvimento. Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Set. 1958, Ano IV, n.º 42.

Ontem, Hospital do Monte, Hoje Hospital "Miguel Couto"

TARCÍSIO MEDEIROS

Trabalho publicado em "A República de 10 e 11 do do mês de setembro de 1959, como colaboração do autor por ocasião do cinquentenário do "Hospital Miguel Couto"

— I —

Transcorre, no dia 12 de setembro dêste ano, o cinquentenário de um estabelecimento hospitalar de nossa capital. Os de hoje, conhecem-no com o nome de "Hospital Miguel Couto"; os de ontem, de "Hospital Juvino Barreto"; os maiores de 60 anos, como o "Hospital do Monte". De qualquer forma, se, de um lado, isto reflete uma maneira pessoal de guardar a tradição das coisas de nossa terra; de outro, representa as sucessivas etapas da vida dêste estabelecimento de assistência médica

Na oportunidade, tenho incontida vontade de, usando as reminisceências dos meus familiares que viram surgir a instituição, contar, sómente, algo que sirva de subsídio à sua história; mas, penso que para tanto será melhor, da pesquisa paciente do documento certo, confrontar os fatos e tirar conclusões lógicas, dando-me por feliz se isto concorrer, de algum modo, para colaborar nas justas homenagens desse dia.

* * *

Onde foi o Quartel da Polícia Militar, na antiga rua Presidente Passos, prédio, hoje ocupado pela Casa do Estudante, aí, no ano de 1892, funcionava o "Hospital de Caridade". Falo a partir daquele ano, em razão da lei número 14, do mês de junho, do Govêrno do dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, a qual criando a Repartição de Hi-

giene Pública, com séde nesta cidade, determinou seu funcionamento no edifício do mesmo hospital, cuja Diretoria ficava a cargo do Inspetor de Higiene. No artigo 14, confirmava a mencionada Lei: "É mantido o atual Hospital de Caridade, ficando sua direção e serviço clínico a cargo da Inspetoria de Higiene".

Entretanto no anexo tabela -B -, do pessoal do Hospital de Caridade e respectivos vencimentos, consta um Médico Diretor e um Médico ajudante, sem ordenado e com as gratificações da Tabela - A, esta correspondente ao quadro de funcionários da Inspetoria de Higiene, na qual o Inspetor tinha de ordenado 2.400$000, por ano, gratificação de 1.200$000 e o ajudante 1.000$000 e 1.000$000, respectivamente. Assim, não há dúvida, o Inspetor de Higiene e seu ajudante, eram os mesmos Médicos — Diretor e ajudante do Hospital de Caridade.

No artigo 22, dizia, ainda o texto legal: — "O Lazareto da Piedade ficará sendo uma dependência do Hospital de Caridade"... E que dependência!... Era, isto sim, um amontoado de portadores de moléstias infecto-contagiosas, senão dos contaminados pela temível bexiga, isolados na distante "estrada velha dos Guarapes", depois chamado isolamento da Piedade, Hospício de Alienados, marco inicial da psiquiatria potiguar.

O Hospital Juvino Barreto, como êle, sairia dos fundamentos do próprio Hospital de Caridade, desta Lei, como consequência imprescindível da cidade que crescia, na razão direta das mazelas de sua população. Como o São João de Deus, para tuberculosos, Colônia São Francisco de Assis, para leprosos, todos os outros, também, como prova da especialização médica, da terapêutica moderna, da evolução da ciência.

* * *

Dizia meu pai, Cândido Henrique de Medeiros, falecido em 1942, e o confirmam meus irmãos maiores de cinquenta e oito anos de idade, que a reforma da "mansão" da família Alberto Maranhão, no "Monte", em Petrópolis, iniciada em princípios de 1905, esteve a cargo do Sr. Teodósio Paiva, Diretor do Almoxarifardo Geral do Estado. O velho casarão, segundo o depoimento do Sr. Sérgio Severo de Albuquerque Maranhão, ao qual me reporto e dou fé, foi comprado pelo Estado e pago com o emprêgo de parte da quantia de 10.000$000 deixada por Juvino Barreto para empreendimentos de caridade, sem embargo de outros e constantes auxílios fornecidos por Dona Inês Barreto, para adaptação do prédio.

Do que se depreende da parte oficial de "A República" de 20-8-1909, o Sr. Pio Barreto foi o empreiteiro, para construção de uma sala de operação e mais quatro outras", pel opreço de 1.000$000.

Meu pai, dêsde 1907, tendo vindo com a família de Pernambuco para Natal, a chamado do meu avô Desembargador Lemos, embora empregado na Comissão de Melhoramentos do Porto, foi convidado, pelo então Governador Alberto Maranhão, para ajudar à direção de tais obras, em face da sua experiência adquerida no serviço da Santa Casa, em Recife, e pela confiança que lhe depositava, "por ser genro de quem era"... Antes da conclusão definitiva dos trabalhos, dentro do crédito de confiança dado pelo Governador, viajou ao Recife, com "carta branca", para trazer, dali, irmãs religiosas, da Ordem que julgasse mais conveniente para o serviço de administração do novo Hospital. E preferiu a Ordem de Sant'Ana.

Cinco (5), foram as Irmãs dessa Ordem que chegaram pela primeira vez no Rio Grande do Norte, para tomarem conta de um serviço de caridade pública. No dia 14 de julho de 1909, conforme noticiou o "Diário do Natal" do dia 17 do mesmo mês e ano, desembarcaram elas do vapor "ACRE", ficando abrigadas no prédio em remodelação, sem confôrto, estoicamente suportando a situação de emergência.

No dia imediato, 15 do mês, por ato do Governador Alberto Maranhão, eram elas, DD. Cosma Campani, Rosa Sampaio, Helena Maria de Menezes, Renoleta Mesati e Olindina Garavaghia, "nomeadas para se encarregarem do serviço de enfermarias do Hospital de Caridade, com gratificação total de duzentos mil réis (200$000), até que oportunamente contrate o Govêrno, com as mesmas religiosas, o serviço efetivo daquele estabelecimento".

Como resultado imediato, dêste ato governamental, no dia 10 do mês seguinte de agosto, à presença do Governador do Estado, doutor Alberto Maranhão, compareceu Soror ANNA ANCILLA BRICCOLLI e declarou que vinha, na qualidade de representante da Geral da Ordem de Sant'Ana, residente em Roma, Soror Anna Benedetta Carrega, contratar com o Govêrno do Estado o serviço de administração interna das enfermarias do Hospital de Caridade, mediante as cláusulas seguintes... Dentre elas, ficou ajustado o número de cinco irmãs, número que poderia ser aumentado em caso de necessidade do serviço; que a administração interna seria feita por INTERMÉDIO DA INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA; e que o Estado pagaria à Irmã Regente, como gratificação pelos serviços prestados pelas Irmãs contratadas, a quantia mensal de 350$000.

Esta Irmã era Provincial da Ordem no Brasil, e veio apenas, para discutir, aceitar e assinar o contrato. retornando ao Recife, logo após. Não consta que estivesse aqui por ocasião da instalação do novo Hospital. A figura da Irmã Cosma Campani, esta sim, avulta na lembrança de todos, como a Diretora ou Irmã Regente, sustentando o encargo por muitos anos, sendo aquela que mais deixou traços profundos do seu espírito organisador. Desde sua chegada, em julho de 1909, o expediente trocado entre ela e o Govêrno e o Diretor do Almoxarifardo Geral, é farto na parte Oficial de "A República" da época, mostrando seu labor insano, fatigante de providências reiteradas, tudo prevendo para a instalação da nova casa de saúde.

À pressa da Irmã ANNA ANCILLA BRICCOLLI em voltar aos deveres do seu provincialato, em Recife, determinou um fato singular. O contrato foi firmado antes do ato governamental que o autorizaria, vez que o Decreto n. 205, que reorganizou o Hospital de Caridade e criou os lugares de médico da Polícia e do Batalhão de Segurança, sómente saiu no dia 21 de agosto de 1909, e na parte que interessa, mais de perto ao caso, assim dispunha:

> "O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, autorizado pelo art. 7.º, § 3.º, da Lei n. 268, de 1.º de dezembro do ano passado,
>
> DECRETA:
>
> Art. 3.º — O serviço do Hospital de Caridade será feito mediante contrato, por irmãs da Ordem das Filhas de Sant'Ana, a cujo cargo ficará a administração interna do estabelecimento e direção das respectivas enfermarias.
>
> § único — A irmã regente do serviço do Hospital se comunicará oficialmente com o Governador do Estado por intermédio da Inspetoria de Higiene, repartição a que fica subordinado o estabtlecimento.
>
> Art. 4.º — O serviço médico-cirúrgico do Hospital de Caridade será feito por profissional nomeado pelo Governador com a gratificação mensal de 300$000.
>
> § único — O médico do Hospital dará as visitas diárias ao estabelecimento, passando todo o receituário interno e praticando as intervenções cirúrgicas necessárias, podendo requisitar do Governador o concurso de outros colegas, sempre que assim o exigirem a natureza e importância das operações

Art. 5.º — Haverá no estabelecimento uma farmácia que ficará sob imediata fiscalização do médico do Hospital, a cargo de uma das irmãs contratadas, prèviamente examinada por uma junta composta de médicos da Polícia, do Batalhão de Segurança e do Hospital e de um farmacêutico nomeado pelo Governador sob a presidência do Inspetor de Higiene.

Art. 8.º — Os empregados do Hospital de Caridade, nomeados pelo Governador, que não forem aproveitados na presente reorganização ou adidos a outra repartição do Estado, ficarão em disponibilidade com os respectivos ordenados.

Art. 9.º — O Inspetor de Higiene fará a revisão do atual regulamento e outras disposições em vigor, referentes aos serviços subordinados à sua repartição, submetendo-a ao exame e aprovação do Governador."

Dir-se-ia, da leitura do Decreto, que tudo se restringiu a uma reforma do Hospital de Caridade, sob à direção das Irmãs de Sant'Ana. Entretanto, é evidente do art. 8.º que a extinção da velha casa estava prevista, desde então, com a criação do "Juvino Barreto" estabelecida no Decreto n.º 206, de 31 de agôsto de 1909, que determinou:

"Estabelece a tabela do pessoal interno do Hospital de Caridade Juvino Barreto e dá outras providências.

"O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, EM ADITAMENTO ao Decreto n.º 205 de 21 do coorrente, que reorganizou o "Hospital de Caridade":

DECRETA:

Art. 1.º — O pessoal interno do estabelecimento, que deverá servir sob às ordens da regente contratada, nos têrmos do artigo 3.º do Decreto n.º 205, de 21 dêste mês e da cláusula XVI do contrato de 10 do corrente, é o constante da tabela anexa.

Art. 2.º — Haverá no Hospital aposentos especiais para o recebimento de pensionistas que pagarão, os de 1a. classe, — 10$000 diários, e os de 2a. 6$000.

§ 1.º — Os pensionistas terão direito à medicação magistral, correndo por sua conta, tôda a medicação oficinal.

§ 2.º — As operações extraordinárias a que se tiverem de submeter os pensionistas serão feitas mediante ajuste prévio com o médico do estabelecimento, que perceberá, como gratificação extraordinária, um têrço da respectiva quantia, revertendo os dois têrços restantes para a caixa do Hospital.

Art. 3.º — Todo receituário do Batalhão de Segurança será aviado na farmácia do Hospital e será visado pelo comandante do Batalhão e com o despacho do Governador do Estado."

* * *

Como se vê, o primeiro Decreto tinha fôrça mais de ratificar os têrmos do contrato firmado com as Irmãs de Sant'Ana; o segundo, já estabelecia o nome do Hospital, que seria "JUVINO BARRETO" e, implicitamente, destinava as Irmãs para nêle servirem. Como anexo ao Decreto último, a Tabela dos empregados do Juvino Barreto, classificava: — 1 enfermeiro, com 50$000 por mês; 1 enfermeira, com 50$000; um cozinheiro, idem; uma lavadeira, com 20$000; um servente de Farmácia, com 15$000; um empregado do motor dágua; um servente de enfermaria; um hortelão-jardineiro e um criado para compras e recados, cada um com 30$000.

Como é claro, tudo foi feito por iniciativa de Decretos do Govêrno. Não houve, até então, lei que disciplinasse a criação da nova Instituição, seus cargos e provimentos. Até o nome, veio por via de Decreto.

Nêste particular, não nego a justeza da homenagem que se prestou ao benemérito Juvino Barreto. Mas, não devo esconder, que, extra-oficialmente, se cogitou do nome do Padre João Maria para denominação do novo hospital; chegando-se, até, a imprimir as papeletas oficiais. Não será despropósito, acreditar-se nesta versão, porquanto, naquele tempo Natal amargurava a recente morte do santo apóstolo da caridade, enquanto que Juvino Barreto morrera há, aproximadamente, nove anos. A João Maria, logo em seguida para lembrar sua abnegada vida, dariam seu nome ao Orfanato das meninas desvalidas, também a cargo das mesmas Irmãs de Sant'Ana e construido na vi-

sinhança do Hospital Juvino Barreto.

Quando tudo estava feito e já em pleno funcionamento foi que a Assembléia de então, aceitando os fatos consumados, aprovou a Lei número 280, de 29 de novembro de 1909, como se verifica:

> "Aprova o decreto do Govêrno que reorganizou o serviço de Assistência Pública e dá outras providências.
>
> O Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei:
>
> Art. 1.º — É aprovado o decreto do Govêrno do Estado que organizou o serviço de Assistência Pública com a remodelação do Hospital "Juvino Barreto", ficando o mesmo Govêrno autorizado a completar essa reforma com a criação de um Azilo de Mendicidade e pavilhão de isolamento para tuberculosos.
>
> Art. 2.º — Fica igualmente autorizado o Govêrno a ceder ao da União o prédio em que funcionava o antigo Hospital de Caridade para a instalação da Escola de Aprendizes Artífices, últimamente criada nesta capital, e a entrar em acôrdo para a definitiva transmissão desse prédio ao patrimônio federal".

Com esta lei, oficialmente, o velho Hospital de Caridade encerrava suas portas à finalidade para que fôra criado. Mêses antes, porém, todo o seu material aproveitável tinha sido transportado para o Juvino Barreto, sob a zelosa vigilância do dr. Januário Cicco, seu médico-cirurgião. Os empregados transferidos para outras Repartições, aproveitados no novo hospital, ou postos em disponibilidade.

(II)

FOI o dr. Januário Cicco o primeiro médico do Juvino Barreto, nomeado pelo Governador do Estado, no dia 23 de agôsto de 1909, tendo assumido as funções do cargo no dia 1.º de setembro seguinte. Servia, antes, como médico do Hospital de Caridade, o dr. Pedro Soares de Amorim, que por ato de 23 de agôsto de 1909 passára a servir como médico da Polícia Militar, assim como acontecera, no dia 28 de março

do referido ano, ao Enfermeiro-mór Joaquim Fernandes de Souza, que passara a adido à mesma corporação.

O ato de designação do dr. Januário Cicco diz que fôra "nomeado para o lugar de médico do Hospital de Caridade, com a gratificação e atribuições constantes do Dec. 205, de 21 do corrente (agôsto), ficando-lhe marcado o prazo de 8 dias para solicitar o título e assumir o exercício".

Pelo que está dito no art. 4.º, do Decreto 205, o dr. Januário Cicco foi nomeado médico-cirúrgião, com a gratificação mensal de 300$000 e atribuições previstas no § único do mesmo artigo.

Assim, não foi, nem poderia ter sido o Diretor da nova Instituição, vez que estas funções eram privativas do Inspetor de Higiene, dêsde a vigência da Lei n. 14 de 1892, conforme o seu artigo 14; ainda o § único do artigo 3, do decreto 205, e cláusula - IV — do contrato firmado entre as Irmãs e o Govêrno do Estado, como tudo se constata das transcrições feitas. Em consequência também destes dispositivos legais, a própria séde da Higiene, que funcionava no velho Hospital de Caridade, deve ter passado para o Juvino Barreto, onde funcionou até a descentralização dos serviços e aquisição de prédio próprio.

Inserta na imprensa local a notícia da inauguração do Juvino Barreto, o dr. Januário Cicco é mencionado como médico diretor da clínica, sem que houvesse referências a outros que tivessem função no mesmo estabelecimento. Ademais, para reforçar esta certeza, basta a nota de "A República", colocada na coluna "Várias", que, retificando esta notícia dada em edição anterior dizia "que o dr. Januário Cicco será médico do Hospital com atribuições simplesmente profissionais, praticando e superintendendo o serviço médico cirúrgico e o exercício da farmácia, a cargo de uma Irmã contratada".

A êle são dados os méritos pela escolha do material técnico e instalação da "moderna" sala de operações, das estufas de assépsia e lavatórios de mãos, bem assim tudo mais destinado ao mister das operações. E assim foi, não resta dúvida.

Pelo seu esfôrço inicial é que tornou-se, mais tarde, o Diretor e chefe abnegado do estabelecimento. Firme, até ríspido, nos bons e máus momentos, combatido e aplaudido, levou-o sob sua zelosa responsabilidade, enquanto viveu. Confundiu-se tanto com a própria instituição que viu nascer, que ninguém hoje fala do hospital sem relembrar sua figura. De lá sairia, apenas, para entrar na Eternidade.

Quanto aos empregados que serviam no Juvino Barreto, ao tempo de sua inauguração, alguns devem ter vindo do antigo Hospital de Caridade, pois o art. 8.º do Decreto n. 205, assim determinava, colocando em disponibilidade, com os respectivos ordenados, os que não fossem aproveitados.

Como referí, na tabela junta ao Decreto n. 206, estava previsto o quadro dos empregados que deveriam servir às ordens da Regente contratada. Ora, assim deve haver ocorrido, pois lhe competia fazer as designações, como se constata do seguinte expediente do Govêrno do Estado, transcrito em "A República" do dia 10 de setembro de 1909.

> "Dia 30 de agôsto — À snra. Regente do Hospital de Caridade.
>
> "Nos têrmos do contrato de 10 do corrente, autorizo-vos a nomeardes para o serviço interno do Hospital de Caridade sob vossa regência o pessoal constante da tabela anexa.

Frenèticamente, remexí papéis, vasculhei arquivos. Nada. Não encontrei o ato da Irmã Regente nomeando o pessoal auxiliar do Hospital. Porém, a pista está aberta para, de futuro, enquadrar neste trabalho a peça que ficou faltando.

Assim sendo, pela premência do tempo, valho-me das poucas e viventes testemunhas da época, para dizer que o primeiro enfermeiro foi o sr. José Lucas do Nascimento, "seu" José enfermeiro, como era conhecido. Prestativo, competente e bom, ainda achava folga para exercer o mister em muitos lares de família natalense. Com o avanço da idade, aposentou-se, falecendo há alguns anos. Outro, o velho Emídio, o cozinheiro. Depois de 1916, ainda prestava serviços. Certamente, estará no ról dos desaparecidos.

Dos outros, nada sei, e lamento não deixar aqui registrados os seus nomes, tirando-os do anonimato, para revelar a profícua colaboração dada por cada um em suas modestas atividades.

* ✻ *

O dia da inauguração foi festivo. Caiu no domingo 12 de setembro. Pelas 8 horas, houve missa, celebrada pelo padre Moisés Ferreira do Nascimento, acolitada pelo jovem Antônio Fagundes, hoje o conspícuo e querido mestre de tantas gerações.

Missa longa, com cânticos, comunhão geral, muito cheiro de rosas no altar, de velas queimadas e incenso. Meu irmão Humberto Medeiros, em jejum, meio estropeado da caminhada matinal, da rua das Laranjeiras ao Monte, não resistiu. Caiu com uma vertiegm, perdendo os sentidos. Removido em braços, foi colocado n'um quarto de primeira classe; e bastou o ar fresco do mar para reanimá-lo, mas, cronológicamente, ficou sendo o primeiro assistido da seção de pensionistas.

Depois, serviram um lauto café, e quem dêle provou, naquela ocasião, quanto mais açucar botava, mais salgado ficava. Foi uma hilaridade geral, quando se descobriu o equívoco. Haviam colocado nos açucareiros sal refinado, e, quem o fez, por uma singular e feliz coincidência, não sabia que dava a provar do secular símbolo da hospitalidade.

No mais, do que ocorreu, não posso e nem devo me furtar de transcrever o que relatou a edição de "A República", do dia 13 de setembro de 1909, órgão que era do partido político dominante naquela época, bem como o "Diário de Natal", do dia 14 do mesmo mês e ano, jornal da oposição, dirigido, então, pelo Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, para que se possa bem avaliar do que o evento causou e como boliu com muita gente, da outrora pacata Natal.

Dizia "A República": — "Conforme noticiamos, realizou-se, ontem, á uma hora da tarde, a inauguração do Hospital de Caridade Juvino Barreto."

"Assistiram a êsse ato, entre outras pessoas, o Exmo. Dr. Alberto Maranhão, acompanhado de sua exma. família, seu secretário e ajudante de ordens, major Joaquim Soares e capitão Joaquim Anselmo, coronel Joaquim Manoel, presidente do govêrno municipal, Dr. Manoel Dantas e sua gentilíssima filha, senhorita Beatriz, Dr. Calistrato Carrilho, inspetor de Higiene, Dr . Pedro Amorim, diretor do serviço médico-legal da Polícia, coronel Joaquim Etelvino, Ricardo Barreto e Montano Emerenciano, representante desta fôlha."

"Ao servir-se um copo de cerveja, S. Excia. congratulou-se com a diretoria do estabelecimento e com o Dr. Januário Cicco, externando a excelente impressão recebida e declarando oficialmente inaugurado o Hospital de Caridade Juvino Barreto."

"Tocou, durante o ato, a banda de música do Batalhão de Segurança".

"Terminado êste, fizemos, por nossa vez, minuciosa visita às dependências do estabelecimento."

"Na sala de cirurgia, vimos a moderna mesa de operações do

professor Gosset, mesa para curativos, lavabo-ambulância, mesa prateleira para pensos, um armário com o arsenal cirúrgico, contendo ferros para as necessidades de pequena e alta cirurgia, pulverizador a vapor, para desinfecção das salas, estufa para esterilização dos ferros etc."

"Penetrámos, em seguida, na Secretaria e Parlatório, que serve ao mesmo tempo de gabinete de consultas do médico, onde vimos o retrato do saudoso coronel Juvino Barreto, patrono do estabelecimento, e o d Exmo. Dr. Alberto Maranhão seu fundador."

"Visitámos, depois, a capela, preparada com gôsto, e provida de alfaias e ornamentos, os mais necessários."

"Percorremos ligeiramente o dormitório e rouparia, passando-nos, em seguida, para as enfermarias Santa Inez e Santo Alberto, onde já se acham internados três mulheres e seis homens."

"Mostraram-nos também, as confortáveis dependências para pensionistas de 1a. e 2a. classes, livres de comunicações com as enfermarias, e a bem montada farmácia, sob a direção de uma das irmãs religiosas e sob a imediata inspeção do diretor clínico."

"Cada uma das dependências do Hospital, sejam as enfermarias ou cômodos para pensionistas, tem o seu banheiro próprio e o seu water-closed."

"Percorremos, por fim, a dispensa, refeitório das irmãs, cozinha, gasômetro, etc., e folgamos de externar destas colunas, a magnífica impressão gravada em nosso espírito."

* * *

E, agora, o que disse o "Diário de Natal":—

"Afinal, depois de 4 longos anos de espera, reabriu-se o Hospital de Caridade, não no seu antigo prédio da rua Presidente Passos, mas, na casa adquirida pelo govêrno do Estado para um asilo de mendicidade, que morreu antes de nascer."

"Mas, seja como fôr, já não nos envergonhamos de não termos na Capital do Estado uma enfermaria, sequer, para os desvalidos da sorte. Ante-ontem, abriu-se o Hospital de Caridade."

"A casa é pequena, os cômodos acanhados, mas, são bem arejados, estão limpos e decentemente arranjados."

"Há uma enfermaria para homens, com 15 leitos, e outra com 12 para mulheres. Além dessas enfermarias, existem mais 4 quartos com 4 leitos cada um."

"Tem uma farmácia, sala de operações e acomodações para o pessoal administrativo e uma pequena capela".

"O Hospital está sob a direção da irmã D. Cosma Campani, da ordem de Sant'Ana, auxiliada por mais quatro companheiras. E' seu médico o dr. Januário Cicco."

"Ao ato da instalação, que foi muito concorrido, compareceram o governador do Estado e muitas pessôas gradas."

"A denominação do Hospital de Caridade, que sempre teve o estabelecimento mantido pelos cofres públicos, foi substituído, agora, pelo de Hospital Juvino Barreto, em homenagem ao falecido sogro do Dr. Alberto Maranhão".

Sempre condenando a iniciativa governamental, e neste particular corroborando a tradição oral, por mim aceita do nome que se pretendia dar ao novel estabelecimento, continuava o "Diário de Natal":—

"Se havia um nome, nesta terra, que merecesse figurar no alto do hospital — êsse nome era o do caridoso Padre João Maria. Êste também nada legou ao Estado para o hospital, porém fez mais do que isto, porque arrancava o magro pão da sua boca para dividí-lo com os infelizes que tinham fome; na quadra das epidemias, quando todos fugiam dos variolosos, êsse os procurava nas suas choças, davalhes o remédio e a tizana que êle próprio fazia à beira do fogo, à qualquer hora do dia ou da noite, quer chuvesse, quer fizesse sol. Era sublime vê-lo sacrificar-se pela pobresa desvalida, desamparada!

"João Maria, sim, devia denominar-se o hospital de caridade de Natal, Juvino Barreto, não. É uma engrossa aos vivos, como engrossa são também aquelas inscrições que se lêm sôbre as portas das enfermarias do novo hospital — Enfermaria Santo Alberto, Enfermaria Santa INEZ".

"Já temos praça Pedro Velho, monumento Pedro Velho, Vila Pedro Velho, Praça Augusto Severo, Vila Augusto Severo, Avenida Augusto Lira, Avenida Alberto Maranhão, Avenida Amaro Barreto, Avenida Juvino Barreto, e agora, mais Hospital Juvino Barreto e Enfermaria Santo Alberto e Santa Inez".

"Oh! gente vaidosa!"

"Continuamos a pensar que a casa do Monte não se presta para o hospital e que a sua instalação alí deve ser provisória O melhor local, debaixo de todos os pontos de vista, é o antigo hospital"...

Depois de instalado e inaugurado, o Juvino Barreto seguiu sua missão. Críticas ou aplausos , propósitos ou projetos, nada mais o arredaria do lugar onde ficou chantado. Dali por diante, seria o centro de irradiação da ciência médica do Estado.

Por 15 anos, Cândido Henrique de Medeiros acompanhou o seu desenvolvimento, recebendo no Tesouro a gratificação mensal das Irmãs, pagando contas, tratando do fornecimento ao Hospital, no Armazem do sr. João Juvenal Barbosa Tinôco, e recebendo, ainda, por adiantamento, numerário para o custeio interno, como vinha fazendo desde 28 de julho de 1909 . Assim noticia o ofício do Diretor do Almoxarifardo Geral, ao Govêrno do Estado, publicado no expediente oficial de "A República", do mesmo dia..." outrossim, mandei entregar ao sr. Cândido Henrique de Medeiros a quantia de 400$000, para a superiora das senhoras encarregadas do serviço do Hospital de Caridade".

Não foi administrador, nem teve função obrigatória. Serviu pelo prazer de ser útil, como élo entre a clausura e o mundo exterior cerrado para elas pelas rígidas regras da Ordem, o que empedia até o cumprimento pessoal de disposições contratuais com o Govêrno.

O contrato primitivo, de administração, com as irmãs de Sant' Ana, foi renovado mais duas vezes. Em 1914 e 1924, nos têrmos dos registros existentes na Secretaria do Govêrno Estadual, respectivamente de fls. 1-6- verso, do livro n. 6, e de fls. 50-53 verso, do livro n. 7. Aos 29 dias de setembro de 1914, foi ainda, Soror Anna Ancilla Briccolli, Geral da Ordem, quem aqui esteve e, de próprio punho, pela segunda vez, assinou o têrmo contratual. O de 1914, foi aos 12 de dezembro e, pela Irmã geral, esteve presente e assinou, Soror Belilde Berra.

Por fôrça de novo contrato, firmado, desta vez, no dia 30 de junho de 1927 (pag. 61, livro 7), o Estado entregou à direção e administração do Juvino Barreto à Sociedade de Assistência Hospitalar.

Mas, as Irmãs da Ordem de Sant'Ana permaneceram no serviço do estabelecimento.

E continuaram até hoje, cinquenta anos passados.

Não importa que a evolução dos tempos tenha trazido sensíveis reformas ao panorama em que foi erguido o Hospital; porque até mudaram-lhe o nome, para "Miguel Couto". Nem maior galardão possuem

médicos, enfermeiros, empregados, homens e mulheres que passaram nêle servindo, aprendendo, senão nascendo, salvando-se, morrendo. Porque suplantando todos, constantes, perenes, só continuam elas. De roupagem alva ou negra, são os vultos silenciosos e pacientes que não faltam nunca. Não importa que as represente as Superioras Cosma, Clemens, Betilde, Plácida, Petronila, Aberrarda ou Albina...

São todas elas Irmãs de Sant'Ana, sacrificando-se, eternizando-se na missão sublime das obras caridosas que criaram.

O Ensino no Rio Grande do Norte

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

ANTÔNIO FAGUNDES

De indiscutível utilidade para os estudiosos será a história do ensino no Rio Grande do Norte

As leis estão dispersas exigindo trabalho de investigação e coleta e bem assim de reconstrução daqueles documentos em parte destruidos pelo tempo.

Sem outro intuito que não o de prestar pequeno auxílio aos que se prepuserem à realização de um trabalho sistematizado, aqui deixo o que tenho podido colher a respeito, mau grado o reduzido tempo de que disponho.

Dentre os Presidentes de nossa Província, cumpre ressaltar o Doutor Basílio Quaresma Torreão, pernambucano de Olinda, que nos deu o Ateneu Riograndense pela fusão das Aulas Maiores de Latim, Filosofia, Francês, Geometria e Retórica, abrindo-o a 3 de fevereiro de 1834.

A primeira escola de "primeiras letras" criada em virtude da lei imperial de 15 de outubro de 1827 foi uma aula feminina na Cidade Alta, por ato de 1.º de agôsto de 1829, para a qual foi nomeada D. Francisca Josefa da Câmara. Surgiram outras. Na Ribeira foi criada uma escola musculina sob a regência de Francisco Pinheiro Teixeira.

Os professores ensinavam a ler, escrever e contar. O cálculo compreendia as quatro operações fundamentais, quebrado, decimais, proporção, noções de geometria prática. Ensinava-se também a Gramática da Lingua Nacional e a Doutrina da Religião Católica Apostólica Romana. Para a leitura eram preferidas a Constituição do Império e a Histório do Brasil.

Para as meninas seriam apenas leitura, um pouco de escrita e as operações fundamentais. Muitas delas mal sabiam assinar o nome, porém aprendiam a cozer, fazer rendas de almofada, fiar, tecer e executar serviços domésticos.

As mais antigas cadeiras de Latim foram criadas em Natal, no ano de 1731 e em Caicó no ano de 1832. Seguiram-se São José de Mipibu, Goianinha e Imperatriz.

Com a resolução Provincial n.º 350, de 26 de setembro de 1856, o Presidente Antônio Bernardo de Passos instalava um Colégio de Instrução Secundária na Capital da Província, com o título de Ateneu Riograndense. É o mesmo Ateneu criado por Basílio Quaresma Torreão que havia sido suprimido e agora aparecia com outras cadeiras incorporadas às primitivas.

A instrução consistia em um sistema de "estudos elementares, compreendendo as humanidades e ciências indispensáveis como preparatórias para as faculdades especiais, ou como habilitação para o exercício de qualquer ramo de indústria e de comércio", dizia a legislação.

O curso era constituido das seguintes disciplinas distribuidas em sete cadeiras:—

1.ª — Poética e eloquência; Lingua e Literatura nacional; 2.ª Lingua e Gramática Latina; 3.ª — Lingua francesa: 4.ª — Lingua inglesa; 5.ª — Geografia e História; 6.ª — Geometria retilínea, Trigonometria, Aritmética e Álgebra; 7.ª — Filosofia racional e moral.

O currículo em cinco anos estava assim distribuido:—

1) ano — Lingua e Literatura nacional; Lingua e Gramática latina; 2.º ano — Lingua latina; Lingua francesa; 3.º ano — Lingua latina. Geografia e História; 4.º ano — Lingua inglêsa; Geometria e Aritmética; 5.º ano — Eloquência e Poéfica; Filosofia; Continuação das matérias da segunda cadeira do 4.º ano.

Os alunos que concluiam o curso recebiam um certificado ou diploma assinado pelo diretor, pelos professores do 5.º ano e pelo secretário do estabelecimento. Aos portadores destes certificados era concedida a preferência em concurso com outros não titulados para os cargos públicos da Província.

O Presidente da Província podia mandar submeter a exames indivíduos que houvessem estudado em qualquer estabelecimento público ou particular, os quais, sendo aprovados em

todas as disciplinas, obteriam o mesmo certificado e gozavam dos mesmos direitos assegurados aos alunos do Ateneu.

Cada uma das cadeiras era regida por um professor, mas enquanto não fossem providas efetivamente, poderiam ser regidas, interinamente, pelo catedrático de qualquer outra, mediante remuneração correspondente à metade do ordenado da cadeira.

Os vencimentos anuais de cada professor, denominados "ordenado", atingiam apenas a 800$000. Nos impedimentos, os professores eram substituidos uns pelos outros, mediante designação do Presidente da Província.

Além dos professores, o Ateneu tinha diretor, fazendo jús aos vencimentos anuais de 800$000, um secretário e um bedel, com os vencimentos de 500$000 e 400$000, respectivamente.

O diretor era nomeado livremente pelo Presidente da Província, tendo em vista o merecimento, mas podia ser demitido pela desídia no cumprimento dos deveres. Na falta ou impedimento, o diretor era substituido por um dos professores também nomeado para essas funções pelo Presidente, com direito à gratificação que o substituido deixasse de receber durante a ausência.

As nomeações dos primeiros professores eram feitas livremente pelo Presidente, mas as vagas deviam ser providas por meio de concurso.

Os professores efetivos podiam ser demetidos, se não se mostrassem idôneos. Depois de três anos de exercício ficavam vitalícios.

Tornando-se física ou moralmente impossibilitados de continuar no magistério, podiam ser jubilados, após vinte e cinco anos de serviços, com os vencimentos integrais, porém se contassem apenas tempo superior a dez anos, teriam somente o vencimento correspondente ao seu tempo de serviço.

Aos professores que contassem mais de vinte e cinco anos de exercício era abonada uma gratificação correspondente a 25% dos seus vencimentos. Os docentes reuniam-se em Congregação sob a presidência do diretor.

A carência era de material. Não havia prédio para o funcionamento do estabelecimento. Enquanto assim fosse, resa

a lei, os professores tinham o direito de "dar aulas em suas residências".

O diretor do Ateneu desempenhava as funções de Diretor da Instruração Pública, exercendo esse cargo por intermédio de seus delegados e inspetores.

Estava desse modo organizado o ensino de humanidades no Rio Grande do Norte, ao tempo em que possuia um só estabelecimento de grau médio. Seria a pedra fundamental para o consequente desenvolvimento da rede escolar que tinha de culminar com o advento da Universidade de Natal, nascida sob os melhores auspícios e os mais justos anseios dos que se dedicam às letras potiguares.

* * *

A resolução provincial de 26 de setembro de 1858, assinada pelo Presidente Antônio Bernardo de Passos, cria duas cadeiras de "primeiras letras" para o sexo feminino, uma vila de Goianinha, e outra na de Porta Alegre, com o ordenado anual de trezentos e cincoenta mil réis (350$000) cada uma. Esta mesma resolução cria duas cadeiras do mesmo gráu de ensino, para o sexo masculino, sendo uma na povoação de Jardim de Piranhas, da freguezia do Principe, (Caicó), e outra na povoação de Uruá, da Vila Flor, percebendo os professores respectivos o mesmo ordenado anual de trezentos e cincoenta mil réis (350$000).

Uruá seria erigida à categoria de vila e para ela transferida a sede do município de Vila Flor, com o nome de Canguaretama . A resolução provincial de 19 de julho de 1858 assim o determinava, transferindo igualmente a sede da freguezia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, prescrevendo, entretanto, que essa transferência sòmente se verificasse quando a vila possuisse uma capela decente, em que se pudesse celebrar os Sacramentos. A mesma resolução mandava que o Presidente da Província dispendesse "desde já" a quantia de dois contos de réis (2:000$000) para o "começo e acabamento da Capela-Mór da nova Matriz".

A 9 de agôsto de 1858, o Presidente Antônio Marcelino Nunes Gonçalves assinava a resolução n.º 376 criando na capital da Província uma casa de educação de artífices, onde seriam recolhidos os "moços pobres e desvalidos de tôda a Província" que fossem julgados aptos para a aprendizagem de "ofícios mecânicos", tendo contudo preferência "os órfãos que se acharem naquelas circunstâncias". Era o Educandário Artífices, primeiro estabelecimento de artesanato criado no Estado.

Ministravam-se ali os "ofícios de ferreiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro, carpina, marceneiro, pedreiro, canteiro e tanoeiro". Havia igualmente um curso de "primeiras letras, princípios de Religião Católica Apostólica Romana, Geometria e Mecânica aplicada às artes, Desenho de figuras e de escultura, Desenho linear e topográfico, e Música."

Os alunos eram mantidos pelo Govêrno e tratados, quando doentes, às expensas do estabelecimento, salvo se portadores de moléstias contagiosas, quando seriam tratados fora do estabelecimento, mas ainda assim custeados pelo Governo.

Os educandos que, pelos seus méritos, fossem considerados "oficiais" das artes ou ofícios a que se houvessem dedicado, seriam retidos no estabelecimento por mais três anos, recebendo, quando fossem desligados, a terça parte do produto líquido das obras que durante êsse tempo ali realizassem. Desta obrigação, entretanto, ficaria dispensado aquele cujo pai ou protetor se prontificasse a indenizar com a quantia de cincoenta mil réis (50$000) correspondente a cada ano que lhe faltasse para preencher aquele período.

Além do número de alunos fixado anualmente por lei, poderiam ser admitidos pensionistas, mediante mensalidade estipulada no Regimento do instituto.

O diretor era de livre nomeação do Presidente da Província e percebia o ordenado anual de um conto e duzentos mil réis (1:200$000).

O estabelecimento recebia encomendas para a realização das obras públicas, mediante "ajuste" entre o diretor e o interessado no trabalho, dependendo este "ajuste" da aprovação do Presidente da Província. Na falta de encomendas particulares, os aprendizes executavam obras para uso do próprio estabelecimento ou para serem expostas à venda pelos preços

correntes. O produto das oficinas e bem assim de todos os trabalhos vendidos, seria recolhido à Tesouraria da Fazenda Provincial, como receita especialmente destinada às despesas deste ensino.

O médico do "partido político" era obrigado a fazer diariamente uma visita ao estabelecimento e a prestar assistência médica aos alunos, até mesmo nos casos mais graves, antes de serem hospitalizados.

Para a edificação de uma casa apropriada ao funcionamento deste instituto de ensino profissional, o Presidente da Província ficou autorizado, pela mesma resolução n.º 376, a dispender até a quantia de dez contos de réis (10:000$000), podendo ainda alugar ou comprar casa para instalação provisória e providenciar, nêsse caso, a necessária adaptação aos seus fins.

Os professores, de livre nomeação do Presidente da Província, percebiam vencimentos anuais de oitocentos mil réis (800$000), salvo os de "primeiras letras e de Religião", que tinham vencimentos de seiscentos mil réis (600$000) apenas. Outras providências de ordem interna ficariam a cargo do Presidente da Província, que tinha atribuições para promover a regulamentação do Educandário.

* * *

A lei n.º 410, de 4 de setembro de 1858, revigorou o decreto de 7 de agosto de 1852, que criara uma cadeira de Latim na vila de Príncipe.

* * *

A lei n.º 416, de 4 de setembro de 1858, cria na povoação de Caiçara, do município de Touros, uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, que será provida de conformidade com as leis em vigor.

* * *

A lei n.º 417, de 4 de setembro de 1858, cria três cadeiras da Lingua Francêsa, sendo uma em São José de Mipibu,

uma em Açú e uma em Imperatriz (Martins), com o vencimento anual de seiscentos mil réis (600$000) cada uma.

* * *

A lei n.º 430, de 13 de setembro de 1858, estabelece que:

Os atuais professores e professoras de primeiras letras da Província perceberão, além do seu ordenado, uma gratificação anual de cento e cinco mil réis (105$000);

Esses funcionários só deixarão de receber a gratificação de que se trata nesta lei, quando obtiveram licença, ou quando, por qualquer modo, deixarem o exercício de seu emprego, salvo se acontecer por motivo de molestia comprovada;

Os exames para o preenchimento das cadeiras vagas ou que viessem a vagar, e bem assim das que fossem criadas daquela data em diante, seriam presididos pelo Presidente da Província e realizados perante uma comissão de dois examinadores tirados à sorte dentre os lentes do Ateneu Riograndense, com duas horas de antecedência. Ao Diretor da Instrução era lícito assistir aos exames, sendo-lhes tolhido, porem, o direito de votar;

O Presidente da Província poderia remover os professores de umas para outras cadeiras, tendo em vista o seu merecimento, contanto que não o fizesse para lugares inferiores àqueles em que estivessem providos;

Os professores, tanto do ensino primário, quanto do ensino secundário, que deixassem o exercício de suas cadeiras por mais de três meses sem motivo de moléstia comprovada e oportunamente participada, perderiam o direito às mesmas cadeiras e se considerariam eliminados do magistério.

Ensaio de Ecologia Regional

VELHAS RUAS DE MACAU

M. RODRIGUES DE MELO

PARA muita gente tradição e progresso são termos que se opõem. Êsse conceito de oposição entre os dois vocábulos mais se acentúa, ganhando adeptos, nos países onde a cultura e a civilização ainda se manifestam em gráus primários. Nos países, por exemplo, onde a cultura e a civilização são mercadorias de importação, êsse conceito de oposição ainda mais se aguça e manifesta com ares de verdadeira insolência. Não precisamos sair de casa para comprovar êsse fato. Um ligeiro exame da toponímia dos Estados do Brasil será suficiente para chegarmos a essa conclusão. Com a maior facilidade deste mundo se mudam nomes de municípios, cidades e ruas, tirando-lhes o sêlo da popularidade, e o que é pior, da sua verdadeira origem. Aqui mesmo, no Rio Grande do Norte, temos vários exemplos dessa natureza, para vergonha e desdouro do nosso gráu de cultura e civilização. A bajulação coreográfica, o engrossamento, a volúpia de agradar os poderosos do dia são os maiores responsáveis por essas mudanças sem significação e sem base na tradição e na história. Lugares que nasceram e se formaram sob a égide gloriosa de nomes como **Gaspar Lopes, Carapébas, Flôres, Pendências, Poço da Lavagem, Sacramento, Lages, São Sebastião** e tantos outros tiveram os nomes mudados por força de uma lei fruto de um golpe de estado, cujas consequências foram aquelas que toda a nação assistiu durante vários anos. Felizmente, dois dêsses nomes foram restituidos: O primeiro foi **Pendências**, o qual, na impossibilidade de encontrar outro nome, foi reconsiderado, passando a vigorar em lugar de **Independência** como era chamado por uma simples portaria de um diretor dos Correios e Telégrafos do Estado. O segundo foi **Lages**, nome primitivo da cidade deste nome, o qual depois de receber o nome **Itaretama**, voltou a ser **Lages**, por uma lei sábia e inteligente da Assembléia Legislativa do Estado. Os outros,

porém, perderam para sempre os seus nomes primitivos, substituídos, quase sempre, por nomes que não têm nenhuma identidade com os motivos históricos e geográficos da sua formação inicial. Estas considerações vêm a propósito das transformações porque passaram as velhas ruas de Macau. Nenhuma mais existe com os seus primitivos nomes. Os elementos ecológicos, históricos e humanos que determinaram o seu aparecimento, foram substituidos por outros cuja significação não discuto nem impugno, mas não encontro razões nem motivos para relegar ao desprezo e ao esquecimento completo aqueles velhos nomes de ruas que davam colorido e graça á cidade de João Martins Ferreira e dos seus genros. Fui menino em Macau, e tanto quanto os demais meninos do meu tempo, me habituei a glosar os nomes das velhas ruas que tinham para nós um sentido profundamente ecológico e sentimental de coisas velhas e bonitas. **A Rua da Frente**, estirada em toda a frente do rio Amargoso, era, naquele tempo, a mais importante, senhorial, formosa que a cidade possuía. Ali estava a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com as suas festas ruidosas, com as suas procissões, com os seus morteiros, com os seus leilões e com as suas belíssimas procissões fluviais de Nossa Senhora dos Navegantes. Alí estavam os sobrados mais importantes da cidade como o da viuva Carielo, o de Joaquim Rodrigues Ferreira, o de Severo Honório de Melo, o de Pascoal Carielo, o de Francisco Bichão, o de Salustiano Cacho, e tantos outros. Alí estavam as casas mais importantes da cidade, como a de Francisco Tertuliano, a do Juiz Manuel Xavier da Cunha Montenegro, a de Artur Coêlho, a de Antônio Antunes, a de Teófilo Câmara, a de Antônio Silva, a de Antônio Bezerra, a de Rosinha Ramalho, a do Coronel Cândido Pachêco, a de José Mangia, a de Eduardo Monteiro, a de Armando China, a de Tristão Cisneiro de Gois e de tantos outros que seria difícil resumir. Alí estava a Cadeia Pública, na parte térrea da velha Intendência, vivendo esta ruidosamente os seus dias de festa e de alegria. Alí estavam os escritórios da Companhia Comércio e Navegação, do saudosíssimo Conde Pereira Carneiro, tão amigo de Macau e do seu povo, naqueles anos recuados da sua história. Alí estava, afinal a **rua da frente**, com a sua calçada de légua e meia servindo de passeio público a políticos, comerciantes, homens e mulheres, moças e rapazes, vivendo os seus grandes dias, nas festas da Igreja, da política e do carnaval. Alí estavam as rampas e os trapiches, o cais da Companhia Comércio, povoados de botes, balieiras, baiteiras, cuters, barcaças, navios e embarcações de todas os tipos. Alí estava, pois, a **rua da frente**, no esplendor da sua vida social, comercial, intelectual e artística. Alí estavam as famílias mais

graduadas e importantes da cidade, morando em casas limpas e bem zeladas, que faziam gosto ver e admirar. Nas letras, destacava-se o jornalismo, exercido por nomes influentes da terra. Nas artes, destacava-se a música, contando com grande número de pianos. **A rua da frente** monopolizava inteiramente a vida social, artística e intelectual da cidade. Depois da **rua da frente,** a segunda em consideração, valorização, importância social e econômica era, sem dúvida, o **Quadro da Conceição.** Êste era como um apêndice, um prolongamento da **rua da frente.** Por que? Porque alí morava o Major Pinheiro, dono do mais belo sobrado do Quadro. Alí moravam José Sevéro e seu irmão Nascimento. Alí morava Samuel Coêlho. Alí moravam várias famílias de destacada representação na cidade. Alí estava também a **Casa Paroquial,** residência do Vigário, que, como sabemos, é, em tôda parte, elemento de primeira plana e importância. Alí construiu, mais ou menos nessa época, um belíssimo sobrado, o Coronel Joaquim do Vale. Por tudo isso era o **Quadro da Conceição** a segunda rua da cidade, aquela que nas grandes festas do Carnaval, era escolhida para realização do côrso carnavalesco. Naqueles dias de loucura desfilavam alí os carros alegóricos, os clubes, travando-se as mais renhidas batalhas carnavalêscas que já vi na minha vida. O confeti, a serpentina, a lança-perfume, impunham alí o seu império, nos três dias do Mômo. Os **Tenentes** e os **Remadores,** constituidos de elementos do povo, mas presos ao cordão umbelical dos dois grupos políticos mais poderosos da cidade, chegaram ás vias de fato num encontro que tiveram no **Quadro da Conceição**. Menino, assistia a tudo aquilo sem compreender bem o sentido da luta... Os **Tenentes** e os **Remadôres** eram, como disse, constituídos de elementos do povo. Êsse povo, porém, morava nas ruas de detrás. Os **Tenentes** e os **Remadôres** vinham, portanto, das ruas mais modestas. Vinham do **Cordão-Azul.** Vinham da **Feira Velha**. Vinham do **Boi-Chôco**. Vinham das **Quatro-Bôcas**. Vinham da **Puxa-Puxa**. Vinham da **Beira-Preta**. Vinham da **Gameleira**. Vinham do **Porto do Roçado**. Vinham da **Rua da Palha.** Vinham do **Carrossél do Almeida.** Vinham do **Matadouro.** Vinham da **Rua de São José.** Vinham da **rua do Mercado.** Vinham das **Emburanas.** Vinham de tôda parte, menos da **rua da frente.** Os filhos-família da **rua da frente** e do **Quadro da Conceição,** não tomavam parte nêsses clubes. O seu lugar era o côrso de automóveis, eram os bailes da Intendência ou das casas de famílias da **rua da frente.** Isto não impedia que alguns filhos-família dançassem nos bailes dos **Remadôres** e dos **Tenentes.** Nunca, porém, estes conseguiram dançar na Intendência ou nas casas de fa-

mílias da **rua da frente** ou do **Quadro da Conceição.** Esclareça-se, porém, que os bailes dos **Remadôres** e dos **Tenentes** eram constituídos de gente econômicamente inferior á da **rua da frente,** mas, nem sempre inferior, moral e socialmente. Pois alí entravam moças pobres, sim, mas tão dignas moral e socialmente quanto as mais dignas da **rua da frente.** Mas, o fato é que a separação das duas sociedades existia, a da **rua da frente** e das **ruas de detrás.** Na **rua da frente** predominavam as famílias brancas, embora que alí acolá viessem á tona elementos de côr, embranquiçados pela posição social, cultural, profissional, econômica ou pelo casamento com moça branca. Cito, por exemplo, um caso, de negro elevado á posição de branquidade pelo fato de ser casado com moça branca e exercer cargo de posição na cidade. Refiro-me a Seu Abreu, exímio pianista que fazia parte da sociedade da **rua da frente** com toda a sua família. Poderia citar ainda uma família inteira de mulatos, quase negros, que pelo fato de ser econômicamente superior, fazia parte da mais alta sociedade da **rua da frente.** No entanto, outras, sendo brancas, de excelente padrão moral, mas econômicamente baixas, nunca jamais conseguiram frequentar os salões da Intendência ou das casas de famílias mais graduadas da **rua da frente.** Vê-se, pelo exposto, o caráter tipicamente burguês, exclusivista e de casta da sociedade da **rua da frente,** sem jamais querer fraternizar com a sociedade das **ruas de detrás,** a não ser nos pleitos eleitorais porque eram do seu interêsse imediato. Na própria Igreja, onde, pelo caráter verdadeiramente democrático da sua função tudo se passa diferentemente, predominava o espírito burguês da sociedade da **rua da frente,** realçado nas cadeiras de palhinha com estufos de veludo, nos chapéus, nos vestidos, nos sapatos, nos leques, nos brincos, nos ademanes mais requintados que os figurinos recomendavam. Nessa época, ao contrário de hoje, a Igreja era lugar, não só de orações, mas de namôros, **flirts, linhas,** primando, moças e rapazes, pela apresentação da melhor indumentária, do melhor penteado, do melhor calçado,, da melhor bengala, do melhor chapéu, do melhor tudo. Namorar na Igreja era o chic. Os encontros de rua não existiam, praticamente. Só muito fortuitamente. Estes eram frequentes na Igreja, nos bailes, nas casas de famílias. Na impossibilidade de frequentar a casa da namorada, o rapaz ía para a esquina da rua, enquanto a moça da janela da sua casa cumpria o seu fado... Nessa época era corrente entre os namorados o **coió,** assobio fino, servindo para chamar a atenção da namorada... Recordo-me que por causa de um **coió** ia mudando o curso da minha vida... Esta sociedade burguêsa e sibarita

estava, porém, adivinhando o seu fim. Isto era nos idos de vinte a vinte e oito. A política era, depois do estômago, do sexo e da moda, o principal centro de interêsse do povo macauense. Era tal o interêsse pela política que se convencionou chamar a política da **nata e do sôro.** A **nata** era a sociedade da **rua da frente** e do **quadro da conceição,** composta do que de melhor havia social, econômica e intelectualmente na cidade. O **sôro** era a sociedade das **ruas de detrás,** diria melhor, da poeira, dos pobres, composta de pequenos comerciantes, bodegueiros, catraieiros, calafates, salineiros. Um versinho ficou lembrando essa fase da política da **nata** e do **sôro:**

Os velhos Tetéu e Emidio,
Raimundo lá do Mercado,
Seu Alípio, **seu** Ovídio,
O Juiz Chico Machado;
Mutuca e Mané Costinha
Sinha França e Caboré,
Joaquim Cecilio e Martinha,
Zé Geraldo e Zé Perné;
Adalberto Rasga arraia,
Zé Tetéu, o **moço louro,**
Seu Fuite, Zé Cambraia,
João Rafael e Margarida:
—Eis a gente mais **luzida**
Do tal partido do sôro.

Zezinho

Macau — Jornal — Ano I, de 14-8-1920, N.º 8, pag. 3

A nata era, individualizando, Armando China, liderando e comandando a política da **rua da frente,** tendo ao seu lado Chico Coêlho, Eduardo Monteiro, Vitoldo Zaremba, os Severo, toda uma gama de interêsses os mais fortes, prestigiosos e poderosos.

O sôro era Feliciano Ferreira Tetéu, chefe oposicionista, couduzindo atrás de si todo um clã, constituído de elementos os mais primários que seria possível conceber e imaginar.

Êsses dois grupos viviam se hostilizando mutuamente, não tanto pelos seus chefes que eram homens de bem e responsabilidade, mas pelos seus apaniguados, cabos eleitorais, simples correligionários que se aproveitavam das situações para criar embaraços á paz e á tranquilidade das ruas divergentes... O contraste dessas ruas era evidente. Enquanto a **rua da frente** e o **quadro da conceição** recebiam toda es-

pécie de melhoramento, as **ruas de detrás** viviam no mais lamentável abandono, na mais ingrata indiferênça do poder público. Para documentar, bastariamos lembrar os barracões do **Cordão-Azul**, em pleno coração da cidade, viveiro organizado de mulheres fáceis, vivendo na mais completa licenciosidade, dançando ou quebrando à carioca, como se dizia, de modo impune e irregular, dando á juventude do tempo, o mais desgraçado exemplo de devassidão e desfibramento moral. Ao lado do mulherío desenfreado e solto, campeava o jogo do víspora, do dominó e do baralho, frequentado por adultos e menores, num estado verdadeiramente deplorável. Do sábado para o domingo, então, o **Cordão Azul** se transformava em pocilga de luxúria, jogatina e bebedeira, capaz de estarrecer os espíritos mais empedernidos no vício, sem a menor atenção da polícia e das autoridades. Êsse estado de depravação moral, consumindo as energias físicas, econômicas e morais da sociedade macauense, não era privilégio do **Cordão-Azul**. Era quase geral, em todas as **ruas de detrás** da grande cidade salineira. Era geral no **Cordão Azul**, nas **Quatro-Bôcas**, na rua da **Feira Velha**, dando margem a atos de truculência e desforço pessoal, de que andava cheia a crônica local. Os **monturos** da cidade, localizados por trás da **rua do mercado**, dando para o **Quadro do Cruzeiro**, revelavam bem o estado de putrefação em que viviam as **ruas de detrás**. A falta de aparelhos sanitários, na quase totalidade das casas alí existentes, agravava ainda mais a situação dos **monturos**, dando-lhes um aspecto da mais estarrecedora imundície.

Os quintais das residências eram construidos de madeira de mangue, em grande parte de pau a pique, assnalando a pobreza da população, ao lado da falta de gosto e esclarecimento que contribuiam para êsse estado de coisas. Por outro lado, o trabalho de erosão provocado pela maresia, destruindo lentamente as construções de alvenaria, contribuia, talvez, para que os moradores descem preferência ás construções de taipa, eximindo-se, assim, dos futuros prejuízos com moradias daquela espécie. O portão, na parte inferior das casas, era uma instituição da qual ainda hoje não conseguiu se libertar a cidade. Todas possuiam e ainda possuem os seus portões, por onde se fazia todo o tráfico, de agua, lenha, lixo e vasilhames indiscretos... Nessa parte, a Intendência não passava de pura ficção. Porque a carroça do lixo, puxada a boi e tangida por um modesto serventuário, mal dava para tirar o lixo de algumas casas. Daí a razão dos monturos, avolumando-se dia a dia, mês a mês, ano a ano, até chegar àquelas proporções extraordinárias, dando a impressão de

verdadeiras cordilheiras dentro da cidade. Citei acima os monturos por trás da rua do mercado. Quero agora lembrar os que ficavam por trás da casa de Chico Rodino, no fim da rua do Cordão Azul. Êsses monturos, causas indiscutíveis de miasmas e febres intermitentes, durante vários anos, só desapareceram quando João Fernandes de Melo, Prefeito da Cidade, decidiu retirá-los, continuado, mais tarde, pelo seu primo Albino Gonçalves de Melo, cuja administração constituiu um exemplo de operosidade e bom gosto. O problema dagua da cidade sempre constituiu a dor de cabeça dos administradores. Esta vinha, ora das **Barreiras**, ora do **Porto do Roçado**, ora das **Emburanas**. A agua das **Barreiras** vinha em botes e lanchas, acondicionada em barrís e ancoretas, (roladeiras) puxadas a animal. A primeira destinava-se a matar a sêde da população. As segundas se destinavam ao banho, lavagem de pratos e outros mistéres das casas. Uma cidade sem agua não terá nunca possibilidade de desenvolver as suas indústrias, retardando demasiadamente o seu progresso material. Macau é um exemplo. A única indústria alí existente é a do sal, isto mesmo porque é natural. Nenhuma outra indústria alí conseguiu nascer e progredir. No entanto, muito poderia melhorar, se conseguisse instalar um serviço dágua e esgoto compatível com as suas necessidades. O comércio tomaria novo alento. As indústrias poderiam florecer e a cidade ganharia em todos os sentidos. Não seria tudo ainda. A abertura da barra, pelo velho canal ou por outro mais conveniente, aceleraria o progresso do município, facilitando a exportação do sal e a entrada dos produtos necessários á sua vida. A conclusão da Estrada de Ferro, prestes a terminar, trará grande bem a toda região. Mas isto não é tudo ainda. Só com a abertura do porto, ao lado dos elementos acima indicados, poderá dar impulso seguro e definitivo ao progresso da cidade. A experiência assim tem mostrado, e será inútil qualquer esforço nêsse sentido, sem a complementação dos benefícios acima mencionados.

As cidades, porém, como os indivíduos, têm as suas **zonas perigosas** e também de **auto-defêsa**. Macau não poderia fugir a êsse dualismo, pelo qual seriam responsáveis, ao mesmo tempo, o determinanismo geográfico e o livre arbítrio da sua população mais esclarecida. As **zonas perigosas** eram aquelas de que já falei acima, isto é, os **cortiços** e os **barracões** do **Cordão Azul**, a jogatina espalhada por todos os recantos da cidade, a cachaça e toda uma coorte de males, encrustados ao cerne da sociedade macauense. As zonas de **auto-defêsa** eram a auto-determinação do seu povo, das suas famílias, das suas matro-

nas, dos seus patriarcas, ao lado das heranças sociais, dos usos e costumes, da educação e da formação religiosa da sua gente. Ainda hoje fico a pensar no destino de certas famílias, reconhecidamente honestas que moravam nas vizinhanças do Cordão-Azul, assistindo, diurna e noturnamente todo aquele mare-moto de insensatez humana. O comércio da carne humana andava de par com a austeridade e a pureza. A virtude e o vício muitas vezes se confundiam, dada a promiscuidade dos seus agentes, andando e vivendo na mesma cidade, passando pela mesma rua, cruzando os mesmos caminhos. Daí, talvez, o motivo, porque um Padre, inteligente e culto, certa vez, ferido na sua personalidade, objurgou, em tom de revolta:

Canôa, sal, peixe sêco,
É de Macau a trindade,
Ciência, moral, virtude,
É sua odiosidade."

E, referindo-se ao tipo social da terra, replicou: —

"Vivendo á moda marujo,
Sem a menor cortesia,
Ostentado em Senhoria,
Coberto de ébrio e sujo,
Tratar da calçada ao bêco
Da trama a velhacaria
Tendo por mais fidalguia
Canôa, sal, peixe sêco.

Êsses versos, colocados no seu tempo, e no seu meio, seriam um retrato fiel e legítimo das condições sociais, morais e culturais da terra e de parte de sua gente. Efetivamente, cidade-universo, sujeita ao contacto permanente da marujada indisciplinada e indiscreta que abordava aquelas costas, Macau não poderia escapar ao destino de todos os outros portos do Brasil, recebendo as mesmas influências, sofrendo os mesmos desgastes, deixando-se dominar pelo espírito de luxúria, aventura, gozo fácil, que dominava grande parte dos marujos do século passado. O tamanco, a calça de brim mescla azul, a camiseta de gola, com visos brancos, o boné, eram os traços principais dos seus habitantes.

Ajunte-se a êsses traços, a malandragem, a pilhéria fácil, a ca-

padoçagem, a destreza, a capoeiragem, e ter-se-á o tipo acabado e perfeito do marujo, do praieiro, do capoeira, cheio de complexos, deixando o navio, indo á terra, buscando as tabernas, os cortiços, os barracões do cordão azul, dando expansão ao seu gênio, bebendo, jogando, amando perdulariamente, brigando com a polícia, matando e também morrendo. Êsse era o estado das velhas ruas de Macau, especialmente do **Cordão-Azul**, da **Feira Velha**, das **Quatro Bocas** e algumas outras, na fase do Segundo Império e nas duas primeiras décadas da República.

Falar nas velhas ruas de Macau é falar em Julião Lopes, em Cirilo Rapôso, em Chico de Barros, em Joca Carioca ou Joca da Luiza, em Chichico de Pierre e tantos outros valentões da salinésia. Êstes, porém, serão estudados em capítulo á parte.

QUEM FUNDOU NATAL

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO

DIZ Rocha Pombo: "Até a ocupação flamenga, pouco se sabe dos tempos primitivos do Rio Grande". (*História do Estado do Rio Grande do Norte*, 1922, pág. 55). E acrescenta: "Convém não perder de vista a circunstância de serem muito obscuros os primeiros dias, tanto de Natal, como de tôda a nova circunscrição administrativa" (pág. 54).

Contudo, êste historiador narra que, acabado o forte dos *Reis Magos*, a 24 de junho de 1598, Mascarenhas Homem entregou o seu comando a Jerônimo de Albuquerque, o qual, auxiliado pelos missionários, promoveu um entendimento com os chefes indígenas da região, do que resultou o solene ato de paz assinado na cidade da Paraíba a onze de junho de 1599, e que, sossegado no seu pôsto, cuidou, então, Albuquerque "de lançar os fundamentos de uma povoação regular", em lugar "elevado, à margem direita do rio, a cêrca de meia légua do forte", onde se disse a primeira missa no dia 25 de dezembro do mesmo ano (pág. 47), pelo que se a denominou Natal, retirando-se Albuquerque pouco depois para Pernambuco, deixando "na fortaleza, como loco-tenente, a João Rodrigues Colaço, logo depois de nomeado capitão-mor pelo governador geral" (pág. 48).

Esta narração não passa de uma condensação do que se tem como verdadeiro sôbre essa fase obscura da origem da cidade e é, com poucas variantes, o que se lê nos escritores que trataram do assunto a partir do século XIX, como Aires de Cazal, (1817); A. Gonçalves Dias (1850); A. Varnhagem (1867); Rafael Galanti (1896); Moreira Pinto (1896); Vicente de Lemos (1912); Tavares de Lyra (1922); Câmara Cascudo (1947).

Em que se baseiam, porém, êsses historiadores para assim afirmar? Não pudemos averiguar, porquanto os cronistas contemporâneos do fato e os que se lhe seguiram não o dizem.

Gandavo, Gabriel Soares e Cardim não atingem a conquista do RioGrande. Simão de Vasconcelos fala nos seus índios, de quem os cosmógrafos lusos ouviram "grandes segredos dos seus sertões", mas não alude à conquista da capitania, nem à fundação da cidade.

Frei Vicente Salvador, o mais conceituado dêles, no dizer de Capistrano, e a quem Tavares de Lyra recorreu para narrar os acontecimentos dêsse momento histórico do Rio Grande, diz, apenas: "Feitas as pazes com os Potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do forte, a que chamam a cidade dos Reis, a qual governa também o capitão do forte". (*História do Brasil*, edição da Biblioteca Nacional, 1889, página 158; bem como a revista por Capistrano de Abreu e publicada em São Paulo, no ano 1918, pág. 372).

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam narra que depois de celebrada a paz com os índios:... "logo se deu princípio a povoação, meia légua distante da Fortaleza", à qual deram o título de Natal, com honra de cidade. ("Novo Orbe Seráfico", Lisboa, 1761, I, 167).

Frei Agostinho de Santa Maria fala nas pazes assinadas em 1599 e acrescenta: "Feitas estas, começou-se logo a povoação a uma légua da fortaleza, dando-se depois o nome de cidade do Natal" ("Apontamentos para a História dos Jesuitas no Brasil", edição de Antônio Henriques Leal, 1874, T. II, 22).

Nenhum dêles afirma ter Albuquerque sido o fundador da povoação, parecendo originar-se a asserção dos historiadores modernos do fato de apresentarem êsses velhos cronistas o capitão do forte, Jerônimo de Albuquerque, ali deixado por Mascarenhas Homem, como sendo o preparador das pazes com os chefes indígenas.

Expõe frei Salvador que Jerônimo de Albuquerque, depois da partida dos conquistadores, ouviu o padre Gaspar de Sampéres a respeito da maneira de se fazer a paz com os Potiguares, lançando-se mão do principal e feiticeiro chamado

Ilha Grande que estava prêso, o qual se entendeu com os chefes da "Ribeira do Mar" e da "Serra", indo todos ao Forte tratar de pazes, e, como de tudo fôsse avisado o governador Dom Francisco de Sousa, pelo capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, "que se foi ver com êle a Bahia", mandou o governador que se as fizesse com solenidade na Paraíba (pág. 158).

Jaboatam mostra que dois anos se iam completando na emprêsa da conquista e a capitania pouco aumentava, só vivendo seguros os da Fortaleza e Presídio, devido às hostilidades do gentio, resolvendo, então, Jerônimo de Albuquerque aconselhar-se com os padres Bernardino e Sampéres, os quais, tratando com os índios (pág. 169), foram os principais dêstes ao Forte, prometendo a Albuquerque paz, que se realizou na Paraíba em 1599 (pág. 170).

Santa-Maria frisa que, recolhido Mascarenhas à Paraíba, Jerônimo de Albuquerque ouviu o padre Sampéres, que procurou o cacique Ilha Grande e êste, intercedendo junto a outros maiorais, ajustaram as pazes, as quais se realizaram com solenidade, em 1599 (pág. 22).

Como se infere do relato dêsses cronistas, Albuquerque foi o iniciador dessa concórdia com os Potiguares, mas os historiadores não o dão como presente por ocasião da assinatura das pazes, aduzindo Tavares de Lyra que Mascarenhas, uma vez na capital da Bahia, informou do que se acordara sôbre as pazes o governador Francisco de Sousa, " e êste ao mesmo tempo que ordenara que as pazes fôssem, como foram, solenemente celebradas, nomeou Colaço para comandante do forte e capitão-mor, cargos que Jerônimo de Albuquerque exercera por delegação de Mascarenhas" ("Estado do Rio Grande do Norte" in *Dicionário Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1922, Introdução, vol. II, pág. 519).

A. Gonçalves Dias, cêrca do meado do século XIX, foi encarregado pelo govêrno imperial de examinar os arquivos da província e frisa o estado lastimável em que se achavam os mesmos, acrescentando que não havia "documento antigo, nem mesmo registro dêle, de que se possa tirar proveito" e, quanto aos da municipalidade, não os póde consultar por se acharem fora da repartição respectiva. E aduz que, de alguns

livros que restavam na tesouraria, verificou ter principiado a fundação da cidade do Natal no fim de 1599, dos quais também organizou a tabela dos dirigentes da capitania a contar de 1663 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1.º trimestre de 1854, págs. 26 e 27).

Por aí se vê que nada de positivo resultou de suas pesquisas, no tocante ao fundador da cidade, só tendo podido organizar a relação dos capitães-mores de 1663 em diante.

Já neste século, um perquiridor infatigável e emérito dos nossos fastos, o desembargador Vicente de Lemos publicava o valioso trabalho "Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte",", no qual afirma que Jerônimo de Albuquerque, no dia 25 de dezembro de 1599, "saindo da fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se donominava *povoação dos Reis*", demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal" (pág. 5) — Mais adiante robustece a sua alegação, asseverando ter sido o referido Albuquerque — "Fundador da Cidade do Natal".

Afigurava-se o assunto evidente e incontestável, mas Lemos não diz em que se baseou para chegar a tal conclusão, parecendo que se apegou aos demais historiadores modernos, e, como êstes, no fato de Albuquerque ter sido o iniciador das pazes com os Potiguares e não se saber a data exata da posse do seu sucessor, João Rodrigues Colaço, govêrno êste que se inferia haver começado em janeiro de 1600, conforme a carta de doação e sesmaria datada de 9 de janeiro citado, assinada pelo capitão-mor de Pernambuco Manoel Mascarenhas Homem, da qual consta que o dito Colaço já estava ocupando o cargo no Rio Grande (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol VI, pág. 138).

Com os elementos de que se dispunha até bem pouco tempo, não se podia chegar a outra dedução, induzindo a maioria das conjecturas a conclusão de haver sido Jerônimo de Albuquerque o fundador da cidade. No entanto, os escritores que mais se aprofundaram no estudo da história riograndense, como os coestaduanos — Tavares de Lyra, Vicente de Lemos, Luiz Fernandes e Câmara Cascudo e o historiador Rocha Pombo, não explicam convenientemente porque assim concluiram.

O que se tem como indiscutível é que a povoação ou cidade foi fundada depois da celebração solene das pazes na Paraíba, em junho de 1599. Nestes pontos, não há discrepância entre todos os autores, inclusive quinhentistas e seiscentistas. E mesmo, não podia ser antes, uma vez que a guarnição da fortaleza vivia sitiada e constantemente assaltada pelos nativos

No tocante à fundação de Natal ou cidade dos Reis, há discrepância e confusão.

Rocha Pombo fala nos colonos estabelecidos nas vizinhanças do forte, num "arraial a que se dava o nome de *cidade* dos Reis" (pág. 47) denominação esta que frei Vicente Salvador dá para a cidade que se diz demarcada a 25 de dezembro e 1599, por Jerônimo de Albuquerque, num lugar mais elevado a meia légua do forte, (pág. 47).

Vicente de Lemos assevera que Albuquerque, "num terreno elevado e firme, que já se denominava povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal". (pág. 5).

Luiz Fernandes observa que, tendo Albuquerque, apenas, transportado para um logar mais elevado *uma povoação já criada por Mascarenhas Homem*, também construtor do primeiro edifício erguido em tôda a capitania — o forte dos Reis Magos, — *o verdadeiro fundador é o capitão-mor de Pernambuco*, chefe da conquista da mesma (*Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte*, vol. 29-31, pág. 17)

Tavares de Lyra simplifica, dizendo que Albuquerque fundou uma povoação nas proximidades do forte que tomou o nome de Natal (*Estado do Rio Grande do Norte*, cit., pág. 519; "A Colonização da Capitania do R. Gr. do Norte, *in Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 77, 1.ª parte (1915), pág. 13).

Câmara Cascudo, que chegou a escrever a "História da Cidade do Natal" (1947), não procurou elucidar o caso, cingindo-se, ao tratar do nome da cidade, a transcrever trechos de vários autores, dando sua opinião sôbre a origem do nome do povoado, mas nada aduziu sôbre quem fôra seu fundador (págs. 22 e 23). Contudo, ao recapitular as "Efemérides da Ci-

dade do Natal", no fim do volume, registrou ter sido Jerônimo de Albuquerque.

Quanto a ter havido um povoado anterior ao de Natal, acha dispensável na história a versão de se considerar o acampamento de Mascarenhas Homem como tendo sido uma cidade, negando que houvesse vestígio ou documento da transferência de povoação do recife da barra para o chão elevado onde realmente nasceu a cidade legítima, concluindo que a cidade dos Reis é a mesma do Natal (pág. 26).

Realmente, durante a construção da fortaleza não podia deixar de haver nas suas proximidades "umas palhoças com índios, mamelucos e soldados" formando um lugarejo ou "mocambo", como diria J. F. de Almeida Prado, e, justamente, por estorvar a defesa em tempo de guerra e a ordem durante a paz, levou Jerônimo de Albuquerque a cogitar de sua mudança para outro sítio, conclui o escritor paulista ("Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil", 1941, II, 253).

Frei Vicente Salvador não fala nesse arraial, denominando sempre o povoado de "cidade dos Reis", e isto até 1627, data alcançada pelo autor, dando a entender que "Reis" e "Natal" era uma e a mesma coisa, e frei Jaboatam ensina que dois anos se iam completando na emprêsa e a capitania não aumentava, e, que, apesar dos da fortaleza e presídio viverem seguros, não se podia alargar a cultura fora das abas do forte, devido às hostilidades dos índios.

Num documento da época, encontrado pelo padre Serafim Leite, no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma, e sòmente publicado em 1938, no seu primeiro volume da "História da Companhia de Jesus no Brasil", verifica-se que o padre Pinto dirigira ao Provincial da Ordem, Pero Rodrigues, uma carta a 19 de maio de 1599, em que dizia — "a uma boa residência na nova cidade, que agora se há-de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande" (página 225). Em lugar do missivista dizer apenas — na cidade que se há de fundar, — empregou a expressão "nova cidade", como se existisse uma outra. E' certo que já o provincial Pero Rodrigues aludira antes a um "Arraial", em que os chefes indígenas, a pedido dos padres iam falar com o capitão-mor" (página 517), porém isto se passava na primeira fase da conquista, enquanto se construia

a fortaleza, em 1598 (págs. 516 a 518), arraial êste que desapareceu, tanto que, no ano seguinte, quando o capitão autorizou o reatamento das conversações com os Potiguares, esclarece o Padre Pinto, "por no Forte não ser ainda seguro meter tanta gente, mandei que fizessem um modo de choupana e ramadas, para ali ir falar com êles, o que até então os Portugueses não ousavam a fazer, porque não saiam do Forte, senão bem perto e bem armados e acompanhados de soldados" (V. 504).

Por aí se vê que a aldeola referida não era a "povoação" ou "cidade" que el-rei mandara construir e, simplesmente, um bivaque ou acampamento de emergência enquanto durava o serviço do forte e que, ante os contínuos assaltos dos naturais, restringindo a conquista da terra àquela nesga fortificada, extinguiu-se com a sua conclusão ou logo após.

Relativamente à fundação da cidade, vejamos o que ocorreu depois da edificação da fortaleza dos Reis Magos.

Não há discrepância no tocante à entrega do seu comando ao capitão Jerônimo de Albuquerque por Mascarenhas Homem, em junho de 1598, *não se sabendo, porém, quanto tempo durou a sua gestão.*

Tavares de Lyra observa que uma vez Mascarenhas na capital do Brasil colonial, informou ao governador geral sôbre a construção do forte e a pacificação dos indígenas, pelo que Dom Francisco de Sousa, simultâneamente, nomeou João Rodrigues Colaço comandante do forte e capitão-mor da capitania e determinou que fôssem celebradas solenemente as pazes aludidas. (*Estado do Rio Grande do Norte*, cit., pág. 519). Dos escritores que se preocuparam com o caso, foi o que mais se aproximou da verdade.

Realmente, esclarece o provincial Pero Rodrigues, no documento encontrado por Serafim Leite, que o capitão-mor, concluído o negócio de guerra, foi tratar de pazes com o governador geral na Bahia e, concluídas essas coisas, pediu-lhe um padre exercitado na língua e conversão do gentio a fim de dar princípio às pazes com os potiguares, dando-lhe o superior o padre Francisco Pinto, que foi ao Rio Grande com um outro colega (G. de Sampéres), os quais, chegando ali, entenderam-se com os principais, inclusive o maioral — *Camarão Grande*, e

acrescenta — " tudo isso se *achava presente* o capitão-mor e *o capitão da fortaleza,* João Rodrigues Colaço" (*História,* cit., I, 520).

Isto ocorria em março ou abril de 1599, porque a 19 dêste último mês já os ditos padres, a fim de satisfazerem uma exigência do principal *Pau-Sêco,* para melhor garantia e tornar a pacificação mais firme, partiam do forte do Rio Grande, em visita às aldeias dos potiguares, até chegar às de *Capaoba,* donde seguiriam com destino à Paraíba (pág. 524), aí chegando no mesmo dia em que aportavam os capitães-mores de Pernambuco, Paraíba e de Itamaracá, além do capitão Alexandre de Moura, provedor-mor Braz de Almeida e outras pessoas (*Obr. cit.,* pág. 521).

O provincial não fala em Jerônimo de Albuquerque e, sim no "capitão-mor o capitão da fortaleza, João Rodrigues Colaço".

Se dissesse — o capitão-mor e capitão da fortaleza, — nenhuma dúvida surgiria, tratava-se duma só pessoa, mas, pospôs o artigo *o* à copulativa *e,* deixou a suspeita de serem dois personagens distintos. Todavia, a incerteza se desvanece ante o verbo e o adjetivo que os precedeu, os quais se acham no singular, designando uma só individualidade para ambos os cargos.

E, se assim não fôsse, caso se admitisse o autor querer destacar o capitão-mor do capitão do forte, sòmente poderia referir-se ao capitão-mor Manoel Mascarenhas Homem e não a Jerônimo de Albuquerque, tanto que o provincial Pero Rodrigues, um pouco antes e na mesma página, narra: "Tendo o capitão-mor, depois de concluído o negócio de guerra, foi tratar de pazes com o govêrno geral na Bahia e concluída essas coisas pediu-lhe um padre bem exercitado na língua e conversão do gentio, a fim de dar princípio a paz com os potiguares", e "eu lhe dei o padre Francisco Pinto, dos melhores línguas desta Província, e por tal conhecido e respeitado dos índios" (pág. 520).

Como se vê, o único capitão-mor a que se refere o narrador é ao que terminado "o negócio de guerra", foi à Bahia tratar de pazes, e êste como se sabe é incontestável, chamava-

se Manoel Mascarenhas, que construiu o forte e, em seguida, entregou-o a Jerônimo de Albuquerque, indo para a Bahia.

Como se sabe, Manoel Mascarenhas Homem teve, além da conquista da terra, duas incumbências dadas pelo soberano português: a construção de uma fortaleza e de uma cidade. Pronta aquela pelo meado de 1598, foi à Bahia. Feitas as pazes com os índios, justamente um ano depois dessa conclusão, na Paraíba, e com a sua presença, tratou-se de lançar os fundamentos da cidade, a fim de dar total execução à missão real.

O que é certo é que, no princípio de janeiro de 1600, êle estava em Natal, como prova o documento por êle assinado no dia 9 do referido mês, concedendo a primeira sesmaria da capitania a João Rodrigues Colaço, pelo que poderia poucos dias antes haver fundado a cidade.

Contudo, o que parece mais aceitável, de acôrdo com a sequencia das ocorrencias, é que João Rodrigues Colaço fôsse nessa ocasião nomeado comandante da fortaleza pelo governador da Bahia, a quem estava sujeita a capitania do Rio Grande e tambem capitão-mor, como adianta Tavares de Lyra, e daí tratá-lo como tal o provincial Pedro Rodrigues.

É certo que, anteriormente à ação dos padres Pinto e Sampéres para a pacificação dos Potiguares, no tempo ainda da construção do forte dos Reis Magos, já os padres Francisco de Lemos e o próprio Sampéres esforçaram-se nesse sentido, conseguindo levar alguns caciques ao "Arraial" para se entenderem com o capitão, não chegando a concluí-la, por serem muitos e não haver conformidade entre êles (S. Leite, cit., I, 517); sendo bem provável que Albuquerque, como responsável pela direção do forte, continuasse êsses esforços. Daí, certamente, a inferência de haver êle, na falta de outros esclarecimentos, sido o autor da preparação das pazes definitivas e, consequentemente, o fundador da cidade uma vez que o primeiro documento encontrado pelos pesquisadores até então em que se mencionava o nome de Colaço como capitão do forte, datava de 9 de janeiro de 1600 (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, VI, 138-139), seguindo-se-lhe vários atos como capitão-mor, até o ano de 1603 (*Revista* cit., VII, 19 — 34).

Corroborando a referência do provincial Pero Rodrigues, sôbre ser Colaço, capitão-mor e capitão da fortaleza do Rio Grande, já em abril de 1599, vê-se uma afirmativa, noutro documento encontrado pelo citado historiador padre Serafim Leite,a no arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, denominada "Relação das Cousas do Rio Grande, do sítio e disposições da terra" (1607), atribuída pelo dito historiógrafo ao padre Gaspar de Sampéres, assim: "João Rodrigues Colaço, o primeiro capitão que foi daquela Capitania". (vol. I, cit., Apêndice, letra i, pág. 558).

Destarte, segundo o testemunho dos padres Sampéres e Pinto, um que arquitetou e assistiu a construção do forte dos Reis Magos e outro que, e logo em seguida foi servir de conciliador entre o gentio ainda hostil, em companhia do mesmo Sampéres, e o provincial de ambos, o primeiro capitão-mor do Rio Grande foi João Rodrigues Colaço, que já governava no ano de 1599, devendo por isso, ter sido o fundador da cidade do Natal, e não Jerônimo de Albuquerque, mero capitão da fortaleza, o qual desde abril do referido ano, já estava substituído.

Não deparamos até aqui um só documento oficial que pudesse esclarecer o assunto, nem do govêrno da Bahia, nem do de Pernambuco ou do Rio Grande, e frei Basílio Rower, no seu trabalho "Ordem Franciscana no Brasil", explanando o esfôrço ingente dos seus irmãos desde o século XVI, não se refere ao fundador de Natal, apesar de acompanharem a expedição de Mascarenhas Homem os franciscanos freis Bernardino das Neves e João de São Miguel, durante quase dois anos (pág. 140), sendo que o primeiro também estêve presente à "fundação da cidade de Natal" (Nota 114, à pág. 141 da obra citada); devendo ter sido êle o celebrante da missa que solenizou a fundação da referida cidade.

O Govêrno Ferreira Chaves

— Do "Diário de Natal" — Outubro - 1952

JOÃO VICENTE

O Rio Grande do Norte, duas vezes administrado pelo Desembargador Ferreira Chaves, no quatriênio de 1896-1900 e no sextênio 1914-1919 (período estabelecido antes, mas reduzido ao normativo em reforma constitucional), tem nêsse insigne pernambucano e norte riograndense adotivo, o mais alto exemplo de Chefe de Govêrno. Ainda, pouco após haver deixado o Ministério da Justiça no Govêrno Epitácio, e já estando em Natal, onde lhe foram prestadas as maiores homenagens de civismo (á sua chegada delegações municipais, — e recebemos de Martins, Mossoró, Apodí, Patú — vários discursos, três bandas de música), ao regressar ao Rio, conveio então dali em voltar ao Senado, numa reeleição integral, até 1930, envez da nova indicação para dirigir o Estado.

Tôdas as atividades do Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, (formado em Recife) alguns mezes iniciadas em Palmares, desenvolviam-se mais logo na terra potiguar. A essa época, afluiam para a nossa Província numerosos bacharéis de Pernambuco, aliás dos melhores e mais valiosos elementos de trabalho. Promotor, Juiz Municipal, Juiz de Direito em comarcas pelo interior, ao surgir a República, é nomeado para a Capital, onde a sua cooperação nas idéias do novo regime se assinalou das mais distinguidas, de modo a tornar-se "o imediato do Dr. Pedro

Velho na organização do Estado", conforme o Dr. Alberto Maranhão, em discurso na Câmara dos Deputados. Foi mesmo o Dr. Chaves um dos membros da Junta Governativa, em 28-11-1891, bem como redator d' "A República", o orgão de imprensa fundado em 1.º de Julho de 1889 por Pedro Velho. Eleito êste Governador pelo Congresso Legislativo, e constituído o Superior Tribunal de Justiça vem a ser um dos Desembargadores nomeados (1892) o Dr. Ferreira Chaves, em exercício até sua eleição, pelo voto direto, para o Govêrno do Estado. A sua ação administrativa confirma o espírito inteligente e o caráter elevado, dignos do Magistrado. Garantindo a ordem e a tranquilidade, promovendo melhoramentos, equilibrando as finanças, impoz-se á estima do povo. E' assim eleito e reeleito para o Senado Federal (1900, 1903, 1912), exercendo várias vezes o logar de 1.º Secretário, defendendo os direitos do Rio Grande do Norte na questão de limites de Grossos, atuando na Comissão Especial do Projeto de Código Civil, demonstrando a sinceridade de suas convicções democráticas.

Dada a agitação militarista em todo o Norte da República (1910-1913), é o Deputado Alberto Maranhão, antecessor no Govêrno (1908-1913), quem declara: "Candidato o Sr. Ferreira Chaves, observei um fenômeno de alta dignidade em minha terra. Eu era o chefe do partido dominante. Pois bem, de muitos municípios do Estado, justamente daqueles em que a oposição era mais fortemente arregimentada, o que notei foi a adesão sincera e espontânea que cercou o nome do nosso correligionário e amigo Sr. Ferreira Chaves (**"Na Câmara e na Imprensa"**). Recem-eleito (1912) Senador por nove anos, não se

resignou o Dr. Chaves á situação de comodismo, instalado embora de há muito tempo na Capital da República. Ao início da campanha governamental para o período de 1914-1919, atendendo ao apêlo de numerosos amigos, em começo de 1913 já se achava pelo alto sertão do Estado, que percorreu quase todo a cavalo. "Sua popularidade, de 1913 a 1920, tocara às raias do fanatismo" (**Câmara Cascudo** — Govêrno do Rio Grande do Norte, 1597-1939). Em editorial d' "**A República**", 1.º da série de artigos — "Política Econômica") — escrevemos: "A reconstrução de uma verdadeira política republicana no Rio Grande do Norte, apenas ensaiada, em alguns de seus aspectos, no período organizacional do novo regime, se vem fazendo e acentuando, de modo definitivo, nestes últimos anos, (Govêrno Antônio de Souza) desde que o Desembargador Ferreira Chaves, em 1914, para atender ás necessidades superiores do momento e ao apêlo insistente de seus compatrícios, foi chamado ao posto de sacrifício de administrar o nosso Estado, então em condições simplesmente deploráveis, sob qualquer ponto de vista e por todo seu território".

A Mensagem Inaugural, que leu ao assumir o Govêrno em 1-1-1914, distribuída em impressos e publicada no orgão oficial "A República", de 3-1-1914, é a página mais expressiva do quadro político-administrativo e da realidade do Estado. Ele doutrina sôbre as normas diretivas da Administração, colocando a Justiça, o Ensino e o Fisco isentos dos interesses partidários; fala das necessidades do povo, sobretudo no interior, que observara na campanha, referindo-se ao progresso apenas de Macaíba e Mossoró. Logo no 1.º ano de administração operou prodígios, despertando os mais justos entusiasmos dos adversários, isto é, de respeitáveis elementos que se abstive-

ram, em virtude de compromissos com a candidatura militarista.

Prosseguindo nas suas realizações, sob o lema — "Moralidade e Justiça, Liberdade e Progresso" — extinguiu o monopólio que pesava sôbre a indústria salineira, principal fonte de renda pública, pela anulação da concessão fiscal arrecadadora existente, suprimiu o dízimo de gado grosso, beneficiando assim o criador; combateu os surtos de proteção a criminosos nos pontos mais distantes; cortou verbas superfluas no orçamento, mantendo o funcionalismo em dia; iniciou em seu govêrno o pagamento do empréstimo externo; construiu na Capital as Praças Sete de Setembro e Leão XIII; favoreceu a construção da Igreja de São Pedro no desenvolvimento do bairro do Alecrim; incentivou as sociedades esportivas e operárias, reservando representação destas nos orgãos legislativos do Município e do Estado; inaugurou e auxiliou a construção de escolas e grupos escolares, declinando da homenagem de seu nome no Grupo Escolar de Parelhas para indicar o do Barão do Rio Branco, como o de outros vultos nacionais — Joaquim Nabuco, em Taipú, Quintino Bocaiuva em Santa Cruz, Conselheiro Brito Guerra em Areia Branca, grupos escolares êstes e outros criados em seu Govêrno. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, a Escola Doméstica, os Escoteiros do Alecrim, instituições hospitalares receberam do Govêrno Ferreira Chaves os impulsos decisivos. Iniciativa sua foi a criação do Campo de Aviação, nomeando-lhe Diretor o Comandante Monteiro Chaves, da Escola de Aprendizes Marinheiros. Acolhia sem temor de competições moços e velhos, de figuras novas e tradicionais, formando o Congresso Legislativo.

Ao vencer o 1.º ano da sua gestão, elementos de maior projeção e no centro mais adiantado como o Dr. Almei-

da Castro, em Manifesto ao seus amigos de Mossoró e da Zona Oeste, começaram a significar-lhe (1915) solidariedade e aplauso. No Rio e por vários Estados chegava a notícia do Govêrno-modêlo. O Govêrno da Paraíba, exercido pelo espírito de grande cultura do Dr. Castro Pinto, mandava o escritor — Carlos Dias Fernandes, (então um dos seus auxiliares e jornalista de grandes diários no Rio), a Natal colher os resultados da Adm. Ferreira Chaves, editando n' A União minuciosa plaquette. Quando, em 1926, o Conde Pereira Carneiro e outros comerciantes e industriais inauguravam a aviação comercial brasileira Rio-Porto Alegre, não se deixava de ressaltar o interêsse de poucos Estados, inclusive o Rio Grande do Norte. A arborização e fruticultura, na Capital e no interior mereceram também cuidados do Des. Ferreira Chaves. Crônica Social d'A República, de 19-4-1938, dizia que fazendo "virem do Rio centenas de mudas de tôdas as frutas, as distribuiu a quem se mostrava interessado em cultivá-las com o carinho que êle próprio dispensava ás que plantou na Vila Cincinato (Vila Potiguar). Foi êle, o Dr. Chaves, o autor e criador dos pomares que hoje enfeitam a Cidade."

O livro citado do escritor **Câmara Cascudo** relata: "Em suas administrações se houve com prudência e tino, cuidando das finanças. Remodelou inteiramente vários edifícios na Capital, cuidando de estradas que tiveram notável desenvolvimento. Criou a Junta Comercial, pela lei 132, de 13-9-1899. A Estrada de automóveis Natal ao Seridó levou seus carros a Santa Cruz. O Des. Ferreira Chaves, de automóvel e a cavalo, visitou todo o Estado, fiscalizando pessoalmente os trabalhos de utilidade pública e agindo energicamente contra os inevitáveis abu-

sos. As emissões de apólices montavam a Cr$ 2.232.600,00 e deixou-as reduzidas a Cr$ 848.150,00, tendo pago Cr$ 1.375.500,00."

Escolhido para seu sucessor o Dr. Antônio de Souza, acentuou em sua "Carta Familiar", de candidato, as normas administrativas do Govêrno Chaves quanto ao respeito á lei e aos direitos individuais, com expressa menção ao enunciado daquela Mensagem Inaugural. Com efeito, por toda a parte respirava o Estado ao influxo de norma democrática, programada e realizada:

. . . . . .

"No dia em que tivermos conseguido alhear a Justiça, o Ensino e o Fisco da ação partidária, sem, contudo, cercear os direitos políticos que aos representantes dêsses três departamentos cabem, como cidadãos, nêsse dia teremos dado um grande passo para a regeneração dos nossos costumes, teremos feito solene afirmação da verdade republicana, assentando glorioso marco na senda de nosso desenvolvimento".

— "Uma cousa é ter direitos políticos e exercê-los e outra deixar-se envolver no redemoinho de subalternos interêsses locais."

— "Há povoados e vilas aí, pelo interior, onde o povo nos dias em que se reúne para a troca dos seus produtos, não encontra sequer local seguro para abrigar-se, ficando exposto aos ardores do sol e ao açoute das chuvas." "De escolas são bem poucos os que se preocupam."

— "O direito é um só, tendo o mesmo valor e peso igual, quer o pleiteiem amigos, quer o invoquem adversários."

E citando Theodoro Roosevelt, estadista norte-americano, "em famosa conferência, na Escola Normal de São Paulo:

—"Qualquer manifestação de corrupção no campo da política, como dos negócios, representa uma ofensa tão grave contra a coletividade, que o ofensor deveria ser perseguido como um criminoso".

Terminava então: "Esforcemo-nos por praticar essas virtudes, concidadãos, exerçamo-las e teremos dilatado o círculo do nosso progresso, avançando na direção do futuro" (**Mensagem Inaugural**, Gov. Ferreira Chaves - 1914).

Êsse um espírito de intensa vida retilínea nos destinos do Rio Grande do Norte, que não terá sido, como todo homem público, imune ás responsabilidades alheias, porém que constitui, sem sinuosidades ou maquiavelismos, aquele "fenômeno de alta dignidade" refletido, na linguagem autorizada do aludido representante potiguar.

Folclore da Redinha

VERÍSSIMO DE MÉLO

A práia da Redinha — uma das mais encantadoras da capital norte-riograndense, — está situada á margem direita do rio Potengí, confrontando com o velho Forte dos Reis Magos, á entrada do porto de Natal.

Vive ali uma pequena população de pescadores e de barqueiros, estes últimos veteranos trabalhadores no transporte de pessoas e cargas entre as práias vizinhas e a cidade.

De hábitos rotineiros, semelhantes a todos os homens afeitos á vida do mar, os pescadores da Redinha vivem praticamente isolados da população natalense, tendo maiores contactos apenas nas épocas de veraneio, de novembro a fevereiro. Daí conservarem rico e bizarro folclore, impregnado daquele espírito universalmente supersticioso dos pescadores e marinheiros, resultado da luta diária e desigual contra os elementos mais bravios da natureza, — o mar, ventos, tempestades, peixes estranhos e perigosos, — e que bem transparece em rifões como estes que Juan Amades colheu numa distante práia de Barcelona (1):

"El mar
enseña a orar."
"No vaya por mar
quien no sepa rezar."
"Quien quiera navegar
que aprenda a rezar."

Está bem viva ainda na memória dos natalenses a querela entre pescadores da Redinha e veranistas, porque estes

construiram bonita e ampla capela para a padroeira da práia, N. S. dos Navegantes, com um detalhe infeliz: A capela dava as costas para o mar, — disseram os pescadores. Em consequência, após a transladação festiva da imagem da santa para a nova capela, foi a mesma furtada e recolocada na antiga capelinha, onde mal cabem trinta pessoas.

Neste trabalho, reuno notas que o meu irmão Protásio Mélo coletou a meu pedido, ouvindo pescadores e barqueiros da Redinha sôbre as suas tradições, tabús, técnicas de pescaria e até gíria e versos populares. O material foi arrolado em fins de 1957, obedecendo ás regras clássicas de pesquisa de campo, (com anotações de informantes, idade e procedência dos mesmos), mas só agora em 1959 tive oportunidade de examiná-lo mais detidamente, selecionando o que me pareceu digno de observação e registo.

LENDAS

Depoimentos de José Soares da Costa, Nascimento e dos srs. Isac Seabra e Antônio Campos, ouvindo outros velhos pescadores:

O frade sem cabeça

Contam os habitantes da Redinha que no primeiro môrro a norte-nordeste, ao meio dia, costuma aparecer um frade sem cabeça, apontando para uma gameleira. A árvore já desapareceu, aí pelos anos de 55 a 56.

Supõe-se que o frade esteja indicando o local de uma "botija".

As lavadeiras que contaram a lenda não chegaram a ver o frade sem cabeça, mas ouviram falar.

O cajueiro malassombrado

Perto de Pajussara, (norte da Redinha), existe um cajueiro baixo e frondoso, cuja copa cobre parte de uma cêrca e se derrama por um pequeno e estreito caminho. Contam que, uma noite, um soldado trazia um preso de Pajussara e, ao passar pelo citado caminho, ouviu uma voz dizer:

— Solta o rapaz, miserável!

Outras pessoas afirmam ter visto redes armadas e outros *timotes* (assombrações) no local.

O morto que grita na noite

Várias pessoas da Redinha dizem que em algumas noites calmas do ano se ouve e se vê um rapaz, que morreu afogado perto do cais Tavares de Lira, passar gritando sôbre o rio e desaparecer para dentro do oceano. Até bem longe se escuta a voz sinistra.

O pescador que viu a alma de outro

Isac Seabra ouviu esta de um pescador e contou a Protásio: Um velho pescador foi pescar no Paço da Pátria. Parou a canôa e jogou o tauassú (âncora pequena). Puxava e tornava a puxar o anzol e não pegava nada. Olhando, casualmente, para um lado, viu outro pescador, desconhecido, bem perto do seu bote, que estava quase enchendo a embarcação de peixe. E sem saber porque, o pescador assombrou-se com o colega desconhecido e de tanta sorte!

Recolheu seus apetrechos de pesca e botou-se para o cais Tavares de Lira. Quando olhou para trás, lá vinha o outro seguindo a sua canôa. Apressou a remada, já todo arrepiado de medo. Chegou no cais, desembarcou e olhou novamente para trás. O pescador tinha desaparecido da superfície das águas!

E êle perguntava a si mesmo:

— Seria a alma de um pescador ou o demônio para atormentar um pobre velho?

Ninguém sabe.

* * *

CRENDICES

Dias em que não se pesca

O espírito religioso dos pescadores da Redinha, aliado às suas credices tradicionais, proibe que se pesque em vários dias do ano.

Dia de Finados — "Se pescar, — informa J.A. de B. — só dá canela de defunto."

Dia de Santa Luzia — "Não se vê nada na pescaria", — diz o mesmo pescador.

Dia de Santo Antônio — "Não se pesca por causa da tormenta. Também porque Santo Antônio foi enganado pela Curimã.

> Contam que a Curimã disse a Santo Antônio que ia passar no mar e êle não via. Santo Antônio passou o dia todo esperando, no mirador, e, de fato, não viu nada. De tarde, o mesmo peixe passou e gritou de longe:
> — Não te disse, Antônio, que tú não me vias?
> Santo Antônio correu prá ver e ela desapareceu...

Sexta-feira da Paixão — Não se pesca em nenhum canto.

Dia de N. S. dos Navegantes — 16 de janeiro. E' o dia da Padroeira da Redinha. Não se pesca nem na véspera e nem no dia.

Dia de São Miguel — Não se pesca, porque um pescador foi pescar e aconteceu êste fato: Jogou o tresmalho e êste torou-se em dois. O pescador não pôde segurar nada. Todos os anos, nesse dia, vê-se o tresmalho, mas ninguém o pega.

Dia de São Bartolomeu — Não se pesca no dia de São Bartolomeu porque "o diabo anda solto."

* * *

Peixes e superstições

São incontáveis as superstições relacionadas com os peixes mais comuns nas práias nordestinas. Vejamos algumas.

Arráia — Logo depois de fisgada, os pescadores enterram o espinho, pois dizem que dá má sorte nas futuras pescarias se não tomarem a providência. Outros dizem que, se o espinho fôr encontrado num bote, êste nunca mais pescará nada.

O espinho da arráia serve também para fazer feitiço, assim como a cauda. Esta se bater numa pessoa, faz secar.

Bagre — O espinho do Bagre também serve para feitiço. Logo depois de pescado, o pescador corta os espinhos da cabeça, pois a picada ou mata ou aleja. Protásio assistiu pescadores puxarem uma rede onde vinha um bagre. Antes de retirá-lo, por entre as malhas, tiraram os três espinhos e os entregaram ao dono do tresmalho.

Estrela do mar — Também serve para feitiço.

Xaréu — O xaréu tem um verme na cabeça. Dizem os pescadores que ali está o juizo do peixe.

Pintadinho — Quando o pescador avista o "pintadinho", que acreditam ser o tubarão-baleia, manda deitar toda a tripulação e fazer o sino (signo) de Salomão: Dois triângulos em sentido contrário. O bicho vai embora logo. Há também quem reze com o mesmo resultado.

Ciribóia — É um pequeno peixe, em forma de centopéia, com dois esporões, e que vive na lama. Picada a pessoa por uma ciribóia, sofre dores vinte e quatro horas.

Mututuca — E' como uma cobra: "Morde com a bôca" e a dôr dura 24 horas.

Aneguím — Vive na lama. Se fôr pisado e a pessoa sentir a pressão, deve tirar o pé de lado, pois ela vem até a superfície picar. A dôr tem duração também de um dia. Remédio: Algodão passado na vagina da mulher.

Morêia — Se pegar o dedo de uma pessoa, rasga.

Bicuda — Peixe perigoso. Corta na sombra.

Agulhão de vela — E' perigoso por causa do salto e do bico.

Camurupim — Cuidado com a pancada nos peitos dada por um camurupim. E' morte certa.

Papa-terra — E' um cação pequeno, que corta uma pessoa até com três dedos dágua. (Peixe de côr verde).

Baiacú — Comido, envenena e mata. Entretanto, na Paraíba, se come o baiacú pintadinho, mas só no mês de maio e no São João.

Garajuba — Pode-se comer, mas não se deve bater com êle no chão.

Tubarão de espelho — Encontrando-o, o pescador dá tudo o que tem, inclusive a cabaça com as iscas e depois cai fora, senão o peixe vira o barco. E' a fosforescência, em cima do peixe, que lhe dá o nome.

Cavala — Em certas épocas não deve ser comida, depois da carne fresca, pois provoca manchas que ficam para sempre na pele.

Tubarão sombrero — E' dos mais perigosos. Encandeia todo mundo e deixa os pescadores com ar de dôido.

Pirá — Tem dois espinhos. Cuidado com uma estrepada, pois dói muito. Geralmente inflama.

Peixe bezerro — Um pescador da Redinha viu um desses peixes numa práia do norte. Era tão grande, que quem estava de um lado da cabeça, não via a pessoa do outro lado.

Arráia jamanta — É peixe curioso, pois aparece, a princípio, pequeno, do tamanho de um prato. Depois, vem maior. Desaparece e volta ainda maior. E assim por diante. Até ficar tão grande como a sombra de uma nuvem no mar. O melhor a fazer é cair fora, lógo.

Cangulo— O miôlo do cangulo, o único peixe que dorme, — dizem os pescadores — serve para evitar que a pessoa fique dôida.

Treme-treme — É um tipo de arráia, que produz forte descarga elétrica. Luiz Totônio diz, entretanto, que pega no treme-treme e não leva choque. É só usar o braço esquerdo...

R e m é d i o s

Para acidentes na práia ou no mar, os pescadores da Redinha usam coisas assim:

Lacrau — Para mordida de lacrau é só subir um tôco de páu, que não dói.

Espinha de peixe — Comer farinha. Se fôr inútil, é virar um tição. Onde não houver tição, rezar. Banana também é bom. Ou então emborcar a pessoa de cabeça para baixo.

Caravela — Açucar bruto em cima, areia (para desprender os ráios), baba de caranguejo pequeno, garapa de açucar, amoníaco e farinha para passar a dôr. Fumo e sabão virgem também resolvem.

Dôr de dente. — Para passar a dôr é fumar o maracá da cascavél.

Furada de aneguím — Passar um algodão nas "partes" da mulher e friccionar o local.

Picada de Arráia — Ôvo quente ou alho pisado.

Reumatismo — Óleo de tartaruga.

Choro de menino — Pegar o chinelo do pai, o do pé direito — colocá-lo emborcado, debaixo da cama, com o esquerdo por cima, também emborcado. O chôro não dura três minutos...

Estrepada de bagre — Tirar o olho do peixe e passar em cima.

Espinho de arráia — Passar "Baba de carneiro", gosma que se encontra nas pedras ao longo da práia.

Ferida ruim — Passar caravela em cima. O velho Manuel Paulino conta que, quando menino, em Jacumã, viu um rapaz que tinha a perna quase comida por uma ferida. Usou caravela em cima e tempos depois marcava quadrinha, completamente curado. Usar a caravela roxa primeiro e depois a azul, transformada em pó e aplicada no local.

Asma — Lingua de arráia pintada.

Dôr de barriga — Beber água salgada.

Crendices dos pescadores

Não se deve apontar o peixe — Lá fora, no alto mar quando o pescador vê um peixe grande, nunca deve apontá-lo, pois se assim o fizer, imediatamente, ele se aproximará do bote. Avisa-se aos companheiros, porém não se aponta.

Para amolecer o feijão — Para amolecer o feijão duro, cozinha-se com uma cortiça (rolha) dentro da panela.

Oração forte — Isac contou a Protásio que o velho Cruz usava no pescoço uma oração tão forte que passou oito dias agonizando. Foi preciso cortar do pescoço o pacote com a oração, para que ele pudesse morrer.

Sinais sôbre chuva

Barra escura ao longo do horizonte, até onde a vista alcança, é bom sinal de inverno.

Relâmpagos no mar, ao norte e a nordeste, bom sinal.

Mau sinal de inverno é quando o dia do ano, 1.º de janeiro — amanhece de maré vazante.

Bom sinal é quando a água do cacimbão aparece quente de tarde.

Quando a rodilha que aparece no "carreiro" (via latea) estiver com a ponta para baixo é sinal de inverno.

O pescador Negrão afirmou a Protásio:

— Se sair num bote e aparecer no céu um relâmpago branco, seguido de outro azul, é certeza o temporal. O mestre do barco deve procurar um lugar para fundear ou botar a pôpa pro mar e esperar a tormenta.

Ventos e Pescarias

A direção dos ventos indica pescarias bôas ou más.

Vento sul — Bom tempo. Mar manso e muito peixe.

Vento norte — Carreira dágua, muito cisco e ruim de peixe.

Vento sueste — Não dá nada. Só frieza.

Vento noroeste e oeste — Carreira dágua pro sul e nada mais

Convenções da pescaria

No paquete (bote) de três ou quatro tripulantes, há a seguinte convenção em relação aos peixes pescados por cada um dos tripulantes:

Mestre — O rabo do peixe se conserva intacto.

Proeiro: Corta um pedaço do rabo.

Bico de prôa — 3.º tripulante: Corta dois pedaços do rabo.

Serrador — 4.º Tripulante: Corta um pedaço em cima da cabeça do peixe.

A finalidade dos sinais é facilitar a identificação dos peixes e seus donos no fim da pescaria.

Técnica de puxar a rede

Parte perigosa de uma pescaria, com tresmalho, é quando falta pouco para a rêde chegar em terra. Nesse momento, pode estar na pequena parte dentro dágua um peixe perigoso. Os pescadores têm o cuidado de adotar uma posição de defesa. No caso de saltar contra êles uma bicuda, curimã, camurupim, etc, devem estar sempre de lado, nunca de frente para a rede, afim-de evitar ferimento grave.

Linguagem do Mirador

O mirador é o pescador que comanda de terra, de um cômoro, a pescaria com tresmalho. Por meio de gestos convencionais, êle vai indicando aos que estão no mar a marcha dos cardumes e os movimentos para obter o melhor rendimento na pescaria.

Eis as principais convenções em gestos:

1.º — Levantar o chapéu. Significa que a jangada deve entrar.

2.º — Apontar. Indica que o peixe vem em tal posição.

3.º — Anuncia curimã á vista, se bate na cabeça.

4.º — Se apanhar areia é o xaréu que se aproxima.

5.º — Abrindo os braços informa que há muito peixe.

6.º — Manda estender a rêde, se estende a mão em arco.

7.º — Quando abana a mão junto ao chão, está indicando que o peixe vem perto da terra.

8.º — Não está vendo mais o peixe, quando abre os braços e bate com as mãos.

9.º — Estirando o braço e levantando a mão, determina que se deve puxar a rêde.

10.º — Batendo com as mãos fechadas, manda emendar a corda.

11.º — Se deixar a mão suspensa, está mandando parar a jangada.

12.º — Se baixa a mão esquerda, indica que se deve virar para a terra.

Caminhos de pescarias

Os pescadores não pescam á vontade. Dirigem-se para locais certos, que eles chamam "caminhos". Identificam êsses lugares por meio de "morros" e moitas em terra. Dão nomes de peixes, de pescadores ou acidentes geográficos a êsses lugares. Sempre existe uma pedra nesses caminhos, onde é possível fundear o bote. Essas pedras também têm nomes próprios.

Eis alguns "caminhos de pescaria" conhecidos na vizinhança da Redinha:

1.º — Caminho de Fragoso.
2.º — " de Terra Grossa.
3.º — " da bola.
4.º — " terra amarela.
5.º — " Sirigado de cima.
6.º — " Tartaruguinha.
7.º — " do Pico.
8.º — " Estrelinha.
9.º — " da Morêia.

10.º — " da Arabaiana.
11.º — " da Unha rachada.
12.º — " da criminosa. Etc. Etc.

Alguns nomes das pedras

Cabeço da risca; Cabeço de baixo; Pedra dos Pretos; Pedra comprida; Pedra do Sirvo (Silvio), etc.

Os pescadores não ensinam, geralmente, os "caminhos" aos novatos. Quem quizer que os procure.

Denominações populares de alguns peixes

Os peixes mais populares na Redinha, com a denominação tradicional, são estes:

Cavala, Cioba, Dentão, Arabaiana, Garoupa, Bicuda, Galo do Alto, Garajuba Amarela, Bicuda da Costa, Gola da Costa, Curimã, Enxova, Carapeba, Agulhão de Vela, Tainha, (também chamada Sauna ou Meio-peixe), Dourado, Avoador, Mero, Avacóra, Guaiúba, Cangulo, Biquara, Pirá, Pargo, Xaréu, Garaximbola, Camurim, Camurupim, Pescada, Ubarana, Cação, Arráia, Sardinha, Morêia, Polvo, e os crustáceos Aratú da Maré ou do Mar, e Lagostim, que é a mesma lagosta.

Gíria dos pescadores

Lingua de tatú — faca.
Joguei uma lata dágua nele — Dei-lhe uma facada.
Tomar um melhoral — Tomar cachaça.
Afogar o anjo da guarda — idem.
Tomar uma semente de arenga — idem.
Avoar um côco dágua — Dar uma facada.
Sair da égua — Matar um.
Eu sou do sarrabúio — Topa qualquer briga.
Sapecão — "Chamada" de cana.
Água nova — Água dôce.
Se fôr homem, emburaque — Convite á briga.
Cruvina — Espinho duro.

Papa-Cêia — E' a estrela "Sirius", que aparece á noitinha.

Diálogo

O seguinte diálogo foi anotado pelo estudante Jurandir Tahim, ouvindo um jovem pescador e uma moça, filha de pescador.

Rapaz: — Tu vai *gostá deu* hoje na festa?

Moça: — Agora, não. Vou *gostá* de Mané. Mais tarde, *tarvez*...

Rapaz: — Eu espero prá tu *gostá deu*.

Meia hora depois:

Moça: — Pronto. Já acabei com Mané. Agora vou gostá de *istú*.

Adivinhação

— O que é o que é?
Que antes do pai nascer o filho já anda?
Resposta: O dia e o sol.

Sete estrelas

Dizem os pescadores que as Sete estrelas não aparecem no mês de maio porque compraram uma porca fiado e não pagaram. Outros dizem que compraram quatro vinténs de maxixe.

Versos Populares

Aludindo ás más companhia, disse Zé Preto:

Nasce um menino e se cria
na prôa duma barcaça.
Não há serviço no mar
quesse menino num faça.
Quando se ajunta c'uns outros,
começa a beber cachaça.

"Seu" Dantas refere estes versos que dizem os bebedores de cachaça:

Aguardente é moça branca,
fia de sinhô de engenho;
Quem se interra *munto nela*
Fica sem nem um vintém.

Luiz Totônho disse esta quadra:
Aguardente é Jurubita,
Feita de cana torta.
Bato contigo no bucho,
bate comigo na porta."

Zé Preto contou em versos esta "estória":
Eu digo e não tenho medo,
comigo não há engano,
quem *véve* duzentos anos
quanto mais *véve* mais vê.
Matei não prá vender
um monstruoso sirigado,
Foi prá dar um presente
a um amigo delicado,
chegou um pescador safado
pescou depois de salgado.

Estas quadras foram ditas pelos pescadores Zé Preto e Seu Dantas:
Diz a lua já sumiu,
nas dez horas já se foi;
vai sair duas figuras
Caça Tinta e Zé do bôi.

Lá vem a lua saindo
redonda como um cruzado.
Quem tivé irmã solteira
me chame logo de cunhado.

"LEYENDAS Y TRADICIONES MARINERAS DE CATALUÑA" — Juan Amades — José Tarín — Seccion de Prensa de la Diputacion Provincial de Barcelona — 1954.

Página de Saudade

Enélio Lima PETROVICH

EIS o perfil: baixo, franzino, testa larga, sereno, cordial e modesto. Assim era Nestor dos Santos Lima. Meu tio-avô e padrinho duas vêzes, chamava-o na intimidade de Padrinho Vovô. E como gostava do tratamento! Por isso, conservo-o para sempre.

Com êle convivia quase tôdas as tardes. Era alí na calçada da Dr. Barata que, religiosamente, palestrava em companhia de sinceros e bons amigos. E mencionem-se entre estes, o Des. João Vicente da Costa, mestre Câmara Cascudo, dr. Otávio de Gouveia Varela, Des. Silvino Bezerra Neto, Plínio Saraiva e Waldemar de Sá, além de outros.

Dêle aprendi as mais perfeitas lições de Direito e recebi os melhores conselhos e ensinamentos. Tinha-o como pai e como mestre. Pai pela bondade de seu coração, e mestre pela lúcida inteligência e inconfundível personalidade. Mostrava-se simples sem ser nulo, perspicaz sem ser arrogante, severo sem ser estúpido, calado sem ser tímido, metódico sem ser exagerado e culto sem ser vaidoso. Três exemplos a história antiga pode oferecer-lhe: Epicteto, Catão e Sócrates. Como o primeiro foi modesto e bom; justo como o segundo; e sereno e pacífico como o último.

No exercício de sua profissão soube dar a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus. Fez da subli-

me e difícil tarefa de advogado, um autêntico sacerdócio. Aplicando justiça, praticou o bem. Dono de um coração reconhecidamente sensível nunca se lastimou diante das máguas e injustiças humanas. Aos ingratos e aos injustos respondia sempre com o silêncio de sua honradez e de seu caráter. E que virtude!

Era o sexto filho de uma geração de dez, da qual, só restam vivos Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima e Idila Souto Lima. Aquêle, médico dos mais cultos, caridosos e conhecidos, além de Professor universitário de nossa Faculdade de Medicina; esta, de coração bom, espirituosa e franca por natureza e sempre compadecida com os sofrimentos alheios.

Formado em Direito pela veneranda Faculdade do Recife, Nestor dos Santos Lima ocupou cargos elevados, servindo a seu povo e à sua terra com amor, sabedoria e honestidade. Em 14 de outubro de 1944, casou-se com D. Helena Cicco dos Santos Lima, que ainda lhe sobrevive. Teria feito em março de 1959, meio século de advocacia se estivesse vivo. Mas o destino implacável privou-o desta alegria. Antes uma semana, levou-o para a eternidade.

Foi Diretor da Escola Normal de Natal e Presidente do Conselho Penitenciário. Um dos fundadores da Academia Norte-Riograndense de Letras e de nossa Faculdade de Direito. Desta foi seu primeiro diretor. Em 1955 lembro-me bem, recebeu a minha aprovação no vestibu lar do curso de bacharelado, com um franco sorriso no lábios. Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Ge gráfico a êle dedicou grande interêsse e deu o maior seus esforços. Era como uma célula de seu próprio cor

Muitas foram as funções que merecidamente e ceu no Estado, tôdas elas dignificando o seu nome e l

rando o sólo que lhe serviu de berço. Enfadonho e até impossível de enumerá-las em um simples artigo.

No ambiente do lar com a extremosa irmã e espôsa, viveu a vida dos bons, dos humildes e dos abnegados. Lutou muito e alcançou tudo. Se sofreu, foi para chegar mais ràpidamente às glórias celestiais. Ele bem as merece porque foi sensato como poucos e probo como raros.

Católico por convicção e natureza, nunca faltava a missa domingueira. Quase sempre ia a de 9 horas na Catedral.

Nos tempos de sua meninice, dizia-me alegremente, teve a honra de ajudar o imortal padre João Maria nas celebrações de atos religiosos. Deve já estar em sua companhia.

Quando professor da Faculdade de Direito, não deixava de comparecer às reuniões da congregação. A's vêzes era o primeiro a chegar.

Jamais frequentou os salões palacianos com o desejo de pedir cargos administrativos ou suplicar favores políticos. Nos lauréis dos valores humanos, sua figura se perpetuará como afirmação viva de inteligência, cultura e patriotismo.

Estou certo, seu exemplo há de ser eternamente imitado pelos moços de hoje que representam êsse Brasil forte de amanhã.

Que se ergam estátuas em sua homenagem e que seu nome se dê a colégios, escolas, ruas e praças. Será o reconhecimento público da dignidade e a consagração da própria justiça.

Assim viveu êste inesquecível mestre, historiador, ensaísta, escritor e jornalista que foi Nestor dos Santos Lima, para mim Padrinho Vovô. Assim, também, por su-

prema e natural contingência biológica teve de partir. E partiu tranquilo, aos 72 anos incompletos, certo do dever cumprido.

Deixou para sempre a família, os entes queridos, os amigos leais, seus livros, a sua casa. Ficou só, também, a calçada da Dr. Barata. Emudeceu-se-lhe a voz entre os colegas habituais das tardes quentes e frias na Ribeira. Tudo agora está vazio. E' apenas a grande ausência de sua presença. Tem razão mesmo Sêneca: "Mors velocis spatti meta novissima est".

E com a tristeza que me faz marejar os olhos ,aqui deixo, nesta página a minha eterna saudade e guardo comigo a sua imperecível memória.

Que Deus receba o bom e velho Padrinho Vovô de braços abertos.

Ele foi um justo e, acima de tudo ,um santo.

(Extraído do trabalho em preparo "Nestor Lima, sua vida e sua obra")

Conde de Afonso Celso

PROFESSOR DE BRASILIDADE

JOÃO VICENTE

A personalidade ínclita do Conde de Afonso Celso (Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior), Sócio Honorário do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde substituiu o Barão do Rio Branco, ressalta cada vez mais grandiosa às gerações contemporâneas e porvindouras, ao transcurso do centenário de seu nascimento, em Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, a 31 de Março de 1860.

Mestre da Juventude Universitária — Professor de Economia Política, e matérias outras lecionou, Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Reitor da Universidade do Brasil, foi bem o Conde de Afonso Celso, em todos os tempos, um verdadeiro Professor de *Brasilidade,* têrmo êste, aliás, de sua inspiração cívica.

Bacharel em Direito de 1880, doutorando-se no ano seguinte, na Faculdade de Direito de São Paulo, o acadêmico, jornalista e poeta, cheio dos ideais de liberdade, afirma-se desde logo, na vida pública, o mesmo espírito ardoroso e patriótico. Chamado às pugnas eleitorais, é com sobrancería e respeito ao adversário, a quem confía mesmo os papéis relativos á sua diplomação, que chega á Câmara Geral dos Representantes do Império Brasileiro. Foi assim em quatro legislaturas Deputado Geral, o que constituiu objeto de um dos seus livros de maior interêsse histórico — *"Oito Anos de Parlamen-*

to", no qual passam grandes figuras da época — Rui, Taunay, João Alfredo, Lafayette, Martinho Campos, Saraiva, Cotegipe e outros. Era o jovem político orientado em suas convicções por princípios republicanos. Mas, à transmutação do regimen, sendo seu venerando genitor — o Jurisconsulto Visconde de Ouro Preto, então Presidente do Conselho, seguiu-lhe os passos para o exílio. Regressando ao Brasil, deixa o Conde de Afonso Celso a sua casa no Rio e fixa-se em Petrópolis, pelo ano de 1892. Conserva-se adstrito aos estudos de gabinete sem exteriorização quanto à situação nacional.

Inicia dai em diante as suas atividades de escritor, jornalista e do magistério, como as de advogado, num e noutro centro. Renuncia a todo convite á carreira política de sua vocação. Dedica-se ainda ali a instituições sociais. O Govêrno Republicano vence o período agudo do militarismo e surge com Prudente de Morais o primeiro Presidente civil. Adversário de Deodoro na eleição dêste pela Assembléia Nacional Constituinte, ainda se defronta Prudente com uma atmosfera de hostilidade por todo o Govêrno, de 1894/98, certo o mais convulsionado da República. A revolução no Sul, a luta de Canudos, o tumultuamento político, mesmo na interinidade do Vice-Presidente, enquanto o Presidente trata da saúde em Terezópolis, precipitam graves acontecimentos de 1896 para 1897, até á própria desordem na Capital Federal. E' numa emergência dessas, fugindo á sanha dos irresponsáveis contra os monarquistas em geral, que o Dr. Afonso Celso segue de novo para a Europa. E quando se reintegra nos rumos traçados, mantem-se o espírito sereno a serviço do Direito, das Letras, da Educação, do Civismo, da Sociedade Brasileira, em síntese, renunciando sempre á idéia de mandato político ou cargo público. No Govêrno Campos Sales foi convidado para chefiar uma Embaixada, e aquiesceu aos cargos de Diretor da Faculdade de Direito durante mais de três lustros, em regimen de autonomia, de Reitor da Universidade, de Juiz do Tribunal

Superior Eleitoral, em sua organização inicial, (1933) por serem estas funções transitórias e não remuneradas.

Absorviam-no as lides jurídicas, literárias, jornalísticas, sociais. Ao alvorecer do século XX, edita o magnífico livro — "PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS" — "ufanismo" de sadio espírito nacionalista a merecer nova distribuição pelas escolas do Brasil —, e do qual se tiraram edições em italiano, alemão e francês.

Membro da Academia Brasileira de Letras desde a sua fundação, seu Secretário Geral e Presidente, aí, como no Instituto Histórico, na Liga de Defesa Nacional, e outras instituições, a sua palavra dominava pela delicadeza e elegância natural de pensamento claro, vibrante, comunicativo. Seus filhos, no mesmo ritmo espiritual — um Almirante, um Embaixador de carreira e escritora e jornalista da imprensa carioca, possuiram-se da tocante idealidade.

No Conselho Superior do Ensino, não faltou o Professor Conde de Afonso Celso com o seu voto esclarecido na solução das questões referentes ao desenvolvimento universitário. Relator do processo de equiparação da Faculdade de Direito do Amazonas, foi o seu parecer que conduziu a êsse objetivo, determinando reconhecimento expresso da Congregação da Escola pelos seus serviços valiosos.

Em 1905, como uma demonstração de estima pelas suas atitudes na defesa dos princípios da Civilização Cristã, é agraciado com o título de Conde pelo Papa. Recebe mais outras consagrações nacionais e estrangeiras, inclusive da Legião de Honra da França e da Academia de Ciências de Lisbôa.

Como historiador, as suas publicações em livros, conferências, revistas ou jornais o colocam na vanguarda dos vultos mais insígnes no culto das gloriosas tradições pátrias. No Instituto Histórico Brasileiro, orador e Presidente, distinguem-se a seu lado figuras de ação desinteressada e cultural, companheiros de várias e brilhantes atividades, — Ministro Alfredo

Valadão, Embaixador Macedo Soares, Max Fleiuss, V. Corrêa Filho, J. B. Magalhães, E. Leitão de Carvalho, P. Calmon, Levi Carneiro, Rodrigo Otávio Filho, Cláudio Gans, etc. que lhe refletem o alto espírito cívico. Potiguares do quilate de Tavares de Lira e Rodolfo Garcia (ambos na Faculdade de Direito como no Instituto) Câmara Cascudo, sócio correspondente e com importante livro prefaciado pelo Conde de Afonso Celso), Castelo Branco, são historiadores de incontestáveis méritos, abrigados naqueles ideais de cultura e patriotismo.

Falecendo a 11 de Julho de 1938, o Conde de Afonso Celso representa um depositário inequívoco das grandezas históricas do Brasil, que não tergiversou em toda sua trajetória luminosa. Uma lição perene de *Brasilidade*. Para o seu elevado critério de julgamento apelou um dia o Presidente do Grêmio Literário "Almino Afonso", de Natal (o atual Jurista e Professor de Direito Romano da Faculdade Jurídica da U.R.G.N. — Dr. Paulo Viveiros) diante da controvérsia sôbre a naturalidade do Governador Geral dos Índios, — Camarão, o Poti, que, na batalha de Guararapes, tanto contribuiu para a vitória do Brasil na expulsão dos invasores. A resposta confirma as reivindicações do Rio Grande do Norte. (Carta - 1923 — Rev. Inst. Hist. R.G.N. - 1933-34).

Na exaltação do nome do Conde de Afonso Celso, estamos solidificando o Brasil, e, por isto, ás comemorações de 31 de Março, juntemos o preito de nossas homenagens ao grande poligrafo, dos maiores cidadãos da Pátria.

Meteóro e chuvas de pedra em 1855

RÔMULO C. WANDERLEY

Agora em fevereiro se completam 105 anos que, sôbre as terras do distrito da Conceição do Azevêdo, hoje Jardim do Seridó, caiu "huma tormentosa chuva de vento, dágua e de gello".

O fenômeno, que foi seguido de outras chuvas, foi comunicado ao Presidente da Província, pelo Dr. João Vicente Valentino Dantas Pinagé, Juiz de Direito da comarca do Assu, que também falou sôbre um aerólito caído na sua comarca.

A' certa altura do seu comunicado, diz o juiz:

"Aproveito esta ocasião para informar a V. Exc. afim de fazer chegar ao conhecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, no sertão do Seridó, desta Comarca, no distrito da Conceição, do termo do Acary, nos ensaios do inverno deste ano, pellas 3 horas da tarde do dia 9 de Fevereiro, estando o solo arido, sem ter cahido nenhuma chuva, apareceu huma nuvem vermelha escura que, por espaço de 3 horas consecutivas, lançou sôbre a terra huma tormentosa chuva de vento, d'agua e de gello".

Descrevendo os estragos do temporal, acrescenta o magistrado:

"A 1a. chuva foi de vento tão impetuoso que, volvendo a terra e elevando-a para o ar, fez escurecer o dia como se cahissem densíssimas gotas d'agua; tão impe-

tuoso que lançava por terra as pessoas e gados que não estavam abrigados d'elle, e derribou todas as arvores, em todas as direções, porque o vento formava tufões e redemoinhos, de sorte — que se diz que a arvore que se não rendeu pelas raizes entregou alguns de seus galhos; e tão violento foi, finalmente, que arrancou portas e suspendeu diversos telhados de casas".

* * *

A segunda chuva, informa o missivista, foi "dagua liquida" e fez correr córregos, ribeiros e rios.

A terceira, porém, já foi de **saraiva**, abundante em "pedriscos que feriu e quasi queimou todas as arvores, deixando-as inutilizadas para a vegetação durante todo o inverno, que, neste anno, foi de pouca duração e pouco intenso".

De pouca duração e pouco intenso o inverno de 1854.

* * *

As pedras eram do tamanho de um ovo de galinha e uniam-se umas ás outras, formando um bloco único de 2, 3 e 4 palmos. Depois de 3 ou 4 dias, ainda se acharam, encravadas nos troncos de árvores, "chapas de gello de onze e meia arrobas de pezo", que se liquefaziam apenas descobertas.

No terreno atingido pela **saraiva** morreram, **apud** o Dr. Pinagé, "400 cabeças de gado, entre graudo e miudo, segundo se avalia, além de outros pequenos quadrúpedes e pássaros".

E conclui informando "que se achára hum periquito agarrado entre as pernas de hum carneiro; tanta foi a tormenta".

* * *

Ao presidente mandou o juiz amostras da pedra meteórica que cahiu da atmosphera, na ocasião em que

passou sôbre as praias e outros lugares adjacentes desta Comarca do Assú, hum meteoro extraordinário, na direção Nordeste á Sudoeste ou vice-versa". O doutor não viu!

Enviou, por último, a s. excia., umas amostras da flor e da semente da árvore "que cá chamamos mufumbo, de que pode fazer-se excellente tinta amarella por meio de qualquer operação chimica".

* * *

Na comarca do Dr. Dantas Pinagé foi o que houve de mais importante no ano de 1855.

Natal, Fevereiro de 1960

SEGUNDO WANDERLEY

Des. ADALBERTO AMORIM

(Palestra proferida na sessão comemorativa do centenário do seu nascimento, realizado na Academia Norte Rio-grandense de Letras, em 3-4-1960.)

Minhas Senhras, meus senhores:

Não pretendo fazer conferência, mas tão só, desobrigando-me da alta e honrosa missão que foi conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de representá-lo nestas magníficas festas, com que a Academia Norte Riograndense de Letras, houve por bem homenagear a passagem do centenário do nascimento de Segundo Wanderley, dizer-vos algumas palavras concernentes ao magno assunto que nos congrega neste momento.

Do insigne poeta e dramaturgo, muito já foi dito nestas memoráveis noites de evocação.

Como sabemos, o Dr. Manuel Segundo Wanderley, nasceu nesta cidade do Natal, no dia 6 de Abril de 1860 e aqui passou os seus 49 anos, incompletos, quando a morte implacável e cruel, arrebatou-o do nosso convívio.

Formado pela Escola de Medicina da Bahia em 1885, clinicou em Salvador, por algum tempo, quando, então, o seu espírito de moço entusiasta e ardente, ensaiou os primeiros vôos nos páramos cerúleos da poesia, sob a influência condoreira de Castro Alves, o inspirado vate do "Espumas Flutuantes", cujos arroubos repercutiam ainda no seio da intelectua-

lidade da terra, resolvendo, entretanto, desenvolver as suas atividades profissionais em sua terra natal, dedicando-se preferentemente ás letras, para as quais sentira o natural pendor.

Poeta e dramaturgo de elevada inspiração, impoz-se, desde logo, á admiração e respeito da mocidade, que nele tinha um mestre e amigo dedicado, leal e desinteressado.

Abraçando a Escola que imortalisou a Aguia baiana, em remigios ardentes de fantasia, tornou-se um mestre seguido por quantos estimam a poesia no que nela de mais acrisolado se contem.

E' a Escola predestinada a jamais desaparecer —

"Enquanto houver uma mulher que sinta
Enquanto houver um coração que ame".

Segundo Wanderley, como médico, desempenhou as funções de Diretor de Higiene Pública, Diretor do Hospital de Caridade e Professor de Ciências Físicas e Naturais do velho e inesquecível Ateneu Norte Riograndense.

Dramaturgo, produziu peças verdadeiramente admiráveis e que eram encenadas por amadores da terra, por êle proficientemente instruidos.

"Alberto ou a Glória do Artista", foi um dos primeiros dramas saídos de sua pena, cujos lances empolgavam a seleta plateia que o aplaudia delirantemente.

"A Louca da Montanha", que ainda assistimos no velho Teatro "Santa Cruz", situado no ponto em que hoje se ergue o "Cinema Nordeste", foi um drama emocionante, cujas cenas fortes e arrebatadoras eletrisavam os espíritos de quantos o assistiram.

"Braileiros e Portugueses ou o Último Grito de Liberdade", "Amôr e Ciume" e tantos outros, foram peças de sua lavra de muita e elevada imaginação.

E' pena que muitas dessas produções se hajam desaparecido por falta de publicação, trabalhos que lhe valeram acuradas lucubrações, e por onde melhormente poder-se-ia aquilatar do seu acendrado valôr literário.

A Academia Norte Rio-grandense de Letras, presta com êste elevado gesto, um merecido preito de justiça, exaltando a memória de quem viveu de um incomparável e sublime ideal, no seio do povo, espargindo á mancheias o bem por toda parte.

De sua obra poética também muitas produções estão desaparecidas, não figurando na obra recentemente editada por iniciativa do Govêrno do Estado, na gestão Silvio Pedroza, como bem fez ver em suas NOTAS, o inteligente e esforçado pesquizador de nossas letras, o Presidente da Academia, Professor Manuel Rodrigues de Mélo.

Quem não se recorda, com carinhosa saudade, das Serenatas e Saraus de família, onde preponderavam as modinhas e recitativos e muita vez surgia pela voz maviosa de Luiz Avila — O Poeta e a Fidalga?

Segundo Wanderley foi um homem profundamente religioso e bondoso.

Casado com Exma. Snra. D. Raimunda da Mota Bittencourt Wanderley, da sociedade baiana, de cuja união nasceram-lhe sete filhos — Francisca Amália, religiosa da Ordem das Doroteias, Semirames, Stela, Maria dos Anjos, Consuelo, Manuel e Maria José — vivia no santuário do seu lar embalado pela carícia de uma esposa amantíssima e pelo desvelado carinho das filhas, dentre as quais escolhera Stela, como secretária de seus afazeres de médico e beletrista e em cuja alma cândida bebera tanta vez a magia de sua inspiração; Stela, que lhe herdara o pendor poético e com êle também a modéstia e o retraimento, descurando o seu valor de poetisa meiga e espontânea.

Católico de convicção, colaborava na obra apostólica de sua família, com desvelo e dedicação.

Paladino das bôas causas, patrocinava sempre os que defendiam uma idéia nobre e os que se batiam por princípios nobilitantes. Vemos-lhe impertérrito, desassombrado, tomar a defesa de quem era injustamente acusado, sem outro interêsse além do de ver triunfar em tôda sua magnitude e pureza a causa da Justiça.

Segundo Wanderley foi um homem, que esquecido de si mesmo, viveu para os outros com a abnegação de um justo.

Incompreendido muita vez nas suas atitudes, caminhou serenamente na trilha que lhe traçara o seu grande coração.

Foi um defensor intemerato de sua Fé, até seus últimos momentos de vida.

Nas proximidades de sua morte, cercado da esposa, filhos e amigos dedicados, fez com toda lucidez de espírito, belíssima invocação á Nossa Senhora da Conceição, por quem tinha sincera devoção, que comoveu profundamente até ás lágrimas a todos que a escutaram.

Minhas senhoras e meus senhores:

Há um aspecto, entretanto, na figura inconfundível e incomparável de Segundo Wanderley, que poucos conhecem e que constitúe, a meu ver, uma bela faceta de seu temperamento de escól. Era de Professor, emérito e eficiente. E é desta face de sua vida que me vou ocupar nesta ligeira digressão, aluno que fui quando cursava a aula de Física e Química e História Natural, por êle ministrada.

Segundo Wanderley era um mestre que se interessava verdadeiramente pelo aluno, ajudando-o e incentivando-o com palavras carinhosas e persuasivas.

Lembro a sua figura, tal como a descreveu o talentoso e erudito Câmara Cascudo:

"Era um homem magrinho, baixo, cabelo de prata, pincenez, quasi sempre de preto, muito tímido e muito desconfiado".

Desinteressado de bens materiais, passava os dias enlevado no pensamento que lhe acariciava os sonhos. Tanto assim que deixou a família paupérrima, porque o seu feitio não lhe permitia angariar coisa outra que não fosse a conquista e a satisfacão da felicidade alheia; e em sonhos, constrói a sua, quando diz:

O MEU CHALET

Há muito tempo que eu desejava
Ter uma casa para habitar,
Mas a penúria me asfixiava,
Não pude o sonho realizar.

Queria um nicho, todo de branco,
Portas pintadas de belo Azul;
Um jardinzinho ligado ao flanco,
Frente á chineza mirando o sul.

Uma saleta para visitas,
Banhada, em cheio, de farta luz;
Sobre as janelas, cortinas, fitas,
Pelos consolos, lindos bijours.

Cheia de encantos, de maravilhas,
Singela alcova de rósea côr,
Ninho formoso de minhas filhas,
Dos brancos lírios do meu amôr.

Um gabinete bem arejado,
Onde podesse, grata ironia!
Calando as máguas do meu passado,
Voar nas azas da fantasia.

Junto o meu quarto, cômodas, redes,
Sacrário augusto do nosso lar;
Quadros de santos pelas paredes
E a cama armada como um altar.

Após, abrindo para o terraço,
Festiva sala das refeições,
Cheia de orvalho, sudando o espaço,
Rosas, camélias, manjericões.

Fora um alpendre sôbre pilares,
Todo enlaçado de trepadeiras;
Loiras falenas cindindo os ares,
E ao longe o Hino das cachoeiras.

Duas palmeiras como atalaias,
Guardando a frente do meu jardim;
Conchas de nacar de fulvas praias,
Formando grutas côr de rubim.

Por toda parte, meigos afagos,
Noites de Maio, manhãs de Abril;
Bailes de cisnes nos verdes lagos,
Festas de estrelas nos céus de anil.

Nada de pompas nem azulejos,
Conforto apenas, somente paz;
Plácidos sonhos, calmos desejos,
Risos e flores, para que mais?

Bem cedo iria, quanta beleza,
Na hora excelsa dos arrebois,
Ouvir nos templos da Natureza,
A missa agreste dos rouxinois.

Á tarde, á sombra dos arvoredos,
Haurindo a seiva de mil carinhos,
Que de mistérios, que de segredos,
Na concha implume dos alvos ninhos.

Então minha alma, rica de esperanças,
Serenamente repousarias,
Ao doce eflúvio das coisas mansas,
Das barcarolas das cotovias.

Porém sentindo ser impossível
Ver satisfeita minha ilusão,
Em duas horas, parece incrível!
Fiz um palácio de — papelão!

E era assim o poeta, alcandorado sempre nas azas da fantasia.

Quando me dirigia á residência das filhas de Segundo Wanderley, no intuito de colher algumas notas para este despretencioso trabalho, deparei-me com uma pitoresca casinha, cujo jardim era guardado por duas palmeiras, como atalaias. Fôra Stela que ali as puzera, objetivando em parte, sonho do poeta.

As aulas de Segundo Wanderley eram sempre entremeadas de alegres passagens e em tudo transpirava os laivos da poesia fagueira e amena, quebrando a monotonia da ciência que professava.

Na época dos exames êle se preocupava mais da sorte do alunos, do que mesmo êles próprios.

Chmava-os á sua casa para uma sabatina da matéria estudada e jamais reprovou um só dos seus alunos, mêsmo os mais rebeldes ás suas lições.

Era um revoltado contra o sistema, ainda hoje em voga, do sorteio de pontos, para mostrar o grau de aproveitamento do aluno.

E dizia que isso não constituia prova de competência, vez que dependia da sorte do favorecido.

E isto era uma verdade tanta vez constatada no decurso das provas.

Na sua cadeira não permitia mais do que cinco ou seis pontos na urna para sorteio e dava a cada um o que era merecido, pois conhecia-os, sabendo o aproveitamento de todos, no decurso do ano letivo.

Eis, minhas senhoras e meus senhores, a figura primacial do homem ora homenageado na passagem do centenário do seu nascimento, um destacado vulto das bôas letras norteriograndenses, homem totalmente integro em qualquer dos aspectos de sua vida.

Andou, por isso mêsmo, muito acertadamente a Academia Norte Riograndense de Letras, promovendo-lhe esta homenagem de gratidão e carinho, como recompensa do muito que êle fêz pelo alevantamento moral e intelectual do meio em que viveu.

Segundo Wanderley e o Instituto Histórico

TARCISIO MEDEIROS

De 31 de março a 7 de abril dêste ano, a Academia Norte Riograndense de Letras, com solenes festividades, comemorou o primeiro centenário do nascimento do Dr. Manoel Segundo Wanderley, médico, jornalista, teatrólogo, romancista, antes do mais e acima de tudo, vate número um do Rio Grande do Norte.

Às mais categorizadas personalidades das letras natalenses, imortais de nossa Arcádia, num ciclo de sete palestras relembraram a vida e obra do homem notável, servindo o auditório do Instituto, cedido à guisa de solidariedade às homenagens, de local para realização das festividades.

Ao ensêjo da comemoração, entretanto, é oportuno registrar, dêsde que não se falou a respeito, que Segundo Wanderley era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

No tempo em que viveu em Natal, produzindo mais intensamente, famoso então como médico e poeta, fundou-se em 29 de março de 1902 o Instituto, que "admitia como sócio efetivo aquele que residisse em Natal, ou em

lugar que esteja em comunicação fácil com ela; ser cidadão de merecimento nas letras, ciências, indústrias ou artes e ter idade de vinte e um anos, pelo menos".

Se o Instituto, assim, reunia em seu seio o escol da intelectualidade potiguar que preenchesse aqueles requisitos estatutários, certo que entre êles Segundo Wanderley deveria encontrar-se. Personágem em evidência nas "letras" da província de então e "residindo em Natal". seu nome não podia ser esquecido, como não foi.

De sua vasta produção poético-literária, não ressalta, evidentemente, nenhum estudo que o aponte como historiador por excelência, resultante de pesquisa paciente, árdua e cansativa na reconstituição ou comprovação de um fato histórico nacional ou regional, perdido ou desconhecido para os registros públicos.

Todavia, condoreira ou parnasiana sua musa, também escreveu fácil e com harmonia do verso, narrando acontecimentos, rememorando datas, figuras e passágens da história dêste Brasil que tanto amou e exaltou, e ainda, como disse dêle Gotardo Netto — "cantou o amôr da Potiguarânia, o culto tradicional do passado, a paixão por essas relvas onde folgara nos primeiros anos —".

Em verdade, se foi poeta como Gonçalves Dias, não juntou poesia e história como êste fez, porque, certamente, não podia unir à divagação do pensamento à imágem, à fantasia, o relato adstrito ao documento frio e certo, comprobatório do acontecimento. Daí, também não descambou para o conto, como fez aquele que, para justificar a descoberta do Brasil, sustentou "a estória" do acaso.

* * *

Sem embargo das demais qualidades que o aceitariam como sócio do Instituto, bastava que representasse

aquilo que dêle conta o mestre Câmara Cascudo: "— Segundo Wanderley era o poeta que traduzia a emoção coletiva nos momentos festivos. Tôda vez que era preciso emocionar o público, embarque de tropas, aniversário de efeméride, centenário de herói, exigia-se um poema de Segundo e obrigavam-no a vir dizer ao povo aquela série de imagens que encantavam na melodia rítmica e no vocabulário fácil e grandíloquo, empolgador e entusiasta".

Prêso às contingências da época que viveu, cheias de frescas recordações abolicionistas ou de exaltações republicanas, viveu-as em comemorações coletivas, retratando-se em suas poesias, como "Surge et Ambula - "Pela República" - Independência ou Morte" - "A Voz da Justiça" - "As Duas Aguias" - e - "Abolição da Escravatura". Noutros versos, em traços fortes, dali ou daqui, fixou os gestos decisivos de nossos imortais, como em "Tiradentes" — José Bonifácio" — "Frei Miguelinho" — "Castro Alves" — e — Visconde do Rio Branco". Mas, de maneira sobranceiramente perfeita, onde Segundo Wanderley tornou em evidência o seu versejar, foi na descrição de acontecimentos que abalaram e comoveram as massas, até às lágrimas. "O Naufrágio do Solimões", e mais do que tôdas as outras "O NAUFRAGIO DO VAPOR BAIA", são narrações de acontecidos trágicos figurando ao lado das comunicações oficiais dos fatos, dando-lhes música e sensibilidade. E, como essas, "A Tragédia da Glória", sôbre a morte de Augusto Severo, "Canudos" - e o poema "NA BRECHA", declamado por ocasião da partida do 34º. BI para as lutas de Canudos, em 29 de março de 1879, exaltando os brios e o patriotismo do soldado potiguar, e que ainda hoje comove e entusiasma, como se nota, apenas por esta transcrição: —

"Nunca um soldado das plagas
Do Rio Grande do Norte
Fugiu em frente ao perigo,
Tremeu em face da morte.

Na terra de Miguelinho,
Onde o valor tem um ninho
E a consciência um troféu,

Sim, nesta terra sublime,
A covardia é um crime,
O servilismo um labéu".

* * *

Reunido o Instituto Histórico, na séde provisória da Intendência Municipal, sob a presidência do Desembargador Olímpio Vital, pelas 12 horas, do dia 17 de maio de 1903, foram propostos para sócios efetivos os drs. **Manuel Segundo Wanderley**, José Calistrato Carrilho de Vasconcelos e Manuel de Carvalho e Souza; o Desembargador Jerônimo Américo Raposo da Câmara e Mons. José Paulino de Andrada. Na fórma dos Estatutos, ficaram as propostas sôbre a mesa para serem resolvidas na sessão seguinte. A justificativa não foi transcrita na ata respectiva, certamente constava das propostas. Também, pudera, nem necessitava, todos êles tinham méritos de sobêjo para ingressar naquela conspícua e seleta assembléia em que se constituía a Instituição principal do Estado.

Na sessão ordinária seguinte, do dia 21 de junho do mesmo ano (1903), as propostas foram votadas e aceitas, por unanimidade, e assim todos êles foram proclamados sócios efetivos, ingressando Segundo Wanderley no Instituto Histórico.

A partir da data de sua admissão, até a da sua morte, em 14 de janeiro de 1909, sua passágem pela "casa da saudade" não foi marcada por excepcionais publicações no restrito campo histórico-geográfico. Modesto, tímido e arredio, nem sempre compareceu às sessões. Entretanto, sua silueta baixa, magra, de rosto ornado de pince-nez e cabeleira alvadia, mais das vêzes emoldurou as reuniões para estimular aquêles que erguiam as bases das nossas mais caras tradições, senão colaborando nesta Revista com seus versos, como se constata da publicação do soneto "Vera-Cruz", no volume III, n. 1, 1905, pag. 10.

Quando faleceu, o Instituto Histórico, em sua sessão ordinária do dia 17 de janeiro de 1909, inseria em ata o infausto acontecimento, como se transcreve — "O sr. Presidente declara que, tendo falecido nesta Capital, no dia 14 do corrente, o estimado consócio Dr. Manuel Segundo Wanderley, nomeara uma comissão composta dos consócios Vicente de Lemos, Luiz Fernandes e Pedro Soares, para representar o Instituto no entêrro e exéquias, propondo que na ata de hoje se lançasse um voto de profundo pezar por tão sensível perda, levantando-se a sessão. Em discussão, o sr. Luiz Fernandes apoia a indicação e declara que a comissão nomeada cumpriu o seu dever. Posta a votos, é a indicação unanimemente aprovada e levanta-se a sessão, em sinal de pezar".

Na simplicidade do ato, reverenciava-se, então, o confrade ilustre desaparecido, sem saber-se que a memória dêle seria guardada com carinho e saudade por gerações outras de potiguares que, embora não o tivessem conhecido, divulgaram e fizeram sua obra transpor o portal da glória, imortalizando-lhe o nome respeitado, como agora nestas festividades do seu primeiro centenário.

AUGUSTO SEVERO

(Discurso pronunciado pelo Brigadeiro—do ArNELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY, em 2 de agôsto de 1959) no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no Rio de Janeiro.

AO ocupar a cadeira número sete do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o nosso espírito volta-se em reverência para a figura heróica do seu Patrono, AUGUSTO SEVERO que, juntamente com BARTHOLOMEU DE GUSMÃO, JULIO CESAR RIBEIRO DE SOUZA e SANTOS DUMONT, constituiram a plêiade clarividente de aeronautas pioneiros brasileiros.

Foram homens que, pela fé, pela sua coragem e pelo seu entusiasmo e dedicação sem limites pela causa da Aeronáutica, desbravaram um caminho incerto e cheio de perigos e projetaram definitivamente o Brasil entre países predestinados para as realizações aeronáuticas; a trilha por êles iniciada ainda hoje continua a ser ampliada e percorrida por todos os que, com dedicação e patriotismo, labutam na Aeronáutica Brasileira; militares e civis que, pelo emprêgo de aviões e dos demais engenhos aéreos da época atual, proporcionam ao Brasil o instrumento indispensável para a sua segurança e para a solução apropriada de múltiplicos problemas econômicos, sociais e políticos.

* * *

AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO nasceu a 11 de janeiro de 1864 na pequena localidade de Macaíba, próxima à capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Como jovem veio para a Capital Federal, tendo cursado a Escola Politécnica do Rio de Janeiro até o terceiro ano quando, por motivo de doença, interrompeu os seus estudos e regressou para Natal, capital do seu Estado.

Após a proclamação da República, em 1889, foi eleito Deputado estadual e, em seguida, Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte.

O PRIMEIRO BALÃO: "BARTHOLOMEU DE GUSMÃO"

AUGUSTO SEVERO, há vários anos, vinha estudando uma solução para o problema que vinha desafiando o espírito dos inventores da época, que era a dirigibilidade dos balões, considerada, então, a chave da conquista definitiva do ar, pois que só ela permitiria a verdadeira navegação aérea; a era das aeronaves chamadas mais pesadas que o ar só viria a despontar posteriormente, na primeira década do século XX, liderada pelo gênio inventivo e pioneiro de SANTOS DUMONT.

AUGUSTO SEVERO, possuidor de uma capacidade notável de inventor e autor de várias idéias originais sôbre o problema da dirigibilidade dos balões, concebeu projeto do seu primeiro balão dirigível, o qual foi submetido ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro onde recebeu parecer favorável do Professor Dr. MANOEL PEREIRA REIS.

Tendo estourado, em 1893, a Revolta da Esquadra o Marechal FLORIANO PEIXOTO, baseado no parecer do Professor PEREIRA REIS, mandou construir em Paris o balão de AUGUSTO SEVERO, fornecendo assim um apoio e um incentivo ao inventor brasileiro e, ao mesmo tempo, entrevendo a possibilidade do emprêgo do balão na luta contra os revoltosos.

O balão foi construído na Casa Lachambre, em Paris, sob as vistas de AUGUSTO SEVERO que acompanhou a sua construção.

Tratava-se de um projeto empreendido com audácia, pois que a aeronave media nada menos que 60 metros de comprimento na dimensão maior do envólucro e 52 metros na dimensão da barquinha.

A êste primeiro balão AUGUSTO SEVERO deu o nome de BARTHOMEU DE GUSMÃO" em homenagem ao aeronauta brasileiro que, ainda no séculoXVIII, teve a primazia da idéia do balão.

Êste balão de AUGUSTO SEVERO, construído em 1893 foi o primeiro balão a adotar a fórmula do semi-rígido; a rigidez da estrutura era obtida por uma armação de bambú, em forma de trapézio, em que a base superior atravessava o envólucro, segundo seu eixo maior e a base inferior ficava por fora do invólucro constituindo a barquinha.

A outra idéia original incorporada na construção foi a coincidência do eixo de tração com o eixo de resistência ao avanço do balão; a hélice propulsora foi instalada na extremidade do eixolongitudinal que atravessava o envólucro.

Em 1894, o balão foi trazido para o Brasil e foi montado num hangar, para isto especialmente construído, nos terrenos em frente da Escola Militar do Realengo. As experiências não tiveram prosseguimento favorável e limitaram-se a provas de estabilidade e equilíbrio do balão, estando êste prêso ao solo por meio de cordas. Tendo a barquinha de 52 metros se quebrado durante estas provas afetando a resistência da estrutura rigida do balão e não sendo possível o seu reparo no Brasil, as experiências com o balão foram anbadonadas.

O SEGUNDO BALÃO: "P A X"

Oito anos depois, em 1902, AUGUSTO SEVERO, reunindo todos os meios de que dispunha e que pôde obter dos parentes e amigos, parte novamente para París e, na mesma Casa Lachambre, manda construir o seu segundo balão, ao qual deu o nome de "PAX"; êste nome foi escolhido por ser AUGUSTO SEVERO um partidário exaltado da paz universal e porque êle acreditava que o balão dirigível, aprefeiçoado sob a forma de um navio aéreo, seria um instrumento para evitar a guerra entre as nações, tal o poder de destruição que teria. Vemos que, já naquela época havia quem julgasse que o homem tinha afinal descoberto a arma absoluta, capaz de evitar a guerra pelo seu elevado poder de destrução. Mal podia AUGUSTO SEVERO avaliar que, nos 40 anos que se seguiriam à sua mor-

te,a humanidade se veria, duas vêzes envolta em sanguinolentas guerras mundiais, nas quais os mais variados engenhos aéreos seriam usados, para semear a destruição numa escala nunca dantes vista..

O "PAX" de AUGUSTO SEVERO era um balão de dimensões muito mais razoáveis; media 30 metros de comprimento, isto é, a metade do seu primeiro balão; a cubagem do "PAX" era de 2.000 metros cúbicos e o gás utilizado para enchê-lo o hidrgênio; era equipado com dois motores Buchet, respectivamente de 16 e de 24 cavalos vapor, instalados um em cada extremidade da barquinha; as hélices propulsoras eram duas, medindo 5 e 6 metros de diâmetro e instaladas, respectivamente, nas extremidades dianteira e trazeira do eixo que atravessava o envólucro segundo a sua maior dimensão; a velocidade de rotação das hélices propulsoras era de 150 rotações por minuto.

Cada motor, além de impulsionar uma das hélices propulsoras, acionava, também, duas outras hélices que desempenhavam o papel de lemes e davam dirigibilidade ao balão; uma sétima hélice, compensadora, era destinada a corrigir as inclinações no plano vertical.

O balão era semi-rígido e a sua forma era fuselada e assimétrica, com o centro de empuxo vertical dos gases deslocado para a parte anterior; isto é, o balão era de forma alongada sendo porém mais bojudo na parte da frente.

Do mesmo modo que no primeiro balão, AUGUSTO SEVERO reproduziu no "PAX" a sua idéia original de fazer coincidir o eixo de tração com eixo principal do balão e com o eixo de resistência ao avanço.

A estrutura que dava rigidez ao "PAX" era, do mesmo modo, em forma de trapézio, com uma altura de oito metros, ficando a base inferior abaixo do envólucro e servindo de barquinha onde iam alojados os tripulantes, os motores e os demais orgãos de comando.

O ACIDENTE DO "PAX" E A MORTE DE AUGUSTO SEVERO

Sôbre as experiências realizadas com o balão "PAX" e sôbre o vôo de 12 de maio de 1902, de que resultou o acidente

que vitimou AUGUSTO SEVERO, a História conta com uma fonte fidedígna no minucioso testemunho escrito de GEORGES CAYE que era, na época, o que hoje se chamaria um "reporter especializado em assunto aeronáuticos" trabalhando para a "Revue des Revues" e que acompanhou tôdas as experiências e assistiu ao acidente. Êste jornalista publicou, três semanas depois do acidente, na referida revista, um artigo intitulado "O drama do "PAX" e os méritos de SEVERO"; dêsse artigo foram retirados os dados que se seguem sôbre o ocorrido.

Depois de construído o "PAX", no Parque Aerostático de Vaugirard em París, o seu enchimento com hidrogênio começou em fins de abril de 1902; em poucos dias o balão ficou pronto para as experiências.

A 4 de maio foram feitos os primeiros ensaios, com o balão fora do hangar e amarrado ao solo, tendo sido satisfatórias as primeiras provas de equilíbrio e de estabilidade.

Neste mesmo dia foram ensaiados os motores; a hélice dianteira, quando posta em movimento e ao atingir 120 rotações por minuto, arrastou o balão, contra o vento e com tal força, que quinze homens foram insuficientes para retê-lo pelas cordas, tendo sido necessário parar, ràpidamente, o motor para evitar que os operários fôssem lançados de encontra ao muro que cercava o Parque Aerostático.

Foram coroados de êxito, também, as experiências da hélice propulsora trazeira e das hélices de direção, sempre com o balão retido por cordas.

No dia 7 de maio foram repetidas as mesmas experiências, com o balão préso ao solo, tendo essas sido assistidas pelo Conde de La Vaulx, figura de grande prestígio nos meios aeronáuticos, que demonstrou a sua bôa impressão com o resultado favorável das experiências.

Sòmente a 12 de maio as condições atmosféricas permitiram a realização do vôo; o balão saiu do hangar às 5 horas e 15 minutos da manhã e iniciou a ascenção às 15 horas e 25 minutos.

À última hora, como medida de prudência e a fim de dispor de maior quantidade de lastro, AUGUSTO SEVERO decidiu realizar o vôo acompanhado sòmente do jovem mecânico

SACHET, deixando de embarcar o companheiro de trabalho de SEVERO, o Sr. ALVARO R.IIS, que teve assim a sua vida poupada.

Depois de nova experiência dos motores e das hélices e após um aceno de adeus à sua esposa e ao seu filho mais velho que se achavam presentes, AUGUSTO SEVERO comandou a largada tendo o balão subido ràpidamente.

Foram postas em movimento as hélices de direção e todos os presentes assistiram uma série de manobras executadas durante 10 minutos pelo balão, constantes de círculos fechados e de figuras em forma de oito, cada vez mais apertadas, que provaram, fartamente, as qualidades de dirigibilidade e de manobrabilidade do balão e a habilidade de AUGUSTO SEVERO em manejá-lo.

O balão tinha atingido uma altura estimada de 400 metros quando, sùbitamente, verificou-se o incêndio, tendo as chamas se iniciado na pôpa da barquinha, onde se achava instalado um dos dois motores. O incêndio se propagou com grande rapidez para o envólucro, tendo havido a explosão do hidrogênio. .....

Os destroços do balão e os seus infelizes ocupantes tombaram sôbre a Avenida do Maine; AUGUSTO SEVERO e o seu mecânico SACHET tiveram uma morte instantânea; o mecânico, que manobrava o motor da pôpa, foi o único que apresentou sinais de queimaduras.

A explicação mais plausível para o acidente parece ter residido no mau funcionamento de uma das válvulas de escapamento do hidrogênio que abriu-se sem ser comandada, premida pela expansão do hidrogênio, resultante do aquecimento do invólucro pelo calor solar e da subida do balão; achando-se essa válvula na parte inferior do invólucro e na pôpa, os gazes de hidrogênio entraram em contato com partes aquecidas do motor e mfuncionamento, causando o incêndio.

Desta maneira AUGUSTO SEVERO foi colhido por uma morte trágica mas gloriosa, em pleno vigor da vida, aos trinta e oito anos de idade, em plena execução dos seus ideais. Tudo sacrificou pela causa da Aeronáutica, tendo mesmo se arruina-

do financeiramente deixando sua família em dificuldades; o seu coração generoso e o seu alto espírito idealista fizeram com que êle se entregasse, de corpo e alma, ao seu ideal de aeronauta.

AS PRINCIPAIS IDÉIAS DE AUGUSTO SEVERO

Examinando a vida e a obra de AUGUSTO SEVERO vemos que êle era possuidor de um espírito lúcido e clarividente e de uma inteligência privilegiada que aplicou nos seus inventos e que lhe permitiu prever a importância que a Aeronáutica iria desempenhar na vida da Humanidade.

Entre as idéias originais de AUGUSTO SEVERO, de aplicação no campo técnico da construção de balões dirigíveis e que êle soube transformar em aplicações práticas, podem ser citadas:

— a idéia do balão semi-rígido; foi o primeiro inventor a realizar um balão dêste tipo; idealizou uma estrutura, em forma de trapézio, que permitia articular, num sistema sólido, um eixo superior, que atravessava o invólucro do balão, como uma espinha vertebral, e a base inferior, que servia de barquinha e de suporte para os motores e demais comandos;

— a esta vantagem estrutural de seu balão êle adicionou, pela primeira vez, a idéia de fazer coincidir o eixo de tração das hélices propulsoras com o eixo de resistência ao avanço do balão; dêste modo a propulsão fazia-se aplicando uma fôrça segundo o próprio eixo longitudinal do balão, em vez de fazê-lo com uma fôrça aplicada na barquinha, colocada abaixo do invólucro, à semelhança dos demais balões da época; fazendo coincidir os eixos de tração e de resistência ao avanço, AUGUSTO SEVERO evitava, no seu balão, os inconvenientes dos movimentos de "tangage" que comprometiam a estabilidade longitudinal da aeronave.

Do ponto de vista operacional, AUGUSTO SEVERO teve a visão nítida das vantagens, para a navegação aérea, das alti-

tudes elevadas; dizia êle que o verdadeiro navio aéreo devia ter capacidade para se elevar a grandes altitudes, de modo a poder ficar em condições de selecionar um nível de vôo conveniente; sòmente subindo muito é que a aeronave podia se beneficiar das camadas de ar menos denso, que ofereciam menor resistência ao avanço, e podia se furtar às perturbações existentes nas camadas mais baixas da atmosfera e aos fenômenos elétricos da atmosfera, especialmente perigosos para os balões cheios de hidrogênio altamente inflamável.

AUGUSTO SEVERO dizia que o seu balão era um "Navio de Alto Ar" e como tal constituía a verdadeira solução para o problema da navegação aérea pois que, tendo grande capacidade de ascenção, podia evitar as "surpresas meteóricas das regiões profundas do Oceano Aéreo".

Por isto advogava a solução do balão semi-rígido como sendo o mais leve e possuindo, ao mesmo tempo, uma estrutura interna rígida, que lhe facilitava a manobrabilidade e que permitia a aplicação adequada das fôrças de propulsão.

Sôbre as idéias de AUGUSTO SEVERO a respeito do desenvolvimento futuro da Aeronáutica e da sua influência sôbre a vida dos povos é interessante relembrar o seguinte trecho do seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 17 de julho de 1901, em que dizia:

> *"Oh! O balão dirigível! Como é grandioso Srs. Deputados! Poder-se andar nesse mar, que não tem as traições dos baixios e dos canais! Poder-se marchar por sôbre as tormentas e as tempestades, livre delas! Fotografar a terra e ter a sua fisionomia perfeita corrigindo os mapas! Dar solução justa às contendas de fronteiras internacionais! Poder dizer o que são as tristíssimas paragens polares, desvendando-lhes o frio segrêdo! E, mais do que tudo isso, poder garantir a paz, porque o balão dirigível é uma arma tão grande, tão poderosa, que pode carregar consigo o incêndio às matas, aos campos cultivados, às pastagens e às cidades; e contra o incêndio só a capitulação.*
>
> *. . . . . .*
>
> *Pode e há de garantir a paz, sim, porque pode che-*

gar sôbre o inimigo, guardado por uma nuvem que lhe servirá de manto, sem ser pressentido e derramar, com o incêndio, a miséria sôbre um país inteiro. E, diante de tal espectativa a sabedoria humana, a garantia da vida, o instinto de conservação do indivíduo e das nações só tem um remédio, uma saída: o acôrdo fraternal! a paz universal!"

SIMBOLISMO DA FIGURA DE AUGUSTO SEVERO

A figura heróica de AUGUSTO SEVERO se reveste de um simbolismo especial, que não tem sido devidamente ressaltado, nas homenagens que a Aeronáutica Brasileira costuma prestar aos seus mortos.

AUGUSTO SEVERO foi a primeira vítima da Aeronáutica Brasileira; foi o primeiro aeronauta a ser imolado no altar de uma causa que tem sido levada avante pela fé e pelo entusiasmo de todos que a ela se dedicam mas, também, a custo do sacrifício de muitas vidas jovens de aeronautas e aviadores.

Nós, os oficiais mais antigos da Fôrça Aérea Brasileira, com trinta e quarenta anos de exercício da profissão, ao olharmos para o passado revivemos a memória de várias centenas de companheiros que partiram no cumprimento de suas missões e que não regressaram; e, na frente dessa procissão de bravos sacrificados, erguendo o estandarte da Aeronáutica Brasileira, vemos a figura simbólica de AUGUSTO SEVERO que foi o primeiro a pagar, com a sua vida generosa, a satisfação do ideal que abraçara.

Examinando, com olhos de aviador, a morte de AUGUSTO SEVERO vemos que ela se deu em circunstâncias que engrandecem a sua figura de pioneiro; AUGUSTO SEVERO morreu no primeiro vôo de experiência de um balão dirigível, por êle concebido e desenhado e para a construção do qual êle sacrificou todos os seus recursos; morreu como pilôto de uma aeronave que realizava seu primeiro vôo, tendo êle demonstrado, nas várias manobras executadas, ser capaz de pilotá-la hàbilmente e possuir o domínio completo da mesma; nas circunstâncias em que se verificou o incêndio a bordo da aeronave, nada êle poderia fazer para evitar o desenlace fatal.

Nos últimos cinquenta anos, acostumamo-nos a considerar o avião como o veículo por excelência para o deslocamento do homem no meio aéreo; mas a conquista do ar iniciou-se com os primeiros balões tanto os livres como os dirigíveis; o maior dos primeiros da Aeronáutica Brasileira, que foi Santos Dumont, colheu os louros de sua glória tanto por intermédio dos seus balões como por intermédio dos seus aviões; na época atual vemos o avião cedendo o lugar, para algumas tarefas, aos helicópteros, aos convertiplanos e aos projetís dirigidos; a conquista do ar, sem solução de continuidade e numa ampliação natural do seu campo de ação, ante os nossos olhos e o nosso espírito maravilhados, projeta-se na conquista do espaço, em empreendimentos que desafiam a imaginação do homem.

Desta maneira vemos que a Aeronáutica Brasileira, quando homenagea os seus mortos, não pode se deter nos acidentes com aviões e tem que dar o devido destaque à sua primeira vítima, AUGUSTO SEVERO, tombado gloriosamente na época dos balões dirigíveis.

De acôrdo com essa ordem de idéias, sugiro que o Instituto de História e Geografia Militar do Brasil se interesse junto às autoridades da Aeronáutica para que:

a — seja feita a inclusão do nome de AUGUSTO SEVERO, com o merecido destaque, no Boletim Necrológico que o Ministério da Aeronáutica edita regularmente, para registro dos nomes mortos da Fôrça Aérea Brasileira em acidentes de aviação;

b — a homenagem aos mortos da Aeronáutica Brasileira, que até agora vem sendo feita com a missa mandada rezar durante a Semana da Asa, passe a ser feita, solenemente, todos os anos, no dia 12 de maio, data da morte de AUGUSTO SEVERO, primeira vítima da Aeronáutica Brasileira.

Dêste modo estaremos prestando uma justa homenagem a AUGUSTO SEVERO e estaremos sempre relembrando a memória daquele que tudo sacrificou pela causa da Aeronáutica Brasileira e que, por isto mesmo, deve estar sempre presente, para exemplo das novas gerações de aeronautas brasileiros.

Considerações sôbre um aspecto das Idades Antiga e Média: Sua Contribuição aos Sistemas e Doutrinas Econômicas

JOÃO WILSON MENDES MELO
Professôr das Faculdades de Filosofia e Serviço Social da Universidade do Rio G. do Norte.

NA História das Idades Antiga e Média, um aspecto tomamos para tecer algumas observações: sua contribuição à ciência econômica e às respectivas doutrinas.

Principalmente esta segunda fase da História, alvo das mais desencontradas opiniões sôbre o seu valôr para a humanidade, foi fértil na tarefa de criar e desenvolver instituições daquela ciência, que permaneceram.

Em reforço de sua contribuição, anotemos também o que se registra antes e depois, como preparação e como decorrência.

* * *

Na antiguidade, os primeiros passos dados no tocante às observações e conceitos da Ciência Econômica são encontrados nos seus filósofos.

Na Grécia, Xenofonte, como outros, deixou entrever nas suas obras princípios dessa nova ciência que começava a aparecer e ia tomar a forma que hoje possui e que veio a ser um poder tão dominador de todos os mo-

vimentos humanos. Foi Xenofonte que lhe deu a denominação genérica. Depois Platão. trazia traços mais salientes e mais importantes desse novo assunto, pregando uma sociedade em que as riquezas seriam coletivas e a vida em comum entre todos os homens.

Aristóteles que chegou a admitir a economia como ciência, teceu a primeira teoria sôbre o valôr. Consideramo-lo a maior figura da antiguidade em todos os ramos do conhecimento em que se externou e para os quais pensou tão profundamente. Suas observações foram de intensidade tal que os conceitos delas derivados e emitidos pelo seu estilo simples estão presentes constantemente para onde se volte a inteligência.

A existência do pensamento econômico vem, assim, de época remota e como se deduz, por muito tempo foi apenas embrião na literatura filosófica e custou muito até que sua presença fosse verdadeiramente notada. E' que a sua vida absolutamente abstrata naquela época, sòmente poderia tornar-se visível na lenta marcha do progresso da educação e da cultura e sòmente poderia chegar a um ponto de destaque quando estas chegassem também. Os entraves ao progresso, como acentua Clarence M. Case, são em proporções maiores do que os meios que lhe favorecem a marcha. Isto acontece no sentido geral em que o estuda Case e no sentido particular igualmente.

Depois, considerado presente no seio da sociedade, o pensamento econômico, devemos então observar quanto à corrente espiritual que o deve nortear, ou seja, se terá a economia os seus planos regulados pelos altos princípios morais (corrente espiritualista, propriamente dita), ou se, ao contrário, formulará os seus princípios em bases organicistas, ou modeladas sob um materialismo absoluto.

Observando-se também êsse aspecto, ainda a História vem a ensinar que, dada a instabilidade na predominância de orientação do espírito humano, a economia tem dado o braço, ora aos primeiros princípios, ora aos segundos.

O desenvolvimento desses princípios, vemos em todo o curso da História das doutrinas econômicas.

* * *

Dos primeiros tempos até à Idade Média, (Século VI,) foram os seus passos da mais acentuada e branda lentidão, mesmo nas mais pálidas cogitações, não se podendo falar siquer de problemas, porque, na realidade, êles não haviam surgido. As deficiências quasi não existiam, ou não existiam como tal. A produção, a distribuição, eram feitas num automatismo inocente e por isso mesmo ainda não criminoso. De sorte que não podia o povo ressentir-se de defeitos que não sabia ainda distinguir por não conhecer situação diferente da que os seus antepassados viveram e êle experimentara.

Com a vitória do Cristianismo, quando a economia ia tomando real desenvoltura e na feliz data em que ela, como todos os movimentos sociais, deu as mãos à Moral, começou a tomar formas mais nítidas. O Cristianismo tornou-a objeto de consideração, pois se tudo o que já existia do conhecimento econômico revelava que o assunto era por demais humano, não poderia permanecer em terreno abstrato, desde que, conhecido, a sua não observância e aplicação seria omissão criminosa contrária assim às instituições e crenças dominantes na época. Daí a organização econômica medieval.

A incontestabilidade do valôr que teve êsse regime está hoje na afirmação de escritores e historiadores, podendo-se indicar entre êles, o insuspeito Augusto Conte, seguido pelos seus discípulos, repetidamente dizendo a inverdade da afirmação de ter sido a Idade Média uma longa noite para a humanidade. Os métodos usados naquele período, racionais e humanos, assim o foram reconhecidos pela própria experiência.

Foi nesse tempo das corporações de ofício que as questões de produção e de trabalho ascenderam a nível dígno de observação, em que se considerou o elemento humano, não tendo sido melhor a sua aplicação e desenvolvimento, dado o estado de inferioridade cultural das massas populares. Dos doutores da Igreja partiam os postulados, aceitos em geral porque vinham acompanhados dos preceitos religiosos e se impunham como um dever religioso.

Essas considerações sôbre o incremento dos assuntos econômicos, na Idade Média, merecem especial atenção, pois os fundamentos da sua política influiram sobremodo em tudo que se pensou e realizou depois, ora com o objetivo de seguir a sua trajetória, ora com o objetivo de antepôr-lhe um obstáculo ou uma tentativa de ofuscar-lhe o brilho.

Os feudos são lembrados e estudados em toda consideração dessa natureza. Quando o não fazem por admiração ou interesse nos seus princípios, fazem-no somente levados pela curiosidade de terem sido eles centro de uma forma político-religiosa que perdurou na humanidade por um tão grande espaço de tempo. No medievalismo já existiu, pois, a consideração do problema econômico e por isso êle venceu no seu tempo, e por que êle venceu, tão facilmente se resolveram questões mais di-

fíceis e a humanidade pôde marchar para a Renascença.

Mas, o regime feudal não foi totalmente inspirado por princípios cristãos. Ao contrário e principalmente no que concerne à economia, o egoísmo e o desejo da fortuna e domínio foram, em doses não muito diminutas, seus impulsionadores em vários pontos.

Nasceu o sistema, na maioria das unidades feudais, da vitória conseguida pelas armas e os feudos eram presenteados aos senhores que mais se distinguiram pelas suas drásticas medidas, pelo seu elevado barbarismo que suplantara a fôrça alheia. Os dirigentes desses núcleos mais militares e econômicos eram, pois, os vencedores que mantinham sôbre os seus então subordinados, numa hierarquia bem grande, o sentimento de que eram dominados ou subjugados. E os seus despotismos seriam ainda tanto maiores se não viesse em socorro dos vencidos o domínio das idéias cristãs, autoras de todo o progresso social da éra. Foi sob a inspiração dessas idéias que o medievalismo fez grandes feitos políticos e sociais, como a abolição da escravatura romana, estabelecendo em troca um suave regime de servos; despertou a atenção dos homens para os trabalhos da terra, desenvolveu o amor à família, combateu grandemente a usura e finalmente abrandou o espírito bárbaro da antiguidade, formando a mentalidade que havia de gerar a Idade Moderna.

No terreno social, os seus frutos foram sensivelmente maiores do que os do terreno econômico. Neste, grandes coisas, porém, existiram, como o maior valôr dado ao trabalho, e, consequentemente a sua dignificação, melhorando consideravelmente o nível de vida dos homens, por conferir-lhes o direito garantido de propriedade, para sua estabilidade e da família: descanço dominical e liberdade de formar as corporações, órgãos por on-

de clamavam em favôr de seus direitos porventura obscurecidos, todos os homens do trabalho.

Ainda no tocante a outra condição essencial de uma bôa economia — a previsão — os senhores da Idade Média tiveram seu valôr. Constata-se isso no fato de dividirem os seus feudos em três porções: uma para os seus próprios usufrutos, mediante o trabalho regular dos servos; outra dividida entre os servos para a manutenção destes, as quais tornaram-se posteriormente hereditárias; e a última parte que permanecia inativa, numa espécie de reserva para o tempo em que as terras então cultivadas estivessem denotando cansaço nas suas produções.

Na época medieval a economia finalista apenas teve começo. Não foram pois, os seus postulados que predominaram na sua organização. Sòmente séculos depois, colhendo em todos os tempos passados as lições da experiência, aliadas todas aos imutáveis princípios morais, é que ela veio propriamente a se formar e existir.

Pontos que essa corrente cristã adota como lícitos na Idade Média não o foram, principalmente depois que São Tomaz de Aquino, endossando quase todos os ensinamentos de Aristóteles, ampliou os conhecimentos de seus contemporâneos, comentando-os à luz de sua grande fé.

Assim, um dos maiores entraves ao desenvolvimento no setôr financeiro medieval, fazendo com que nesse particular pouco progredisse, foi a consideração da ilicitude do juro e pregação, consequente, de que êle não devia ser praticado. Essa iliceidade advinha das convicções filosóficas do grego, mas, nem por isso, deixou de ser errada.

O progresso financeiro está dependente dos bons sistemas de circulação de capitais e na sua maior utiliza-

ção pelo maior número de pessôas, provado como está, ter sido a deficiência desses fatores causadora da inexpressão monetária do tempo da escolástica.

Conquanto aquela consideração de ilicitude tenha partido de correntes cristãs, claro está que não foi uma medida a rigôr decorrente da doutrina cristã, porque, o que esta condena não é o juro em sí, e sim o exagero do lucro, a usura, cuja proibição sòmente surgiu depois, estabelecida em encíclica de Leão XIII.

E' possível acrescentar, nesta altura, que foi a experiência deste fato medieval, uma das causas do Mercantilismo surgido no início da Idade Moderna. A promoção social da humanidade que, meio concretizada, a Idade Média entregou ao futuro, num milagre de realização, pois a recebera no estado de barbaria mais acentuada, foi autora da Renascença, movimento de idéias em todos os sentidos e que trouxe tanta luz para o mundo. Embora não tenha sido em um só tempo êsse movimento na totalidade das nações da Europa, e embora não tenha havido Renascença nos países setentrionais, para a economia êle foi de grande importância.

E' atitude de base científica em pról da importância dos assuntos econômicos, o fato de considerar-se o renascimento frente aos progressos materiais, quando a sua acepção mais vasta e mais difundida é na parte referente às conquistas do espírito, do alto desenvolvimento da literatura e das belas artes e das ciências matemáticas.

Ele foi, portanto, também econômico e êste fato é objetivado pelas consequências do Renascimento técnico, compreendido nas invenções da bússula e da imprensa. O espírito aventureiro de portugueses e espa-

nhóis fez surgir um novo mundo, terras em que se podia ver um celeiro novo para a Europa. A economia teve aí novos horizontes.

Não tardou que viesse desse novo continente descoberto a profusão do seu ouro. Os estudiosos de então não demoraram em ver no metal a causa do enriquecimento das nações e eles, com o italiano Antônio Serra, despertaram os dirigentes para essa descoberta. E o Mercantilismo teve a fôrça de uma doutrina que realmente foi. Teria êle resolvido então os problemas econômicos da época? Afirma-se hoje que não, que a sua visão foi ainda deficiente, pois unilateral, não abrangendo o conjunto das coisas e dos fatos. Ele pregou ideias que geraram futuramente espíritos de vilão e despertaram, pela sua base liberal, o capitalismo.

Depois da denominação do Mercantilismo, ardorosamente praticado na França por Colbert, na Inglaterra por Cromwell, surgiu a idéia de não ser o metal e sim a natureza a fonte das riquesas, ideia concebida por Quesney e por êle fixada em sistema, baseda nos fundamentos filosóficos de Jean Jacques Rousseau, e surgiu com pretensões a ser depositária da verdade e para constituir hoje apenas uma fase no aprendizado da ciência.

O liberalismo intensificou aí sua vida, na expressão de Gourney: laissez faire, laissez passez, le monde va de lui même. E solto assim ao seu próprio govêrno o mundo não andou por bons caminhos, e, quando no Classicismo de Adam Smith, esse liberalismo adquiriu novas forças, mais os caminhos se tornaram imprevistos, mais tortuosos. O escossês das "Reflexões sôbre o enriquecimento das nações", deslocando por sua vez, da natureza para o trabalho a fonte de riqueza dos povos, deu

passos na aproximação de um certo equilíbrio, porque o trabalho já é mais próximo do homem do que o metal e a terra.

Mas, ainda aí não se chegou ao essencial. Nem mesmo no que lhe sucedeu como uma reação aos desmandos do liberalismo desenfreado, autor do arquimilionarismo e do pauperismo. O comunismo veio dando idêntico valôr ao trabalho, mas insurgindo-se contra a propriedade privada.

O que, finalmente, parece se tenha conseguida como um dos resultados da vida dessas doutrinas econômicas, é a conclusão lógica de que cada uma delas constituiu uma contribuição à verdade, sucessivas fases em que se vê nascer a importância de novos fatôres no funcionamento econômico, apontadas por umas as deficiências que sua anterior não soube olhar e corrigir, surgindo sob o influxo do raciocínio e da consciência, a paisagem completa do mundo social, não para a contemplação apenas, mas para receber dos novos pensadores uma outra contribuição. Por isso é que tudo o que constitui hoje o especifismo da sociologia e da economia, ou seja, o espírito das suas leis, é obra de uma trituração constante no tempo.

* * *

Quando o Brasil começou a surgir na História, contribuindo com o ouro farto de seus sertões para a confirmação dos postulados mercantilistas da Europa, a experiência que para o mundo estava à meio caminho, para êle começou, pois, todas as experiências se reproduziram em seu território e a sua evolução foi consciente e custou-lhe um esforço próprio até que pôde raciocinar e tomar conhecimento da História econômica universal.

Os reflexos do medievalismo aquí. foram evidentes.

De início estabeleceu-se uma organisação meio feudal, imposta pela corôa portuguêsa — as capitanias — que de fato em muita coisa se assemelhavam aos sistemas da Idade Média, como observa Rocha Pombo, até mesmo pela dominação da fé religiosa do Cristianismo.

* * *

Da Antiguidade e do Medievalismo veio a substância do que parece mais duradouro, do que tem, afinal, sinais de definitivo.

Não é com raridade que surge em nosso tempo, e não somente no terreno do pensamento econômico, instituições que logo morrem, enquanto aquelas das primeiras Idades perduram, e, no aperfeiçoamento para que todos os sistemas contribuem, como foi dito, a participação das suas idéias é mais constante.

Atividades do Instituto Histórico

Publicamos o Relatório do Des. João Vicente como Diretor da Biblioteca do Instituto Histórico, apresentado em sessão (Revista do Instituto, LII/59), e que se refere também a serviços realizados pela Presidência, no exercício anterior.

I — Em forma de relatório, julgo oportuno dar conhecimento de atos e fatos que entendem com a direção da Biblioteca, Museu e Arquivo do Instituto. De início, faço constar haverem sito tôdas as providências ou resoluções tomadas com assentimento do digno Presidente Perpétuo Dr. Nestor dos Santos Lima.

II — Assim é que, já em 1953 substituindo o preclaro Des. Felipe Guerra, levámos a efeito o trabalho de preservação e conservação dos livros e estantes, obtendo para isso de diretores de serviços do Departamento Nacional de Saúde Pública, aqui sediados, o material necessário e guardas profiláticos. Comunicámos após á Presidência; e áqueles diretores, ofertando um exemplar do último volume da Revista, oficiámos em agradecimento á cooperação prestada. Ainda, trabalho desta natureza teve de ser realizado em 1957, satisfeitas por mim, como pelo Dr. Nestor Lima, pequenas despesas de material e pessoal.

III — O Instituto recebeu valiosa doação em livros da parte de seu sócio benemérito Dr. Antônio de Souza, que

tanto se distinguiu nas letras com o nome de Policarpo Feitosa, elogiado mesmo um de seus livros na Academia Brasileira de Letras, e dignificou altas funções públicas, legislativas e executivas. Não havendo estante disponível, providenciou o Presidente sôbre a aquisição de um conjunto de armação, destinado também a grande número de livros e brochuras sem colocação. Por falta de funcionários próprios e meios para admitir auxiliares técnicos, deixou de ser feita uma reorganização no registro e fichário da Biblioteca. Em todo caso, estando no Rio de Janeiro, em 1955, fui ao Instituto Nacional do Livro e falei com elementos potiguares mais próximos, junto á Presidência da República, no intuito de suscitar algo de útil para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (outros Institutos já teriam conseguido verba, mediante lei), de modo a atender às ampliações, instalações e reaparelhamentos. O Instituto Nacional do Livro não podia dispor mesmo de estantes senão de obras ou coleções publicadas para remessa ás bibliotecas que observassem as comunicações.

IV — *RECONSTRUÇÃO DO TETO* — Serviço vultoso tivemos de solicitar, de Junho para Julho de 1958, do Dr. Nestor Lima, que, de pronto, determinou as providências necessárias. As constantes chuvas ameaçavam destruir o teto em vários pontos e danificar o valioso patrimônio histórico do Estado. Após mandar proceder a duas verificações por oficiais de construção, encaminhei-os com um ofício ao Presidente sôbre a urgência do serviço. Compreendeu êste todo o revestimento da cobertura - 9ms, 20X33 ms., substituindo-se caibros, ripas, três linhas, mil telhas, consertando-se a calha de cimento obstruida, removendo-se carunchos e utilizando-se materiais diversos. Então enfermo o Dr. Nestor, interessava-se, contudo, por quanto dizia respeito ao Instituto, aliás no longo período de mais de vinte e cinco anos de Presidente e antes de Secretário, dos quais é o melhor atestado a Revista,

nos seus estudos, edições, etc., inclusive do cincoentenário do Instituto (1952).

V — ESTANTE DA COLEÇÃO DA REVISTA — Examinámos com dois funcionários nas horas vagas todos os exemplares da Revista do Instituto com o objetivo de organizar e completar a estante própria da publicação da Casa, em ordem cronológica, reservados, pelo menos, vinte volumes de cada número editado. Havia deficiência de alguns números de data mais remota, que o Presidente declarou possível suprir, até mesmo com exemplares dispersos em estantes outras.

VI — Também, resolveu-se a distribuição de coleções, ainda que incompletas, da Revista pelos estabelecimentos e instituições educativas e culturais, tendo em vista o progresso universitário do Estado.

VII — *LIVROS DO INSTITUTO* — Os livros, como o arquivo e o museu, precisam de reorganização, conforme ficou dito. Os livros das estantes "*Tobias Monteiro*", na ante-sala, alguns dêsses e de coleções de estantes interiores é mister pesquizá-los, reuní-los e agrupá-los.

VIII — Há um livro de registro de visitas ao Instituto, sendo, porém, necessário outro para as obras retiradas na forma dos Estatutos, pelos sócios, afim de se proceder á regularização respectiva.

IX — *DATAS DE TERRA* — A organização especial das Concessões de Datas e Sesmarías do Rio Grande do Norte, serviço a que se consagrou o Dr. Joaquim Inácio, espírito inteligente e estudioso da história territorial e da economía potiguar, dos mais distintos na Justiça, administração e ainda no Senado Federal — essa organização bem merece desvelada atenção, qual se adotou em alguns Estados, que enfeixaram em livro trabalhos dessa espécie.

X — *REFORMA DOS ESTATUTOS* — Mais de uma vez tivemos a oportunidade de considerar sôbre uma reforma nos Estatutos do Instituto para melhor adaptação ao regime vi-

gente em associações de letras, condensando ao mesmo tempo as alterações propostas.

XI — Ainda, em benefício imediato de pequenas despesas da instituição, e de modo acessível, seria oportuno estabelecer uma mensalidade para todos os sócios efetivos, residentes na Capital ou no interior, ficando o sr. Tesoureiro autorizado a providenciar por forma simples e prática.

Êsses problemas constituem pontos de interêsse no desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Natal, 30 de Março de 1959.

JOÃO VICENTE DA COSTA
Dir. da Bibl. do Inst. Hist.

BRASÍLIA

AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA

(Palestra proferida no Instituto Histórico na noite de 4 de maio de 1960)

QUE vos venho dizer, que vos posso dizer sôbre Brasília, num instante como êste em que ela é assunto internacional e nacional, — em que ela é descrita, analisada, comentada, discutida, em detalhes espectrais, por todas as partes do mundo? Pelo Brasil inteiro, desde algum tempo já, reportagens, explanações, estudos, documentários, inclusive cinematográficos, revelam o fenômeno que ela significa, — e no estrangeiro, críticos e técnicos acentuam a contribuição espantosa de sua presença tanto à geografia humana e econômica como ao urbanismo e à arquitetura universais. De modo geral, Brasília, hoje, não é novidade para ninguém, sobretudo para brasileiros, — e eu não poderia, evidentemente, senão repetir coisas já ditas e sabidas sôbre a nova capital, nesta conversa simples que desejo manter convosco, sem qualquer pretensão de conferência.

Acreditei, entretanto, que, sob um prisma, pelo menos se justificaria a minha palavra nesta tribuna ilustre do Instituto Histórico. E' que eu estive, recentemente em Brasília, — e, por um dia inteiro, maravilhado e feliz, vi o espetáculo de trabalho, de grandeza, de amor ao Brasil que ela representa. O que vos trago, assim, num depoimento pessoal, é uma visão de conjunto, são as impressões experimentadas ao contato daquêle poderoso laboratório de energias e atividades, plantado

no centro geográfico do país, em plena área "virgem do passo humano e do machado", como nos versos do poeta. Pela idade e pela experiência, isto é, pelos dias idos e vividos, confesso-vos, já sou um homem pouco sujeito a entusiasmos fáceis, a entusiasmos à flor da pele. Mas confesso-vos, também, que, desde o momento em que, de avião, sobrevoava Brasília, o coração se me tomou de alvorôço, — e ainda agora sinto aflorar-me à sensibilidade a emoção de ver e tocar aquela terra privilegiada do planalto central, onde se começam a dispor, agora, os rumos do Brasil.

Digo-vos, para começar, o que todos certamente sabeis: que Brasília, se não está concluida, se muitos aspectos do seu numeroso conjunto ainda estão em vias de arrematação, se ela ainda freme e se contorce como uma forja, um estaleiro, uma oficina, — ela já é, todavia, um centro urbano capaz de funcionamento regular. Naturalmente que, para muitos, com certo desconforto, sem circunstâncias ideais, — mas não vos deslembreis que a Brasília atual é um esforço de pioneirismo, realizado com audácia, coragem, desprendimento, determinação, num ambiente de atividade incessante e febril, — em prazo récorde de três anos e meio, — e que, ainda, de futuro, ela não se destina a ser uma cidade de encantos, como o Rio de Janeiro, por exêmplo, cidade de beleza, de doçura e de alegria, cidade, por excelência, de turismo, envolvida por uma natureza ardente e maravilhosa. Brasília, ao contrário, visa constituir uma cidade de trabalho e de concentração política e administrativa, — torre de comando do progresso do Brasil, na legítima incorporação ao país de tôda essa imensa região abandonada de nosso interior, tão ampla e fecunda, no entanto, de elementos e possibilidades de desenvolvimento e riqueza. Afiançovos, a propósito, desde já, que se ela atrai estrangeiros e representa um objeto de curiosidade universal, — não é no sentido, positivamente, em que se vai a Paris ou a Roma, à Costa Azul ou às ilhas do Hawaí: o que nela fascina o homem de ou-

tras terras é o arrôjo de sua planificação, a envergadura do seu cometimento, o gênio e a fôrça expressiva de sua arquitetura, em ineditismo, modernidade, técnica e arte novas de construção. Planejando-a e erguendo-a, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer definiram, aos olhos do mundo, um novo tipo urbano e arquitetônico, — e o plano-pilôto de Brasília, com sua forma central de avião, de arco e flecha retesos, de sinal da cruz, de semi-anfiteatro ou de leque, — é, na verdade, o vôo do Brasil para caminhos novos de civilização e cultura, é a projeção do Brasil sôbre horizontes novos da terra brasileira, — ultrapassado e superado o período litorâneo e marítimo da história econômica, política e social de nosso país, vencido o complexo da interiorização e da floresta. Brasília é, portanto, o símbolo, o testemunho, o signo, o limiar de um período novo e diferente, marcado, igualmente, por um sentimento novo, por uma emoção nova: se até ontem o que nos orgulhava, no Brasil, o que constituía motivo de ufanismo, para nós, era têrmos, no Amazonas, o maior rio do mundo, era têrmos, na Guanabara, uma baía de alucinante e feérica beleza natural, era têrmos, no céu, as estrêlas mágicas do Cruzeiro do Sul, — o que nos orgulha, agora, é a ponta de lança da conquista da terra que Brasília representa, é têrmos uma cidade-capital feita pela mão do homem, do homem brasileiro, desde o especialista e o técnico ao trabalhador braçal, em circunstâncias e condições que surpreendem e exaltam, — cidade que André Malraux, o eminente escritor e político francês, uma das mais altas inteligências artísticas de nosso tempo, denominou a "capital da esperança"; que um famoso jornal europeu rotulou de "capital do espaço"; que tantos dizem a capital do século, a capital do futuro ou a capital do milagre; — mas que é preferível, principalmente, chamar de capital da fé e da confiança na sorte do Brasil. Como disse o poeta Guilherme de Almeida, ao levar a presença do espírito e da inteligência brasileira ao momento culminante de sua inauguração: — "Agora e aqui é a

Encruzilhada Tempo-Espaço"; "Caminho que vem do Passado e vai ao Futuro. Caminho de ao longo dos séculos. Caminho de ao longo do mundo. Agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz". — "O centro da Cruz Tempo-Espaço, plantada no teu Quadrilátero, com suas quatro hastes que são quatro séculos, Toque de Alvorada, Meta das metas, vive por nós." Lembro, a respeito, que Brasília já é mesmo, para alguns, o próprio mito, a lenda, o fantástico. Nas suas "Memórias Biográficas", escreveu São João Bosco: "Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá nêste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, donde mana leite e mel. Uma inconcebível riqueza se estabelecerá. Essas coisas sobrevirão na terceira geração". E tal visão do Santo referia-se a um ponto situado entre os paralelos 15.º e 20.º, exatamente onde se edificou Brasília.

O lançamento de cada satélite artificial custa de 10 a 14 bilhões de dólares aos contribuintes americanos; ninguém pode prever, por outro lado, o que as grandes potências gastam em cada experiência de bomba atômica, no entanto engenhos de morte e destruição. E há pouco o editorial de um jornal do Uruguai assinalava: "Enquanto lavram agitações de rua na Argentina, estoura uma revolução na Venezuela, complica-se a crise política na Itália, aumentam as dificuldades de Cuba, agrava-se a situação na Africa do Sul, proliferam os conflitos na Coréia, — o Brasil inaugura sua capital e arranca para o futuro." Poucos, porém, explicaram tão justamente o que Brasília vale e representa como o sr. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, em discurso por ocasião da instalação do Congresso na nova Capital: "Mais ainda do que um milagre da vontade humana, Brasília é um milagre da fé, uma vitória sôbre o impossível, um triunfo sôbre a tendência brasileira para o adiamento e o amanhã". Mas ela é, também, "o sonho de muitos homens, o remoto ideal que deveria passar à ação, obstado sempre por algum empecilho momentâneo, já

que dificilmente haveria época bastante próspera ou bastante adequada para nos impelir até aqui sem o dinamismo da fé". Não foi, pois, sem razão ou por lisonja, que o sino histórico da catedral de Santo Estevão, em Viena, badalou 10 minutos, em homenagem a Brasília, porque há 10 séculos que êsse sino sòmente comunica aos austríacos "os grandes acontecimentos de importância mundial"

Sonho de muitos homens, disse o deputado Mazzili. Vem de longe, realmente, o ideal de Brasília. E era nisso tudo que, anônimo brasileiro do nordeste, eu pensava ao chegar à nova capital, evocando, na memória alerta, o itinerário percorrido. Lembrava, assim, que já em 1798, os inconfidentes mineiros, chefiados por Tiradentes, se batiam pela interiorização da capital, para tirá-la das agitações de porto marítimo; que em memorial à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, logo após a Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da nossa emancipação política, salientava a necessidade de erigir, no Brasil, uma nova capital, e sugeria, para ela, o nome de Brasília ou Petrópolis. Porto Seguro e Varnaghen debateram, em seu tempo, o problema. E lembrava também que as nossas Constituições republicanas, desde a de 1891, dispuzeram sôbre a mudança da metrópole.

Eu me encontrava, portanto, em face de uma velha e secular aspiração nacional tornada realidade, — e num país de tantas decepções e desacertos.

Alguém, perto de mim, por sinal um ilustre historiador brasileiro, afirmava diante da capital, diante dos seus imensos blocos e volumes de concreto e vidro, diante de sua massa colorida de construções, já findas ou ainda em andamento, diante do conjunto singularmente e majestosamente decorativo dos edifícios do Congresso, na Praça dos Três Poderes: "eis uma cidade artificial, sem correspondência ambiente, como o Recife ou o Rio!" E eu tive vontade de perguntar ao ilustre historiador de que correspondência ambiente se trataria.

Recife e Rio, é verdade, haviam nascido e crescido lentamente, ao longo do tempo, através de vicissitudes sem conta, em adaptações vagarosas, sem planos e previsões, inserindo-se aos poucos na atmosfera, crescendo na paisagem, na água, na terra, no ar. Mas, a seu respeito, em sã consciência, poder-se-ia mesmo falar em costumes, tradições, correspondência de ambientes? Será que ambos, apesar desse passado, não constituem um mosaico de arquiteturas, misturando o colonial e o moderno, o barroco e o arranha-céu?

Com Brasília, tudo era diferente. Brasília nascia sem compromissos com o passado, sem limitações e contingências de terra, tradições e hábitos locais a preservar. Brasília era o futuro, nascia sôbre o virgem e o puro, sôbre o descampado e o inabitado. Antes de Brasília, o planalto em que ela se localiza vivia o prolongamento tranquilo e imperturbado dos dias da criação do mundo.

Le Corbusier, o grande arquiteto e urbanista de nosso tempo, definiu as casas como devendo ser "máquinas de morar"; isto é, casas simples, práticas, eficientes, funcionais, como máquinas.

Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ao articularem, cada um no seu setor, os planos de Brasília, não tiveram em mente arcaísmos inúteis e influências desvirtuadoras. Brasília seria um Brasil novo, urgia criar-lhe, impor-lhe um estilo novo, significativo de que uma mentalidade nova se instalava no país. Suas concepções e criações, de uma audácia contagiante, não chocam nem deprimem. Erguem-se em arcabouços que dão gôsto ver e admirar, cheios de uma nobre beleza, como o Palácio do Planalto ou do Supremo Tribunal Federal, — ou de uma beleza tranquila e repousante como o Palácio da Alvorada, verde e branco, nas imediações do grande lago artificial. Niemeyer transmitiu-lhes qualquer coisa de plástico, de poético, de espiritual. Seu cimento se anima de estranhas pulsações de vida. Suas construções dão a idéia de que apenas pousam no chão.

Brasília é todo um complexo de formas e linhas geométricas, que, na sua pureza, na sua leveza, no seu equilíbrio, na sua harmonia, — consubstanciam a própria paisagem, o próprio cenário do planalto, despertando para o movimento e a ação. A propósito: não vi nada de luxuoso em Brasília, sobretudo nos setores residenciais já em funcionamento. As residências da Fundação da Casa Popular me pareceram de uma modéstia impressionante de construções e instalações, dentro do sentido igualitário e socializante que as caracteriza. E quanto aos blocos de apartamento, guardam a mesma simplicidade externa e interior, — distinguidos, alguns, singularmente, por sugestivas combinações de côres vivas.

Não, evidentemente, o ilustre historiador não tinha razão. E se alguém achasse Brasília também artificial sob prismas de humanidade, isto é, de ausência de calor humano, de interseção afetuosa do homem à terra, — eu lhe indagaria, também, como aquela cidade poderia ter semelhantes características, dentro dos poucos anos de seu surgimento sôbre o solo do planalto. Ao contrário, embora eu fosse vendo nas fisionomias e rostos com que me fui deparando, nos percursos através de Brasília, sem embargo das expressões de entusiasmo ou de alegria criadora com que se iluminavam, na plena consciência da obra que estavam realizando, — embora eu fosse vendo, repito, nos rostos e fisionomias, um certo ar provisório, de quem veio de várias e estranhas procedências, caboclos do Amazonas e Pará, paus-de-arara do nordeste, mulatos da Bahia, emigrantes do sul, — constituindo, ali, entre os trabalhadores, o tipo único e peculiar do "candango", — e não sabe se fica, e não sabe bem o seu amanhã, — o fato é que Brasília, por tudo isso, já era uma antecipação do Brasil, como todos esperam que ela seja, centro de integração de todos os caminhos e interesses do Brasil, — do Brasil do futuro, a nascer e a florescer, ali, em nova mistura humana de esforços, em nova convergência de valores econômicos e demográficos, en-

volvendo projeções e irradiações de todo o país. Sua integral humanização virá depois, com o tempo e a própria função de existir, de permanecer, de continuar.

Essa convicção me surgira, aliás, na chamada *cidade-livre*, com suas edificações tôdas em madeira, cidade de prazo marcado para a liquidação definitiva e total, cuja área será, de futuro, uma das partes do cinturão verde da capital, — mas onde agora se aglomeram, num pitoresco cinematográfico de far-west americano, em tumulto, poeira e movimento, empresas e homens que estão construindo Brasília.

Assim fui andando dentro de Brasília, sem poder, é certo, investigar muitos detalhes e particularidades, sem ver muita coisa em profundidade, que o tempo e as oportunidades de que dispunha eram poucos, — daí porque lamento também não poder fornecer-vos uma maior soma de informações, no final desta palestra.

Rodeava-me, entretanto, nessa viagem inesquecível, como aquela que fiz, há dois anos, a París, embora o seu sentido diverso e inconciliável, — a atmosfera clara e doce do Planalto. Eu chegara cedo. Mas já sol alto, seus raios, vindos de um céu profundamente azul e translúcido como o céu nordestino de verão, ainda eram frios e suaves. Brasília, também sob o prisma da altitude, é uma cidade abençoada dos deuses e da geografia. Seus 1.172 metros de altitude (no centro da cidade), 1.500 nos arredores, garantem-lhe um clima temperado e afável, de ventos mansos e pouco velozes, de noites acolhedoras. Não se imagine, de resto, que antes ali havia florestas, à maneira da região amazônica, por exemplo. A vegetação, na área de Brasília, é pequena e incaracterística, um "cerrado sujo", ou carrascal, como ali se denomina, abrindo-se em rasas clareiras de campinas, aqui ou ali.

De longe, no caminho do aeroporto, cuja movimentação já é atordoante, até o centro, digamos, a cidade já fornece uma impressão de massa compacta e densa. À medida, porém, que

nos aproximamos, que vamos penetrando nas suas quadras e super-quadras, evoluindo sôbre leitos pavimentados de ruas e avenidas onde até agora os passeios feitos são em número mínimo e onde não há cruzamentos de veículos no mesmo plano, e, portanto, não há necessidade de inspetores de trânsito ou de sinalização verde-amarelo-vermelho, salvo, ao que me informaram, em relação ao tráfego de caminhões, estabelecido num sistema secundário autônomo, vamos verificando que a marcha de sua construção obedeceu ao sistema de atacar grupos de obras nos vários setores, de maneira isolada uns setores dos outros, tendo em vista, sobretudo, a necessidade e a conveniência da obra a ser levantada. O tempo, depois, irá fazendo as ligações e articulações previstas e inevitáveis, irá fazendo igualmente crescerem jardins e parques, — êsses indispensáveis espaços de respiração das cidades e aglomerados urbanos. A propósito, ainda, de circulação, frize-se que, fixada a rêde geral do tráfego-automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas, para o trânsito local dos pedestres, afim de garantir-lhes o uso livre do chão.

Como cidade estudada e prevista nos seus menores detalhes, Brasília destaca-se pela distribuição dos diversos tipos de atividades e funções humanas, públicas e privadas. Mas ressalta dêsse conjunto numeroso, o grupo de edifícios dos Três Poderes, o Congresso como vértice, localizados em triângulo equilátero, num estilo realmente grandioso, com os Ministérios e a Catedral nas suas vizinhanças. Daí partimos, em escalas posteriores, para os diversos setores, — o cultural, o de diversões, o esportivo, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, a estação ferroviária, o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios, das empresas e profissões liberais, o setor do varejo comercial, os setores residenciais, o setor de embaixadas e legações, a estação rodoviária, etc.

E a população de Brasília? Eis uma indagação que a si mesmos todos se fazem, numa atitude de curiosidade facilmente explicável. A área do novo Distrito Federal é de 5.850 km² e a população de Brasília, em fins de 1956, era estimada em 6.000 habitantes, passando, em junho de 1958, a 12.283, — oito mêses depois a 28.804, e, em maio de 1959, a 64.314, — sendo 42.332 homens contra 21.982 mulheres. Terá, certamente, crescido muito agora, apesar de apenas um ano a mais, porém ano certamente propício a um afluxo populacional. Relativamente a êsse assunto, há, porém, que aludir às cidades satélites, Taquatinga, Planaltina, Braslândia, aos núcleos provisórios, como o Bandeirante, aos acampamentos que escalonam Brasília, situados em pontos de articulação direta com a capital, por eficientes serviços de comunicação. Quanto à água, a capacidade dos mananciais existentes é de 500 litros por habitante, para uma população calculada em 500.000 habitantes, — e a sua zona de abastecimento acha-se a cêrca de 60 quilômetros das terras férteis de Goiás e Mato-Grosso, já grande produtora de cereais, sendo também zona de criação de gado. E' surpreendente, por outro lado, a valorização de suas terras, já numa razão de centenas de quilômetros em derredor. E digo-vos, ainda, já que tanto ouço falar de dificuldades de vida e de alimentação em Brasília, — que não vi nem senti nem soube de nada disso. Ao contrário: visitei um super-mercado, recentemente construido, onde havia abundância de tudo, e homens e mulheres compravam normalmente, a preços razoáveis, como qualquer outra cidade brasileira. Vi e estive na cidade livre em hotel com serviços regulares, para quantos hóspedes acontecessem. Momentaneamente o problema de distâncias e comunicações talvez seja o mais acentuado.

Eis a Brasília que me foi dado ver e saber, no relance de cêrca de dez horas movimentadas e efusivas. Essa Brasília que tem custado sacrifício e esforço sem conta às atuais gerações, — como já o previra José Bonifácio, o patriarca, mas que

de futuro dará suas compensações ao país e ao povo brasileiro. Seria irrisório, aliás, pensar que a poderíamos ter erguido, no planalto deserto, sem uma poderosa concentração de recursos, muitos poupados de outras aplicações, sem dúvida extremamente úteis, mas tornados indispensáveis ao seu impacto, ao seu "rush" criador. Terá havido êrros, excessos, mas não se levanta uma obra dêsse porte sem uma margem, por mínima que seja, de falhas, prejuizos comuns e deficiências.

Nenhum país, nenhum povo pode viver sem um sentido de grandeza, sem motivos de grandeza, sem a esperança da grandeza, embora as dificuldades ambientes, e quando elas decorrem, sobretudo, das contingências e precariedades de um subdesenvolvimento áspero, lento, complexo. Brasília é a nossa grandeza, o nosso panache, a luva de desafio que jogamos à posteridade, num gesto generoso e ardente de Dom Quixote, — e o espírito de Brasília contagiará, está contagiando o Brasil. Um "slogan" aliciante e sugestivo já percorre os quadrantes da nação: "Todos os caminhos levam a Brasília". E isso simboliza a integração desejada e necessária da grande pátria. Do Acre a Brasília, de Boa Vista a Brasília, de Belém a Brasília, de Fortaleza a Brasília, de Natal a Brasília, de Recife a Brasília, de Salvador à Brasília, de Vitória a Brasília, do Rio a Brasília, de São Paulo a Brasília, de Porto Alegre a Brasília, de Cuiabá a Brasília, — há um rumor ascendente de estradas que se abrem, de rios que se transpõem, de montanhas que se cruzam, de acampamentos que anunciam e iniciam futuras povoações, vilas e cidades, de gente que marcha, que desbrava, que produz, que confraterniza, que se revela a si mesmo um rosto, uma determinação, um sentimento de brasileirismo, por sôbre êste fabuloso arquipélago nacional. Eu vi, atônito e comovido, como, nas rotas terrestres de Brasília, se movimentavam numerosamente, tentacularmente, veículos em todas as direções. E aquilo já era uma antevisão do futuro.

Prevê-se que mais de cem mil pessoas estiveram presentes às festividades de sua inauguração e que cêrca de quarenta mil veículos ali se movimentaram àqueles instantes, — o que, naturalmente, criou determinados embaraços, relativamente a instalações e à pronta distribuição de abastecimentos. Mas Brasília terá o destino bandeirante de não parar. Pulsa, com ela, o espírito, a energia nacionalista do país. E' uma lição, é um testemunho de otimismo e de esperança.

Quando, já dentro da noite, tomava o avião e êste erguia o vôo de regresso ao Rio, — a nova capital cintilava de tôdas as suas luzes, era um glorioso braseiro no planalto. Uma outra expressão de André Malraux assaltou-me a memória: "Brasília é, de certo modo, no seu gigantesco planalto, a Acrópole no seu rochedo". E nos voltamos, um momento, para a evocação do homem que lhe comandara o nascimento e a construção, convocando e mobilizando a cabeça, os braços e as mãos de milhares de brasileiros para a obra ciclópica. Não se pode, realmente, sem injustiça, separar Brasília do nome do presidente, que dela fez a meta-síntese do seu governo, que teve a coragem e a felicidade de lançá-la na encruzilhada dos destinos brasileiros, como uma catapulta, capaz de despertar o gigante deitado eternamente em berço esplêndido... Lembro a sua frase de 1956: "Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro dos altos destinos nacionais, lanço os olhos mais uma vez sôbre o amanhã de meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino".

Poucas horas antes, na sessão de encerramento de um congresso de geografia de que eu fizera parte, o ilustre representante de Pernambuco já repetira, a seu respeito, os versos de Olavo Bilac a Fernão Dias Pais Leme, o caçador de esmeraldas:

—"Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas,
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,
No clamor do trabalho e nos hinos de paz!
E, subjugando o olvido, através das idades,
Violador de sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da pátria viverás!"

NECROLOGIA

DR. ELOY DE SOUZA

(Sócio fundador)

A 7 de outubro de 1959, no Hospital Miguel Couto, desta Capital, para onde fôra removido depois de submeter-se, em Campina Grande (Paraíba), a melindrosa intervenção cirúrgica, faleceu o Dr. ELOY CASTRICIANO DE SOUZA, sócio fundador do nosso Instituto Histórico e colaborador desta Revista, o qual, por muitos anos, militou na vida político-administrativa do Estado, salientando-se como parlamentar e como homem de imprensa.

Nasceu no dia 4 de março de 1873, em Tamarineira, Recife, Capital do Estado de Pernambuco, sendo filho de Eloy Castriciano de Souza e D. Henriqueta Leopoldina Rodrigues, domiciliados em Macaíba, nêste Estado, localidade em que fixou residência após a morte de seu pai, juntamente com sua mãe, irmãos e a veneranda avó materna, D. Silvana de Paula Rodrigues.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, na Faculdade de Direito de Recife, turma de 1894, ingressando, a seguir, na política deste Estado, no partido chefiado pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, sendo eleito Deputado Estadual em 1895. Deputado Federal, em 1897 até a Legislatura de 1912-1914, quando passou à Senatória, exercida até janeiro de 1927, voltando à Câmara dos Deputados no mesmo ano, e nela permaneceu até 1930. A 30 de outubro de 1935, foi novamente, eleito Senador, pela Assembléia Constituinte do

Rio Grande do Norte, exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvido o Legislativo brasileiro.

Iniciou sua carreira de jornalista no ano de 1895, fazendo de "A República", órgão do Partido Republicano, o seu jornal e do qual foi colaborador constante, redator e diretor. Também participou ativamente da vida de muitos outros periódicos desta cidade, sobretudo como diretor de "A Razão", jornal da campanha política do Partido Popular, no período 1932-1934. Como jornalista permaneceu tôda a existência, profissão que mais o envaidecia e praticou até pouco antes de morrer.

Parlamentar ativo, da tribuna da Câmara ou do Senado, e, ainda, pela imprensa da Capital Federal, juntamente com o Des. Felipe Guerra, se bateu pela solução do problema das sêcas no Nordeste, para isto visitando o Egito e o Oriente Médio, a fim de observar e estudar o sistema de irrigação ali praticado, com o intuito de aplicá-lo entre nós, para combater o flagelo. Nasceu dessa campanha a Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas; e, de seus inúmeros trabalhos sôbre a matéria, surgiu o livro intitulado "O Calvário das Sêcas", obra de vulto, que estimulou outras contribuições e estudos, para solução do problema máximo do Nordeste brasileiro.

Como escritor, publicou "Costumes Locais" (Conferências), "Alma e Poesia do Litoral do Nordeste" e "Cartas de um Sertanejo", êste último com o seu famoso pseudônimo "Jacinto Canela de Ferro", apreciando, nêsses trabalhos, aspectos originais e observações interessantes dos habitantes do Nordeste, assim contribuindo para a etnografia, sociologia e folclore desta região. Fêz publicar, ainda, uma biografia de Tobias Monteiro, jornalista e historiador conterrâneo. Por falta de meios, não conseguiu editar a história de sua vasta atividade na Câmara e no Senado, em cujos anais está registrada.

Era irmão de Auta de Souza e do dr. Henrique Castriciano de Souza. A respeito dos três, disse o colunista de "A República", do dia 8-10-59: — "constituiram o triângulo de uma família que soube honrar o seu nome e elevar bem alto o conceito de sua terra e a personalidade de sua gente, nos mais diversos setores da atividade humana. Entre os três exis-

tiu, sempre, algo de comum — o pendor literário e o gôsto pela cultura. Suas obras representaram um imenso cabedal para o enriquecimento da literatura nativa, e, sòmente isso, seria o suficiente para imortalizá-los".

O dr. Eloy de Souza, exerceu, ainda, as funções de Juiz do Trabalho, no Rio de Janeiro, de diretor da Caixa Econômica Federal (em Natal) e de presidente do Consêlho Consultivo do Estado, aposentando-se, porém, como Diretor da Imprensa Oficial do Estado, em 5 de agôsto de 1950.

De qualquer ângulo em que se observe sua vida, realça, sempre, a dignidade moral de que era portador, e que o tornava um cidadão respeitável. Honesto, entrou na política rico, de bens herdados e do produto de suas atividades. Deixou-a, pobre, sem outras rendas que as auferidas de sua aposentadoria e de uma pensão especial dada pelo Estado; esta, poucos mêses antes de seu falecimento. Constituiu-se, por isto mesmo, num exemplo vivo de civismo, um abnegado servidor da causa pública.

No dia 17 de fevereiro de 1959, ditou para o nosso confrade Manoel Rodrigues de Mélo a carta sôbre Tavares de Lyra, publicada no volume LII - 1959, desta Revista, dedicado à memória dêste ilustre potiguar. Foi o penúltimo trabalho de sua autoria. Era, também, o penúltimo sócio fundador, vivo, da instituição. Na edição de "A República" de 1.º de julho de 1959, publicára sua última entrevista, ao ensêjo da passagem de mais um aniversário dêsse conceituado e tradicional jornal do nosso Estado.

Pela ocorrência de sua morte, o Estado e o Município decretaram luto oficial por três dias, sendo-lhe prestadas várias homenagens, pelas diversas Sociedades a que pertenceu, inclusive pela Academia Norte-Riograndense de Lêtras, na qual ocupava a cadeira de Pedro Velho. A Assembléia Estadual, a Câmara Federal e o Senado tributaram ao ilustre morto honras devidas, exaltando suas qualidades morais e intelectuais de homem público e parlamentar de méritos.

Do seu casamento, com D. Alice de Souza, não deixou prole.

O Instituto Histórico, solidário com as manifestações de pesar pelo seu falecimento, externou à família enlutada expressões de condolências pela irreparável perda.

Dr Anfilóquio Carlos Soares da Câmara

(Sócio efetivo)

Nasceu a 25 de outubro de 1889, na cidade do Natal, e era filho legítimo do major João Carlos Soares da Câmara e d. Geracina Leonila Soares da Câmara, descendendo, pela linhagem paterna, dos Morgados de Portugal, expatriados para o Brasil. Bacharel em Ciências e letras, pelo Ateneu Norte Riograndense, e professor diplomado pela Escola Normal de Natal, foi nomeado inspetor de Ensino, tendo, nêsse caráter, percorrido várias vêzes todo o interior do Estado. Em 1921, após um curso em que obteve grande maioria de aprovações distintas, recebeu, na Faculdade de Direito do Recife, o gráu de bacharel em ciências jurídicas e sociais. De 1922 a fins de 1923, desempenhou no Rio de Janeiro a comissão de delegado geral do Rio Grande do Norte junto à Exposição Internacional do Centenário, passando, em 1924, a representar o Estado no Museu Comercial e Agrícola do Ministério da Agricultura. Nomeado secretário geral do Estado, regressou a Natal, assumindo as funções no seu novo cargo a 15 de junho de 1925, iniciando desde logo uma completa reforma na Secretaria, que recebeu nova organização e novo regulamento. Dêsde os tempos de estudante Anfilóquio Câmara teve pronunciadas simpatias pela vida da imprensa, fundador, diretor e colaborador, que foi, de diversos jornais e revistas literárias, ao mesmo tempo que organizava e orientava associações de letras e artes. Fundou a dirigiu, igualmente, "A Semana" (1915) e "A Notícia", jornal de combate, publicado em 1921 a 1925. Colaborou no "O Dia", no "O Tempo", no "Jornal da Manhã", na "Imprensa" e na "A República". Em 1914, consorciou-se, em primeiras núpcias, com a professora Áurea Fernandes Barros, sua condiscípula do curso normal, de família natalense e falecida em 1916; e a 2 de abril de 1924, em segunda núpcias, na cidade de Belo Horizonte, com d. Jandira de Paula Câmara, de família mineira. Nomeado por ato de 31 de dezembro de 1927, exerceu o cargo de diretor geral de Estatística do Estado, e o de inspetor federal do Ensino, por nomeação do Ministro do Interior, de 31 de julho de 1928.

Foi um dos fundadores, juntamente com os professores Luís Soares, Luís Antônio, Francisco Ivo, Severino Bezerra, Júlia Barbosa e outros, da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, instalada a 4 de dezembro de 1920, em reunião solene, no salão nobre do Palácio do Govêrno, presidida pelo Governador Antônio de Suza. Foi escolhido seu primeiro presidente e reeleito muitas vêzes.

Na sua presidência e com o valisoso apoio dos demais dirigentes da Associação, muitas realizações foram levadas a efeito em benefício da classe e da coletividade. Entre elas, podem ser destacadas a convocação do Primeiro Congresso Pedagógico, reunido a 24 de janeiro de 1922, nesta Capital, no Palacete do Congresso Estadual; a publicação do "Pedagogium", revista oficial da Associação, e a construção e organização do Grupo Escolar "Antônio de Souza", no bairro do Tirol, em terreno adquirido pela Associação a Julius Von Shosten, compreendendo todo um quarteirão, onde atualmente funciona a Faculdade de Filosofia. Aquêle estabelecimento foi inaugurado a 1.º de maio de 1923 e funcionou durante muitos anos com escolas infantís, primárias e complementares, um bem aparelhado Jardim de Infância (o primeiro de Natal), aulas de música, de canto, de trabalhos manuais e de ginástica, e um corpo de professores seleto, competente e esforçado, prestando relevantes serviços à população escolar da cidade.

Como diretor de Estatística do Estado, superintendeu, juntamente com o Engenheiro Décio Fonseca, a organização e funcionamento da Feira de Amostras instalada, a 29 de outubro de 1932, em Pavilhão erigido na Praça José da Penha, nesta Capital, por iniciativa do Govêrno do Estado.

Foi diretor da Imprensa Oficial do Estado durante algum tempo e diretor geral do Departamento de Educação, de agôsto de 1933 a outubro de 1935, cargo em que têve, mais uma vez, oportunidade de percorrer o interior do Estado, orientando e estimulando a boa marcha do ensino e fiscalizando pessoalmente a construção e reparação de prédios escolares.

Durante alguns anos, devotou-se inteiramente aos serviços de Estatística do Estado, a este representando, diversas vêzes, nas reuniões do Conselho Nacional de Estatística, na Capital da República, onde se tornou muito conhecido e aca-

tado pela sua eficiente atuação à frente dos trabalhos estatísticos do Rio Grande do Norte.

Foi o organizador e executor, com uma competente e dedicada equipe de auxiliares, do Recenseamento de 1940 no Rio Grande do Norte, merecendo de alta direção nacional os melhores louvores pelo desempenho da sua missão.

Após mais de trinta e cinco anos de fecundo e ininterrupto labor em prol da terra do seu berço, que tanto estremecia, aposentou-se, em outubro de 1945, no cargo de Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, não arrefecendo, porém, o seu entusiasmo e interêsse pelo progresso e felicidade do Rio Grande do Norte.

Publicou, em 1923, "Cenários Norte-Riograndenses", "Cenários Municipais" (1941-1942) e "Povoados do Rio Grande do Norte", em 1943, e "Populações Rurais" (1944).

O seu falecimento ocorreu a 16 de junho de 1957, nesta Capital, realizando-se no dia seguinte, às 16 horas, o seu sepultamento no Cemitério do Alecrim, onde falaram diversos oradores. O Instituto se fez representar pelo seu presidente e por uma comissão de sócios.

Atas das sessões do Instituto Histórico 1959 - 1960

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 17 DE MAIO DE 1959

Aos dezessete (17) dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), nesta cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, às (15) horas e quarenta (40) minutos, realizou-se em sua sede, à rua da Conceição. n.º 622, a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico, com a presença dos seguintes consócios: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Prof. Manoel Rodrigues de Melo, doutorando Enélio Lima Petrovich, Dr. Boanerges Januário Soares de Araujo, Prof. Antônio Gomes da Rocha Fagundes, Dr. Raimundo Nonato da Silva, Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho, Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta, Dr. Tarcisio da Natividade Medeiros, Dr. Rômulo Chaves Wanderley, Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão, Dr. Manoel Varela de Albuquerque e Prof. Ulisses Celestino de Góis.

Lidas as atas das sessões anteriores, foram as mesmas aprovadas sem emendas.

Expediente: O expediente constou da leitura de uma proposta assinada pelos consócios Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo e Prof. Manoel Rodrigues de Melo, pedindo a inclusão como *Sócios Efetivos* desta casa, dos Drs. João da Costa Machado, Abelardo Calafange e Profa. Caetana de Brito Guerra, ficando, porém, êste assunto a ser resolvido posteriormente.

Em seguida, falou o Dr. Manoel Varela de Albuquerque, expondo à mesa, que, de conformidade com os Estatutos, os novos sócios, já eleitos e empossados, teriam de pagar Cin-

quenta cruzeiros (Cr$ 50,00) dentro do prazo de noventa (90) dias. Por isso, pediu que fôsse providenciada a confecção de talões para o recolhimento dessa importância.

Por sua vez, o Sr. Presidente informou ao confrades que havia escrito uma carta ao governador do Estado solicitando que se efetuassem consertos, limpezas e reparos na instalação elétrica no prédio deste Instituto. Sôbre êste assunto, adiantou mais que S. Excia., sempre solícito aos interêsses do Rio Grande do Norte, já havia providenciado tudo, através do engenheiro José Nilson.

Ainda o Sr. Presidente comunicou do apêlo feito ao governador do Estado, no sentido de serem dispensados os impostos pela doação da valiosa biblioteca do saudoso Dr. Nestor dos Santos Lima a êste Instituto.

Pelas alegações de alguns confrades presentes, ficou, todavia, esclarecido que já tramitava na Assembléia Legislativa um Projeto-lei sôbre a isenção dos impostos dos bens deixados pelo Dr. Nestor dos Santos Lima para a sua irmã solteira Idila Souto dos Santos Lima e que o deputado Abelardo Calafange incluiu uma emenda abrangendo a referida isenção à biblioteca doada pelo ilustre falecido a esta casa.

Com a palavra o Dr. Manoel Varela Santiago propôs que fôsse adquirido um telefone para o Instituto.

O Sr. Presidente designou o Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros para falar com o Dr. Antônio Soares Filho a fim de conseguir pessoas idôneas que pudessem fiscalizar os serviços a serem breves iniciados nêste prédio.

Usando da palavra o Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta, sugeriu ao Sr. Presidente que se contratasse um bibliotecômano para organizar o fichário de nossa Biblioteca.

Finalmente, o Sr. Presidente, a pedido do segundo secretário, Enélio Lima Petrovich, solicitou o "curriculum vitae" dos ilustres confrades, pois, dessa maneira, poderia ser registrada em um livro próprio a vida de todos os colegas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às dezesseis (16) horas e vinte (20) minutos.

E para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, DO DIA 23 DE AGOSTO DE 1959.

Aos vinte e três (23) dias do mês de agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), pelas quinze (15) horas, em sua sede social, à rua da Conceição, n.º 622, nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador Silvino Bezerra Neto, 2.º vice-Presidente, e presentes os senhores sócios Manoel Rodrigues de Melo, 1.º secretário, Desembargador Adalberto Soares de Araújo Amorim, Raimundo Nonato da Silva, Moacir de Gois, comigo, Tarcisio da Natividade Medeiros, servindo de 2.º Secretário por designação *ad-hoc*, na falta do titular do cargo reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sessão extraordinária, para o fim a que foi convocado.

Aberta a sessão, pelo sr. 1.º secretário foi lido o Expe*diente*, que constou do seguinte: petição do sr. João Batista Galvão, provisionado, requerendo certidão de sesmaria, em cujo rôsto o presidente despachou atendendo em têrmos; ofício do dia 1.º de julho deste ano, do capitão Antônio Lemos de Albuquerque, bibliotecário da Academia Militar das Agulhas Negras, na Capital Federal, solicitando doação de livros e revistas sôbre História, Geografia, Artes, Folclores do Estado do Rio Grande do Norte; e telegrama do Coronel Umberto Peregrino, Diretor da Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro, participando haver remetido para o Instituto, via aérea, três volumes contendo livros oferecidos à Biblioteca do Instituto.

Na *Ordem do Dia*, o Presidente justificou o não comparecimento do Presidente Efetivo, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo e o Des. Antônio Soares, 1.º vice-Presidente, por motivo justo. Em seguida, conforme constara da competente convocação, apresentou aos confrades presentes os volumes do tômo LII da Revista do Instituto dedicado, conforme era sabido, à memória do sócio fundador e benemérito Ministro Augusto Tavares de Lira, para que a mesma Revista tivesse também a merecida divulgação. Com a palavra o confrade Tarcisio de Natividade Medeiros, teceu considerações a

respeito do esfôrço desenvolvido pela Comissão da Revista, a fim de que a mesma se tornasse uma realidade, ressalvando a cooperação do Exmo. Sr. Governador do Estado que forneceu a importância de Cr$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para o pagamento das despesas. Disse, ainda, o referido sócio que, conforme o resolvido pela competente comissão, desde que a matéria não comportara as 250 páginas previstas, para 500 exemplares, de acôrdo com o contrato, a Editora tinha haver ao Instituto 130 páginas, o que permitia, desde já, o início de novo tomo da Revista, uma vez que a aludida Empresa assim aceitara esta condição.

O Presidente, após, apresentou à Comissão da Revista as congratulações do Instituto pelo êxito alcançado na referida publicação, sobretudo ao consócio Tarcisio de Natividade Medeiros, em razão do esfôrço desenvolvido, e de todos conhecido, a fim de que fosse possível aquela homenagem ao falecido Ministro Augusto Tavares de Lira.

Na presente sessão, depois de justificadas as proposições, foram tomadas as seguintes deliberações: 1) por indicação do sócio Tarcisio de Natividade Medeiros, foi designada uma comissão composta dos proponentes e dos professores Raimundo Nonato da Silva e Manoel Rodrigues de Mélo, para participar ao Sr. Governador do Estado a circulação da Revista dedicada à memória do Ministro Tavares de Lira, agradecer a sua valiosa e imprescindível cooperação, e, ao mesmo tempo, colocar à sua disposição os volumes que desejasse; 2) Por indicação do Sr. Presidente, foi, ainda, designada a mesma comissão para, em nome do Instituto, fazer uma visita de conforto moral ao Presidente Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, em face do trágico acontecimento que fôra vítima o seu irmão Sr. Manoel Hemetério Fernandes, naquela ocasião, internado numa Instituição hospitalar em estado grave; 3) aprovar um voto de louvor à Universidade do Rio Grande do Norte, por proposição do confrade Raimundo Nonato da Silva, em virtude do título de doutor *honoris-causa* concedido ao sócio efetivo do Instituto, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros; aprovar o pedido de colaboração do Instituto, formulado pelo confrade Manoel Rodrigues de Melo, para, em conjunto com a Academia Norte Riograndense de Letras, as festividades que

serão levadas a efeito por ocasião da passagem do centenário de nascimento do poeta Segundo Wanderley, em 1960; e 5) receber e por em interstício regimental, a proposta para sócio efetivo, do Instituto firmada pelos confrades Manoel Rodrigues de Melo e Raimundo Nonato da Silva, dos srs. João Batista Cascudo Rodrigues e Antônio Campos e Silva.

Ainda na presente sessão, o 1.º secretário Manoel Rodrigues de Melo, agradeceu, em nome da Academia Norte Riograndense de Letras, da qual é o presidente, a colaboração prestada pelo Instituto nas homenagens tributadas por ocasião do transcurso do cinquentenário da morte do escritor Euclides da Cunha, patrocinadas que foram pela mencionada Academia, a Casa de Euclides da Cunha e outras instituições culturais da Capital.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que para constar, eu, Tarcisio de Natividade Medeiros, secretário *ad-hoc*, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGN, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1959

Aos trinta (30) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), pelas quinze (15) horas e trinta (30) minutos, em sua sede social, à rua da Conceição, N.º 622, nesta cidade, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, e o comparecimento dos consócios Manoel Rodrigues de Melo, Des. Silvino Bezerra Neto, Boanerges Januário Soares de Araújo, Tarcisio de Natividade Medeiros, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Ulisses Celestino de Góis, Manoel Varela de Albuquerque, Veríssimo de Melo, Hélio Mamede de Freitas Galvão, Antônio Soares Filho, comigo, Enélio Lima Petrovich, segundo secretário, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sessão ordinária para tratar de vários assuntos ligados à entidade.

Iniciados os trabalhos foi lida a ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade.

Em seguida o Sr. Presidente informou aos presentes que o Instituto acabara de receber três (3) pacotes de livros enviados pela Biblioteca do Exército, no Distrito Federal.

Por proposta assinada pelos sócios Enélio Lima Petrovich, Aldo Fernandes Raposo de Melo e Tarcísio de Natividade Medeiros, foram aceitos, com dispensa de interstício, como *Sócios Efetivos* do Instituto os Drs. Alvamar Furtado de Mendonça e Moacir de Gois, e na categoria de Correspondentes, o Coronél Umberto Peregrino.

Na mesma oportunidade, o segundo secretário, Enélio Lima Petrovich, com aprovação unânime dos colegas, pediu para constar em ata um voto de pezar pelo falecimento do Sr. Manoel Hemetério Fernandes, irmão do presidente desta casa.

Com a palavra o consócio Veríssimo de Mélo, propôs que se prestasse uma solidariedade ao brigadeiro Lavanere Wanderley, porquanto o aludido brigadeiro lembrou-se do nosso conterrâneo Augusto Severo, reverenciando a sua memória, e sugerindo o seu nome como patrono da Aeronáutica, tendo o presidente incumbido o próprio colega para redigir-lhe um ofício neste sentido.

Em continuação aos trabalhos, o Sr. Presidente comunicou que o Dr. Tarcísio Maia, Deputado Federal pelo nosso Estado, havia incluido no Orçamento da União Cr$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), destinados a êste Instituto Histórico.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às quinze horas e quarenta minutos (15,40 hs.).

E para constar, eu, Enélio Lima Petrovich, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada vai devidamente assinada.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1960

Aos trêze (13) dias do mês de março de mil novecentos

e sessenta (1960), às quinze (15) horas e trinta (30) minutos, nesta cidade, capital do Estado do Rio Grande do Norte, realizou-se em sua sede, à rua da Conceição, n.º 622, mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico, sob a presidência do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, contando com o comparecimento dos seguintes consócios: Prof. Manoel Rodrigues de Melo, Des. Silvino Bezerra Neto, Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta, Des. Adalberto Soares de Araujo Amorim, Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão, Dr. Moacir de Gois e Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo.

Foi aberta a sessão pelo presidente, que chamou êste último para servir de secretário.

Inicialmente, comunicou o Sr. Presidente que o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará havia convidado êste, para, em julho, participar de um Congresso de Institutos Históricos e Geográficos de todo o país.

Em seguida, apresentou uma proposta para a categoria de *Sócios Correspondentes* do Dr. Dante de Laytana, do Estado do Rio Grande do Sul, proposta essa assinada pelos consócios Escritor Luís da Camara Cascudo, Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo e Prof. Manoel Rodrigues de Melo. Pediu êste último a dispensa de interstício, o que foi aprovado por unanimidade.

Lembrou o Sr. Presidente que tendo em vista o falecimento do consócio Eloi Castriciano de Souza, o Instituto estava lhe devendo uma homenagem póstuma, e por isso propôs para que essa homenagem fosse realizada, em sessão solene, no mesmo dia em que a Academia Norte-Riograndense de Letras reverenciasse a sua memória. Assim sendo, designou para esta solenidade o consócio Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, como orador oficial, tendo sido sua proposição e escolha aprovadas pelos presentes.

Com a palavra o Prof. Manoel Rodrigues de Melo, disse que o Instituto deveria tomar parte nas homenagens ao centenário de nascimento do poeta Segundo Wanderley, ficando incumbido, então, o Des. Adalberto Soares de Araujo Amorim para representar esta casa de cultura.

Mais uma vez, encareceu o Sr. Presidente que os con-

sócios enviassem o seu *curriculum vitae*, informando, também da existência neste Instituto de um livro no qual são registrados todos os acontecimentos referentes à história e à geografia do Rio Grande do Norte.

Pedindo a palavra o confrade Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros esclareceu sôbre a data do nascimento de Felipe Camarão no Rio Grande do Norte, através de uma carta do conde Afonso Celso, quando, nesta oportunidade, o Sr. Presidente frisou a importância de seu registro.

Ainda o Prof. Manoel Rodrigues de Melo sugeriu que se escrevesse ao Coronel Umberto Peregrino.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, do que para constar, lavrou-se a presente ata.

REVISTA

— DO —

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Vol. LIII — Ano 1960

ÍNDICE

REDAÇÃO — Diretoria do Instituto 3

JOSÉ AUGUSTO — O Rio Grande do Norte no Senado da República 5

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO — Comando da Polícia Militar durante o Império 21

VINGT-UN ROSADO — O Descobrimento da Gipsita de Mossoró 29

TARCÍSIO MEDEIROS — Ontem, Hospital do Monte, Hoje Hospital Miguel Couto 33

ANTÔNIO FAGUNDES — O Ensino no Rio Grande do Norte 47

M. RODRIGUES DE MELO — Ensaio de Ecologia Regional 54

J. M. B. CASTELO BRANCO — Quem Fundou Natal 63

JOÃO VICENTE — O Govêrno Ferreira Chaves 73

VERÍSSIMO DE MÉLO — Folclore da Redinha 80

ENÉLIO LIMA PETROVICH — Página de Saudade 93

JOÃO VICENTE — Conde de Afonso Celso 97

RÔMULO C. WANDERLEY — Meteoro e Chuvas de Pedra em 1855 101

DES. ADALBERTO AMORIM — Segundo Wanderley 104

TARCÍSIO MEDEIROS — Segundo Wanderley e o Instituto Histórico 111

N. F. LAVANÉRE WANDERLEY — Augusto Severo 116

J. W MENDES MELO — Considerações Sôbre um Aspecto das Idades Antiga e Média: Sua Contribuição aos Sistemas e Doutrinas Econômicos 126

DES. JOÃO VICENTE — Atividades no Instituto Histórico 136

AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA — Brasília 140

REDAÇÃO — Necrologia:

Dr. Eloy de Souza 153

Dr. Anfilóquio Carlos Soares da Câmara .. 156

Atas das Sessões do Instituto Histórico 160

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria e Comissões permanentes, eleitas no dia 5 de abril de 1959, para o biênio de 1959 a 1961.

Presidente	—	Dr. Aldo Fernandes Raposo de Mélo;
1.º Vice-Presidente	—	Desembargador Antônio Soares de Araújo;
Vice-Orador	—	Desembargador Silvino Bezerra Neto;
1.º Secretário	—	Professor Manoel Rodrigues de Mélo;
2.º Secretário	—	Doutorando Enélio Lima Petrovich;
Adjunto do 2.º Secretário	—	Dr Rômulo Chaves Wanderley;
Orador	—	Dr. Luís da Câmara Cascudo
Vice-Orador		Dr. Luís Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima;
Tesoureiro	—	Dr. Manoel Varela de Albuquerque;
Adjunto de Tesoureiro	—	Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo;
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo	—	Dr. João Epitácio Fernandes Pimenta;
Adjunto do Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo	—	Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão;
Comissão de Fazenda e Orçamento		Desembargador Luís Tavares de Lira,
	—	Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho
		Desembargador João Vicente da Costa;
		Dr. Luís da Câmara Cascudo;
Comissão da Revista	—	Raimundo Nonato da Silva
		Tarcísio Medeiros.